



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE SETEMBRO DE 1981

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Antônio Cotrim (53); achando-se ausentes os Senhores Deputados Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, João Elísio, José Domingos Scarpellini e Wilson Fortes (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Emenda:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo único — O Art. 11, da Constituição Estadual, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 11 — Não perde o mandato o Deputado investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito da Capital ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

§ 1.º — Convocar-se-á suplente nos casos de vaga, de licença ou de investidura em funções previstas neste artigo. Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 2.º — Com licença da Assembléia Legislativa, poderá o Deputado desempenhar funções temporárias de caráter diplomático ou cultural.”

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

a) ANTÔNIO FACCI

Apoiamento: AUGUSTO CARNEIRO GERNOTE KIRINUS, JOSÉ TAVARES, CYRO MARTINS, PINTO DIAS, TRAJANO BASTOS, NELTON FRIEDRICH, AIRTON COR-

DEIRO, NILSO SGUAREZI, DAVID CHERIEGATE, GABRIEL SAMPAIO, WERNER WANDERER, WALDYR PUGLIESI, NELSON BUFFARA, GILBERTO CARVALHO, BASÍLIO ZANUSSO, FIORI LUIZ, EDILSON ALENCAR, LINEU TURRA, ERONDY SILVÉRIO e TADEU LÚCIO MACHADO:

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente Emenda é atualizar o texto da Carta Estadual ao texto da Carta Federal, em função das alterações nesta introduzidas pela Emenda nº 13, de 10 de outubro de 1979.

É indiscutível que a matéria relativa à permissão conferida ao Deputado para se licenciar a fim de tratar de saúde ou de interesses particulares já está incorporada na Carta Estadual, em decorrência do disposto no Art. 200 da Constituição Federal.

Todavia, para evitar interpretações literais, é da maior oportunidade atualizar a nossa Carta.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 79/81, oriundo de Mensagem Governamental 55/81, que visa conceder abono ao funcionalismo público do Estado, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 84/81, de sua autoria, que visa autorizar o Poder Executivo a conceder auxílio ao Memorial JK, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para os Projetos de Lei n.ºs 69/81, 70/81 e 71/81, todos oriundos de Mensagens Governamentais e que visam estabelecer: 69/81 — o pagamento da gratificação de Regência de Classe; 70/81 — autoriza o Executivo a proceder a redistribuição de Cargos e 71/81 — dispõe sobre o enquadramento de professores, todos concernentes ao Quadro Próprio do Magistério do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, oriundo de Mensagem Governamental n.º 39/81, que trata sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor, atendidas as formalidades regimentais, REQUER, com urgência, envio de documentação do Movimento Contra a Carestia de Curitiba ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Baptista de Figueiredo.

A documentação, composta de carta-manifesto e abaixo assinados de entidades, partidos políticos, entidades estudantis e democráticas, é um posicionamento unitário sobre as propostas de mudanças nos descontos previdenciários, assim como da situação dos aposentados do Brasil.

Requer envio de cópia à Coordenação do Movimento Contra a Carestia de Curitiba, sita à Rua Barão do Rio Branco 41, sala 904, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido nesta Capital, do Doutor AFFONSO DITZEL.

O extinto foi ex-Prefeito de Prudentópolis e tronco de tradicional família daquele município.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, através da Senhora NAIR SILVA DITZEL, residente à Rua Rui Barbosa n.º 276, Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que a este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado VOTO DE SOLIDARIEDADE à Senhora DIRCE GIMENES, brasileira, que pleiteia junto às autoridades paraguaias a liberdade de seu marido, preso arbitrariamente em nosso País e que atualmente se encontra incommunicável na Guardia de Seguridad, em Assunção - Paraguai.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido denúncia de que o Senhor REMIGIO GIMENES, depois de residir vinte anos no Brasil, mais precisamente na Cidade de São Paulo, foi preso por desconhecidos no dia 18 de dezembro de 1978, na Cidade de Foz do Iguaçu, neste Estado.

O Senhor Remigio Gimenes era portador de Carteira de Identidade de Estrangeiro Modelo 19, com visto de residência permanente no Brasil, tendo residência e trabalhos fixos.

No dia de sua prisão tratava de negócios particulares com um cidadão paraguaio que lhe devia certa importância em dinheiro. E por isso acredita-se na possibilidade de envolvimento deste elemento.

Segundo depoimentos e descrições do veículo em que o Senhor Remigio Gimenes foi conduzido preso, trata-se de elementos integrantes da Polícia Federal do Brasil. No entanto, consultado o delegado da Polícia Federal local, o mesmo informava que desconhecia totalmente o fato.

O Senhor Remigio Gimenes tem oito filhos. Sete residem na Cidade de Foz do Iguaçu e um em Assunção. Seis filhos são naturalizados brasileiros e um é nascido no Brasil.

Não existe processo e nem se alega nada contra a pessoa dele. No entanto continua preso há quase três anos, sem culpa formada e incommunicável na Guardia de Seguridad, em Assunção - Paraguai.

Recentemente apelou para a greve de fome, permanecendo 25 dias sem comer. Este ato de protesto causou ampla repercussão na imprensa paraguaia e brasileira. Cento e vinte e seis parlamentares brasileiros subscreveram nota de solidariedade e também apelaram pela libertação do Senhor Remigio Gimenes, junto ao governo paraguaio. Diante da repercussão internacional da prisão arbitrária do Senhor Remigio Gimenes e de seu protesto, o Comandante Escobar, da Guardia de Seguridad, convenceu a vítima de suspender a greve de fome com promessas de sua pronta e imediata libertação. O assentimento da vítima, no entanto, não produziu o efeito prometido. Diante desta situação, hoje, 1.º de setembro, o Senhor Remigio Gimenes volta a prosseguir a greve de fome, interrompida por falsas promessas.

O Dr. Liberto Alegro, advogado da vítima, acredita que esta nova greve de fome poderá ser fatal, uma vez que a vítima ainda não se recuperou satisfatoriamente dos efeitos físicos da última greve de fome.

Eis aí um exemplo típico e concreto de atentado aos Direitos Universais do Homem. Eis aí um exemplo típico de tráfico de influências de certas pessoas para se desvinciliarem de dívidas. Eis aí a fronteira escancarada para a criminalidade e o acobertamento desavergonhado aos inúmeros crimes considerados insolúveis. Por causa da impunidade de atos como este é que o latrocínio de automóveis tem trânsito livre em nossas fronteiras. Não podemos acreditar que um governo que presta proteção e solidariedade ao ladrão internacional Ronald Biggs, se mostra impotente e mesquinho diante dos mais elementares delitos contra os Direitos Universais do Homem.

O ato praticado contra o Senhor Remigio Gimenes é um ensaio prático, arripio à lei vigente e ao que se propõe o Estatuto do Estrangeiro em tramitação no Congresso Nacional. Esta Casa não pode se calar diante desta retirada estratégica dos direitos individuais em favor do arbítrio de regimes de força. Pois a medida que diminui o direito da pessoa, aumenta a força de regimes de exceção.

Tal precedente requer de todos os democratas o mais veemente protesto e urgentíssimo ato de repúdio para que nosso calar ou omissão não redundem na desgraça de povos latino-americanos vizinhos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, preenchidas as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor Raimundo Faoro, ex-Presidente da OAB e Presidente da Associação Brasileira de Solidariedade ao povo uruguaio, hipotecando a nossa solidariedade ao povo uruguaio, no momento representado pela posse do General Gregório Alvarez.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) RENATO BERNARDI.

JUSTIFICATIVA:

Durante muitos anos, a República Oriental do Uruguai foi respeitada universalmente pela estabilidade política do país, dentro do quadro conturbado da América Latina.

A partir de 1973, entretanto, com a comprovada participação dos serviços de desestabilização de alguns países exploradores, comandados pela CIA, foi implantada uma das mais cruéis ditaduras que a História Latino-Americana já conheceu.

A crueldade foi tanta que o Uruguai apresenta o triste

recorde de ter exilado um quarto de sua população e fez das prisões Punta Rieles e Libertad versões modernas dos campos hitleristas.

Mesmo assim, o povo uruguaio tem sabido resistir e a prova mais evidente foi o resultado do forjado plebiscito que os militares tentaram impor à nação.

A ditadura militar uruguaia, a serviço de sua paranóia e dos privilégios de uma elite insana, tem banhado aquele povo irmão com sangue, tortura e muito sofrimento.

Há valores que não tem fronteira geográfica. A solidariedade entre os povos é um destes valores. Os uruguaios souberam, quando em liberdade, honrar este compromisso, recebendo em seu solo milhares de refugiados latino-americanos, principalmente do Cone Sul e do Brasil.

O Brasil não pode ficar indiferente a tanto sofrimento.

Esta a razão, portanto, de termos uma figura como o eminente jurista RAIMUNDO FAORO na presidência da Associação Brasileira de Solidariedade ao povo uruguaio.

Representa um ato de justiça. Mais ainda um ato de reparação pelo apoio que as ditaduras do Cone Sul tem recebido entre si; nisto o Brasil teve sua parte muito clara. O povo brasileiro não, e, por isso, se solidariza com seus irmãos uruguaios.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, para aprovar o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, a fim de que o Brasil, em termos formais e oficiais, provoque a manifestação do Ofício Internacional de Epizootias de Paris, sobre a liberação das exportações de carne suína.

Que da decisão dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e a A.P.S. - Associação Paranaense de Suinocultores.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A crise da suinocultura brasileira não será superada enquanto não tivermos reconquistados os grandes mercados consumidores dos países desenvolvidos onde não há tabu pelo consumo de carne suína.

Os terríveis males da peste suína africana não ficaram restritos aos quase 70 mil suínos sacrificados, nem à comoção interna do mercado, mas principalmente ao estancamento total das nossas exportações.

Embora ainda exista a dúvida se houve ou não a peste africana e com certeza ela ficará para sempre, é necessário que medidas práticas e objetivas sejam tomadas e assumidas para que tenhamos as exportações reabertas, porque ao exterior ela passou a existir tanto que nossa produção foi estancada.

Temos pois que tomar posição objetiva neste sentido, e baseada nos princípios técnicos que o Direito Internacional adota.

Assim, tanto a OMS — Organização Mundial da Saúde, como a própria FAO, não podem estabelecer normas nacionais que não correspondam àquelas do Direito Internacional, para obstarem nosso direito que é líquido e certo.

Ora, o Brasil, como signatário e participante do Ofício Internacional de Epizootias de Paris, já tem o seu direito assegurado, objetivamente, depois da decorrência do prazo de seis meses da última cabeça abatida.

O Código Zoossanitário Internacional é objetivo: o prazo será de 3 anos, desde que não haja mais notificação de focos

ou de seis meses, se o país adotar o abate sanitário.

Como adotamos o abate sanitário, mesmo na dúvida de ter sido peste africana ou não, já em 1979, pelo Direito Internacional, havíamos recuperado o direito de exportar.

O requerimento visa pois que o Ministério precipite uma decisão formal do Comitê Internacional de Epizootias, sobre nossa capacidade e direito de exportação, condição "sine qua non", para recuperarmos confiança externa e também devolvermos esperança aos nossos suinocultores.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando que se façam gestões junto aos organismos competentes, no sentido de reativar o porto de passagem sobre o Rio Iguaçu entre os Municípios de Nova Prata e Três Barras do Paraná — localidade de Santa Genoveva - Distrito de Barra Bonita.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma localidade de grande produção agrícola e que a passagem pelo oeste - sudoeste, através das outras balsas, encarece substancialmente o frete e onera sobremodo o custo dos produtos a nível de agricultor face à longa distância nos trechos alternativos.

Além disso, o local oferece muita facilidade, e em passado recente já funcionava a transposição do rio através do sistema ora requerido.

Esta opção dinamizará os aspectos econômicos e sociais de ambos os municípios, acrescendo-se também a facilitação do intercâmbio comercial entre Sudoeste e Oeste do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores EDSON MACHADO DE SOUZA, digníssimo Secretário da Educação e GUILHERME LACERDA BRAGA SOBRINHO, digníssimo Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando ajuda financeira para a Prefeitura Municipal de Catanduvas reconstruir e equipar com carteiras, armários e materiais didáticos, a escola da localidade de Santa Genoveva - Distrito de Barra Bonita - atual Município de Três Barras do Paraná.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A escola em causa foi derrubada pela Prefeitura em face do perigo iminente de desabar sobre os 60 (sessenta) alunos de 7 a 14 anos que freqüentavam o estabelecimento. Embora houvessem reiteradas promessas de reconstrução, até agora não há qualquer movimentação para edificar aquela escola.

O fato é que as crianças estão assistindo aulas no pavião da igreja, dentro de um cercado de tela, muito semelhante às jaulas, usadas para aprisionar animais silvestres. Além disso, as laterais não têm qualquer tapume, ficando as crianças ridicularmente expostas a chuvas, ventos, etc.

Ocorrências como esta dificilmente críveis, causam mal estar nos homens públicos sensíveis e que buscam no mister de servir, uma das finalidades do sacrifício da investidura.

É forçoso ponderar que a verba ou material a ser canali-

zado para essa escola, deveria ser entregue para a Prefeitura com finalidade específica, a fim de que aquela população possa receber esse atendimento.

A região de Santa Genoveva é íngreme e plantada às margens do Rio Iguaçu, onde as estradas são também praticamente intransitáveis. Ali nas imediações da igreja havia um porto de ligação por balsa com o Município de Nova Prata, mas os comentários são de que o mesmo teria sido desativado em função da precariedade das vias, abandonadas por interesses subalternos ligados à vantagem econômica.

Nas reuniões em que participaram muitos moradores, membros das diretorias da igreja, da escola e da comunidade, o ressentimento expresso pelos presentes em virtude do esquecimento administrativo chegava a ser de revolta.

Em face do exposto, espera-se que o Estado responda àquela comunidade com a sua pronta atenção.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, digníssimo Governador do Estado, NIVALDO ALMEIDA NETO, digníssimo Secretário dos Transportes e EULER MERLIN, digníssimo Diretor Geral do DER, reiterando pedido de estadualização para conservação, melhorando e posterior pavimentação das estradas que abaixo se especifica, respectivas pontes necessárias sobre o Rio Piquiri nos trechos referidos, e inclusão de verba no orçamento do próximo exercício para atender a reivindicação em causa.

- a) BR-277 ao Distrito de Diamante no Município de Guaraniaçu, passando pelo Rio Piquiri, ligando ao Distrito de Laranjal e sede do Município de Palmital.
- b) Partindo BR-277, Município de Guaraniaçu, ligando os seus Distritos de Campo Bonito e Guaporé, alcançando Campina da Lagoa passando pelo seu Distrito de Bela Vista do Piquiri.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaraniaçu vem passando por uma série de transformações econômicas e sociais, projetando sua potencialidade de produtor agrícola e ampliando sua população.

Todavia, o ritmo administrativo não tem acompanhado essa progressão, por razões diversas, das quais salientam a escassez de recursos, ausência do Estado na participação viária de ligações com outras regiões e também porque o prefeito, por ser médico, tem dedicado parcela considerável de seu tempo com sua clientela e no hospital.

Como se sabe, o território municipal é penalizado pela sua acidentada topografia, causando por isso grande desequilíbrio nas finanças com conservação e melhoria do seu sistema viário.

É bom salientar que a única estrada não pertencente ao município e que serve de ligação com outras comunidades é a BR-277, porém não há qualquer trecho estadual ou federal conectando Guaraniaçu com os Municípios de Palmital ou Campina da Lagoa. Isto gera uma enorme despesa no transporte de produtos e intercâmbio comercial entre oeste, sudoeste e essa área de Campina da Lagoa, Palmital e Nova Cantu.

A presença do Estado é de fundamental importância na projeção econômica e aproveitamento agropecuário dessa área dos referidos municípios. Vejam-se por exemplo a grande produção de soja, milho, arroz, feijão e a criação de suínos e gado.

Nos últimos anos, a população tem reivindicado melhor atenção das autoridades para com o sistema viário e, de nossa parte, o esforço tem sido reiterado para que a Secretaria dos Transportes e D.E.R., sintam essa necessidade.

Nestas condições, é imperativa a presença do Estado através da Secretaria dos Transportes e D.E.R., no sentido de subsidiar o entusiasmo dos agricultores servindo-os de estradas compatíveis com as suas contribuições econômica-financeiras e social no desenvolvimento do Paraná.

Esta reivindicação é praticamente uma cobrança de promessas governamentais, as quais recentemente também teriam sido ratificadas pelo atual e digno Governador Ney Braga.

Não se trata apenas de cobrança de natureza política ou de caráter partidário, mas é uma aspiração baseada no legítimo direito de retribuição dos tributos que esse povo recolhe aos cofres públicos, pacífica e ordeiramente, esquecendo-se muitas vezes que estas reivindicações derivam de um direito elementar, ao qual, estamos certos, o Governo estará sensível e pronto para atender.

As estradas a que se referem essas reivindicações, tornam-se uma alternativa de ligação entre o oeste e o centro-oeste do Paraná, sem que os usuários tenham que dar a volta por Cascavel até Ubatuba e posteriormente alcançar Nova Cantu, Campina da Lagoa em Palmital, permitindo uma economia de combustível apreciável superior a um trecho de 120 km.

Aliás, o correto seria "a priori", corrigir e melhorar estas estradas preparando-se, desde logo a sua posterior pavimentação asfáltica.

Por ora e de forma urgente, fazemos este apelo ao Governo, e para o próximo ano que se atribua verba orçamentária e planejamento para asfaltar este acesso entre o oeste e centro-oeste do Paraná, a exemplo do que reivindicamos reiteradamente desta Assembléia durante cinco anos, a ligação oeste e sudoeste, hoje uma realidade concretizada por uma rodovia asfaltada.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento de sugestão aos Excelentíssimos Senhores Ministros da Justiça e Chefe da Casa Civil da Presidência da República e aos Líderes de Bancadas no Congresso Nacional, em Brasília, no sentido de, através de proposição, anistiem todos os eleitores maiores de 19 anos, multados por não haverem se alistado no serviço eleitoral ou por qualquer outra omissão no cumprimento da lei que disciplina a matéria.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Tal providência se justifica pela campanha que ora se realiza, em todo o território nacional, para o maior comparecimento possível de eleitores às urnas, no pleito que deverá se realizar em 15 de novembro de 1982.

Ora, nós como representantes do povo e que ao longo dos anos vimos acompanhando todos os processos políticos, vemos nessas multas um entrave ao procedimento cívico desta mobilização popular, empreendida pelo Presidente da República para que o País encontre o verdadeiro caminho da democracia. E, se a cobrança de multas pelo não alistamento além de acarretar pesado ônus aos menos favorecidos, está impedindo o aumento do Colégio Eleitoral, a multa que por lei se aplica às omissões eleitorais, certamente virá impedir o comparecimento deste pretendido número de eleitores às

urnas. Porque temos consciência de que nos últimos anos o Paraná, como outros Estados da região, sofreu um grande fluxo migratório e com freqüentes mudanças o eleitor, na maioria das vezes involuntariamente, vê-se sem condições do cumprimento do dever eleitoral e se sustarmos a cobrança das multas eleitorais, certamente haveremos, de através das transferências fixar o eleitor a sua cidade em que se encontra agora.

Esta anistia pretendida vem corroborar com a diretriz básica do Governo João Figueiredo, anistiando de maneira ampla os faltosos no campo político o que foi aplaudido pelo povo brasileiro, portanto a anistia de omissões eleitorais nos parece agora perfeitamente pertinente, tempestiva e oportuna.

O Paraná, a exemplo de outros Estados da Federação ao pretender o aumento de seu Colégio Eleitoral, só poderá alcançar seu objetivo se a providência solicitada no presente, for determinada por lei.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento de sugestão aos Excelentíssimos Senhores Ministro HÉLIO BELTRÃO, da Desburocratização e Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, no sentido de que sejam eliminados títulos eleitorais, a partir desta data, as exigências de fotografias.

Justifica-se essa sugestão com a campanha desenvolvida pelo Governo, através do Ministério da Desburocratização, à simplificação do atendimento público, mormente em um ato cívico como é o alistamento eleitoral.

Sem qualquer modificação no modelo do título eleitoral para não acarretar maiores ônus e controle por parte dos órgãos encarregados de proceder esse serviço, a eliminação das fotografias teria a vantagem de evitar o maior problema com que se defronta o cidadão, hoje, para se inscrever como eleitor, principalmente nas pequenas comunidades interiores.

Caso, todavia, diferenças regionais não permitam essa providência, sugere-se como alternativa, que os Departamentos das Câmaras Municipais, Prefeituras, Assembléias Legislativas sejam dotadas de recursos para fornecer gratuitamente as três fotografias exigidas pelos cartórios eleitorais, desde que alegado pelo eleitor a sua impossibilidade de arcar com as despesas das mesmas.

Por último, é de se salientar que referida idéia, já disseminada no seio da população pela mobilização empreendida pela "GAZETA DO POVO", tradicional jornal de nosso Estado, encontra ampla recepção por parte de todos os setores interessados, mormente os partidos políticos.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 88/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — os funcionários públicos civis da Administração Direta e das Autarquias, que houverem completado cinco (05) anos de efetivo exercício, terão computados, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsória, na forma da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de serviço prestado no regime da previdência social urbana.

Art. 2.º — Para os efeitos desta lei, o tempo de serviço ou de atividade, conforme o caso, será computado de acordo com a legislação pertinente, observadas as seguintes normas:

- I - não será admitida a contagem de tempo de serviço em dobro ou em outras condições especiais;
- II - é vedada a acumulação de tempo de serviço público com o de atividade vinculada ao regime da previdência social urbana, quando concomitantes;
- III - não será contado o tempo de serviço que já tenha servido de base para concessão de outra aposentadoria;
- IV - o tempo de serviço anterior ou posterior à filiação obrigatória à previdência social urbana do empregador, empregado doméstico ou trabalhador autônomo, inclusive do religioso de que trata a Lei n.º 6.696, de 08 de outubro de 1979, só pode ser contado se forem recolhidas as contribuições previdenciárias correspondentes aos períodos de atividade.

Art. 3.º — A aposentadoria por tempo de serviço somente será concedida ao funcionário se, somados os tempos de serviço público e de atividade privada, perfizerem, no mínimo, trinta e cinco (35) anos.

§ 1.º — O prazo a que se refere este artigo será reduzido para trinta (30) anos se se tratar de mulher, professor ou juiz, e para vinte e cinco (25) anos, se se tratar de professora ou de ex-combatente.

§ 2.º — Se a soma dos tempos de serviço ultrapassar os limites previstos neste artigo, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

Art. 4.º — A comprovação do tempo de serviço anterior, prestado em atividade privada, somente se fará à vista de certidão fornecida pelo Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 5.º — A contagem de tempo de serviço prevista nesta lei não se aplica às aposentadorias já concedidas.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

(a) LINEU TURRA.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal n.º 6.226, de 14 de julho de 1975, instituiu o sistema de contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.

Posteriormente, a Lei Federal n.º 6.864, de 1.º de dezembro de 1980, estendeu o sistema aos servidores estaduais e municipais, desde que os respectivos Estados e Municípios assegurassem, mediante legislação própria, a contagem do tempo de serviço prestado em atividade privada, a fim de aderir, expressamente, e, assim, estabelecer a reciprocidade.

O presente projeto está ajustado às normas da legislação federal supra-mencionada e às respectivas regulamentações, e vai ao encontro de uma sentida aspiração do funcionalismo do Estado que se vê constantemente marginalizado dos benefícios instituídos a outras categorias de trabalhadores do País.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais de trinta mil pessoas presenciaram, no último domingo, aqui em Curitiba, a abertura da Olimpíada Global do Trabalhador. Presença de mais de quatro mil trabalhadores

do Paraná, representando 79 empresas deste Estado, numa festa que tem um caráter muito acima do esportivo, porque representa a consolidação, da fraternidade que deve existir entre as classes trabalhadoras deste Estado.

A Olimpíada Global representa, portanto, um fator de integração social que merece ser destacado, nesta Casa, especialmente numa hora em que, em várias regiões deste País, vivem um dos conflitos sociais mais preocupantes.

Devo, por imperativo de justiça, destacar a iniciativa da Rede Globo de Televisão, representada, no Paraná, pela Rede Paranaense de Televisão, que tem à frente de seu comando, um homem que tem manifestado, permanentemente a sua preocupação com os assuntos da comunidade paranaense, o jornalista Francisco Cunha Pereira Filho. E, a nível nacional, também é justo que se destaque o empenho que o jornalista Roberto Marinho tem feito para que não só a classe trabalhadora brasileira tenha tranqüilidade, mas para que também a Nação tenha melhores dias e este País se desenvolva com o seu progresso obedecendo a parâmetros de ordem social, de ordem política, que sejam compatíveis com as necessidades do Brasil.

Quero propor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Olimpíada Global do Trabalhador do Paraná se integre ao calendário de promoções do Governo do Estado, pela sua significação social, pela sua significação esportiva, pelo que representa para todos aqueles que não só acompanham o esporte e vêem nele uma importante tarefa social, mas como especialmente para aqueles que sabem a importância que tem o trabalhador na sua atividade anônima, para o desenvolvimento econômico e social deste País.

E espero que esta proposta, que formulo desta tribuna, que será levada ao Governador Ney Braga, seja prontamente acolhida pela Casa e pelo Poder Executivo, para que, anualmente, possamos ter a repetição da festa maravilhosa que vimos, no último domingo, antes do grande evento do futebol do Paraná, o clássico entre as equipes do Atlético e do Coritiba.

Lá estiveram 30 mil pessoas, das quais 12 mil com ingresso gracioso, ingresso adquirido pelo Governo do Paraná.

E a integração da Olimpíada Global do Trabalhador, no calendário de promoções do Governo do Estado, significa um passo a mais que o Paraná dá, para o lazer e para a satisfação de necessidades físicas e espirituais do seu povo, se enquadrando, portanto, dentro da própria filosofia governamental.

Não é demais dizer que o trabalho exige, requer, um esforço extraordinário do ser humano e a compensação é, sem dúvida a recreação, o lazer, é o momento de entretenimento.

Portanto, ao formalizar esta proposta, solicitamos que cópia deste pronunciamento seja encaminhada ao Governador Ney Braga e ao Secretário de Cultura e Esporte, Deputado Luiz Roberto Soares.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste último sábado, em Assunción, Paraguai, tivemos a honra de participar do lançamento de um livro de um jornalista brasileiro, Sr. Rui Pires, publicado pelo Centro Latino-Americano das Forças Democráticas, centro este inspirado aqui no Paraná e criada e lançada a semente, aqui nesta Casa, em 1979.

A preocupação maior que nos traz à tribuna é o perigo que correm irmãos nossos brasileiros, abandonados ao bel prazer da ditadura de Stroessner, no Paraguai. E queremos então, neste momento, apresentar um requerimento, consignando um voto de solidariedade à brasileira Sra. Dirce Gimenez, casada com um paraguaio, cujo marido fora preso em Foz do Iguaçu por policiais, provavelmente da Polícia Federal, não identificados e cujo aprisionamento não foi ainda reconhecido pela

Polícia Federal. No entanto, o seu marido Remígio Gimenez encontra-se preso sem formalização de culpa, nas dependências da Guarda Nacional, desde 18 de dezembro de 1978. Apesar dos empenhos do Comitê de Iglesias, órgão da Igreja no Paraguai, nada se conseguiu, nem sequer a formalização de culpa ou sequer, conhecer a que processo deve-se a prisão de tal cidadão. Esse cidadão vivia há 20 anos no Brasil, com residência permanente, com carteira de motorista, vivia portanto, legalmente, casado com brasileira, no entanto, está lá abandonado há quase 3 anos, preso, sem ter e sem dever nada. Este o tamanho do arbítrio que se pratica naquele país vizinho e que contou, nesse episódio, com a colaboração inclusive e com a omissão das autoridades brasileiras, tanto no Consulado, no Paraguai, quanto das autoridades aqui no Brasil. Recentemente apelou para a greve de fome, 25 dias concluídos, de greve de fome, recebeu a promessa do Comandante Escobar, daquela Guardia, a promessa de soltura, mas, como essa promessa não foi cumprida, hoje passa a entrar em greve de fome, mais uma vez, e, teme-se pela vida da vítima do terrorismo do regime de força daquele país vizinho.

Eis aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um exemplo típico e completo do atentado aos direitos universais do Homem; eis aí um exemplo típico do tráfico de influência de certas pessoas, porque, pelo que consta, essa pessoa estava em Foz do Iguaçu para tratar de negócios e receber pagamento de dívida, no momento em que foi preso. Suspeita-se, inclusive, que seja para evitar, para serem desvincilhadas as dívidas dessa pessoa, com pessoa que tem tráfico de influência no Governo do Paraguai, talvez seja este o motivo da prisão, o único motivo lógico, da prisão daquela pessoa. E eis aí a fronteira escancarada para a criminalidade e o acobertamento desavergonhado aos inúmeros crimes considerados insolúveis, na faixa de fronteira. Por causa da impunidade de atos como estes é que os roubos de automóveis têm trânsito livre em nossas fronteiras. Não podemos acreditar que, um Governo que presta proteção e solidariedade a um ladrão internacional tipo Ronald Biggs, se mostra impotente e amesquinhado diante dos mais elementares delitos contra os direitos Universais do Homem que ocorrem aqui no nosso país vizinho. O ato praticado contra o Sr. Remígio Gimenez é um exemplo, é apenas um ensaio prático, arripio à lei vigente e ao que se propõe o Estatuto do Estrangeiro, em tramitação no Congresso Nacional.

Esa Casa não pode se calar diante dessa retirada estratégica dos direitos individuais em favor do arbítrio de regimes de força e acreditamos que podemos nesse ato de solidariedade, neste requerimento, contar com o apoio da Bancada também do Partido do Governo, que se diz em abertura democrática, pois à medida que diminui o direito individual da pessoa, aumenta a força dos regimes de exceção e tal precedente requer de todos os democratas, os mais veementes protestos, e urgentíssimo ato de repúdio para que nosso calar ou nossa omissão, não redunde nas desgraças dos povos latino-americanos vizinhos nossos.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Renato Benardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Consagrou-se, a partir de um determinado momento dentro desta sociedade de consumo, uma caracterização de um individualismo que vai tornando cada dia mais difícil a vida da humanidade como um todo. Mas levando também esta humanidade a rumos incertos e destinos realmente perigosos, quando se deveria pensar que a humanidade evoluiu a ponto de ter um acervo cultural tão profundo para acompanhar e fazer um paralelismo com o acervo tecnológico acumulado por este mesmo

gênero humano, nós observamos, entretanto, que a desproporção é tão grande, a desproporção ganha um contorno tão imenso que regimes ditos democráticos talvez tivessem na etimologia da sua palavra, o termo "plutocracia" onde o interesse financeiro, onde o "ter" do homem, vale muito mais do que o "ser", do que as necessidades e os anseios populares e foi assim dentro desse contexto que a América Latina passou a ser configurada como o grande quintal dos interesses econômicos e imperialistas de um centro decisor de poder.

E, países que acreditaram na cultura burguesa, que acreditaram na cultura européia transmitida por gerações e gerações de assimilação, estão hoje numa situação grotesca, triste e acima de tudo indigna da qualidade que deveria ser a vida de uma criatura humana.

Olhamos, por exemplo, a situação do Chile, o mais europeizado dos países da América Latina que acreditou nesse tipo de cultura, e hoje jaz sobre uma das mais violentas e cruéis ditaduras que a História conheceu.

Assim também conhecemos a Suíça Americana, a República do Uruguai que por acreditar nesses valores foi tragada pelos interesses individualistas de uma elite oligárquica a serviço da paranóia de um estamento militar que faz da sua vaidade a razão maior de ser, como em todas as ditaduras do cone-sul americano.

E hoje, Srs. Deputados, toma posse na República do Uruguai o novo ditador de plantão, o General Gregório Alvarez. Triste destino de quem até ontem tinha sido a Suíça Americana. O Uruguai, tendo mais de um quarto da sua população exilada, que corresponderia em termos de Brasil a cerca de 30 milhões de exilados; o Uruguai que tem o seu povo oprimido; que tem o seu povo reprimido; que tem o seu povo torturado; que tem o seu povo amargurado. Mas tem a oligarquia latifundiária e associada a uma elite urbana que sabe muito bem explorar a vaidade e a paranóia do estamento militar latino-americano, tem hoje uma cópia em versão latino-americana, em versão sul-americana do nazismo alemão da década de 30.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nazismo uruguaio não fere interesses do imperialismo americano, portanto é por ele subsidiado, por ele financiado.

Em razão disso quando a ditadura uruguaia procura à semelhança das outras ditaduras do cone sul-americano se reciclar e colocarem uma nova maquiagem para uma nova apresentação pública, com o novo ditador de plantão, nós encaminhamos à consideração desse douto Plenário um requerimento de solidariedade à luta do povo uruguaio na sua resistência histórica e resistência democrática.

E também a nossa solidariedade à Associação Brasileira de Solidariedade ao povo uruguaio, presidida pelo eminente jurista Dr. Raimundo Faoro, que naquele episódio lamentável, em que os organismos de repressão do Brasil associados aos organismos de repressão do Uruguai extraíam de plena Porto Alegre, violentando a soberania nacional um casal de refugiados, desmentindo totalmente toda e qualquer tradição brasileira de hospitalidade e de respeito aos direitos humanos. Estava lá firme a Ordem dos Advogados do Brasil, a aprovar que a paranóia do militarismo latino-americano demonstrada no Chile, na Bolívia, no Uruguai, no Paraguai, no Brasil, não tem e não conta com o apoio da sociedade civil representada pela Ordem dos Advogados, representada pela Associação Brasileira de Imprensa, representada pela Conferência Nacional dos Bispos, representada pelos Sindicatos livres, representada pelas organizações estudantis, concretizada e materializada pelas organizações populares de base.

E devo dizer, Srs. Deputados, que a história está aí a provar que o povo hoje está sendo oprimido, mas o oprimido de hoje há de ser reverenciado no altar da Pátria amanhã, e o opressor de hoje tão badalado, tão prestigiado por aqueles que representam esta elite oligárquica, ou se prestam ao serviço de

servir a esta oligarquia, estes opressores de hoje estarão, sem dúvida alguma, no lugar que a História sempre lhes reservou que é no aterro sanitário do lixo que faz mal a toda a humanidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Gostaria de não ter que vir a esta tribuna mais uma vez, Sr. Presidente, para falar do desmando e da arbitrariedade que a Polícia Militar do Estado do Paraná, vem cometendo em Cascavel, nos últimos tempos.

Neste ano, Sr. Presidente, várias vezes, já ocupamos esta tribuna para deixar aqui o nosso protesto, para exigir um comportamento compatível com a investidura dos escalões superiores da Polícia Militar do Estado do Paraná. E em nenhuma das ocasiões, recebemos qualquer notícia de providências. E para consagrar a nossa revolta, Sr. Presidente, estávamos ontem à noite, embarcando para Curitiba, às 23 horas, quando presenciamos uma repugnante cena de violência e arbitrariedade praticada por um policial militar do 6.º Batalhão de Polícia de Cascavel. Sem qualquer justificativa e aos olhos pasmados de toda uma centena que ali se encontrava, o policial passou a agredir com socos, ponta-pés e toda sorte de violência, puxando arma de fogo, contra um homem vestido de macacão, sem cinta e praticamente sem gesto algum de defesa contra aquela agressividade repugnante. Este homem, Sr. Presidente, segundo alguns que são conhecedores seus, ali da Rodoviária, é uma pessoa com certa deficiência mental. E o policial, além de esmurrar e sangrar a sua boca, seus dentes, quebrando dentes, os seus ouvidos, a sua cabeça, atirando este pobre homem ao chão, passou a agredir as pessoas que queriam vir em sua defesa, puxando a arma de fogo, ameaçando todos os ali presentes, Sr. Presidente, inclusive este Deputado que foi em defesa daquele cidadão para ver se acalmava os ânimos. E quase que, se não fosse retirado por algumas pessoas, provavelmente esta Assembléia estaria com menos um Deputado aqui, hoje. Sr. Presidente, nunca tinha presenciado em tempo algum, nem era possível acreditar na descrição de outros parlamentares que vieram a esta tribuna, fazer protestos desta natureza. E ante esta indignação, esta revolta popular, atrasando vários ônibus que estavam de partida, nós telefonamos à polícia e a Polícia Civil e Militar, e lá chegaram duas viaturas. A Polícia Militar com dois outros soldados. E para espanto nosso, Sr. Presidente, ao invés de evitar as agressões contra aquele homem indefeso passou a agredir-lo também. E não foi possível resistir, Sr. Presidente, e tivemos que fazer uma intervenção, junto com outras pessoas que ali se encontravam. E quase que novamente os três policiais avançavam contra nós, e contra outras pessoas, ali na Rodoviária.

Sr. Presidente, esta cena de violência me perturbou a viagem inteira. Porque não é possível que a Polícia Militar, a exemplo de outros fatos relatados aqui por este Deputado, quando se agrediu em plena rua e no próprio batalhão, um bancário de 22 anos e o processo até hoje não teve curso, Sr. Presidente. O que venho fazer é jogar esta responsabilidade para este Poder. Porque a população não tem mais defesa. A Polícia Militar está acobertando criminosos nas ruas, praticando violência com todas as pessoas, falando palavras de baixo calão, agredindo senhoras que estavam na Rodoviária.

Para concluir, Sr. Presidente, sou forçado a declarar a minha decepção com Cascavel, com as autoridades de Cascavel, porque lá, a senda do crime está aberta com as mazelas. Lá em Cascavel não há punibilidade, lá em Cascavel, as leis só funcionam contra os pobres e indefesos.

Deixo a esta Assembléia a responsabilidade de exigir dos poderes constituídos, principalmente da Polícia do Paraná, a pu-

nição dos responsáveis, a expulsão desses policiais dos Quadros, porque eles só desonram a Segurança e perturbam o estado de espírito do povo paranaense.

Deixo aqui, Sr. Presidente, com esta veemência, a minha revolta, pedindo a Vossa Excelência, como Presidente deste Poder, que exija, da Polícia Militar, um comportamento imediato contra os policiais que praticam violência, impunemente, em Cascavel.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna para encaminhar à Mesa desta Assembléia, dois requerimentos.

O primeiro vazado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor MINISTRO DA JUSTIÇA, e aos Excelentíssimos Senhores Líderes dos partidos políticos com assento na Câmara e Senado Federal, solicitando urgência no trâmite de legislação específica que anistie multa pelo não alistamento eleitoral de acordo com a Lei n.º 6.236, de 18/09/75, art. 8.º.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 6236, de 18/09/75, no seu artigo 8.º diz: “O brasileiro nato que não se alistar até os dezoito anos ou o naturalizado que não se alistar até um ano depois de adquirida a nacionalidade brasileira, incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o valor do salário-mínimo da região, imposta pelo Juiz e cobrada no ato da inscrição eleitoral através de requerimento próprio.”

Sabedores que as dificuldades econômicas campeia em todo o País e que a falta de informações quanto à referida obrigatoriedade é quase nula, inclusive por uma prorrogação de mandatos de Prefeitos e Vereadores que desestimulou o alistamento eleitoral, sugerimos a ANISTIA a todos os que deixaram de cumprir com essa obrigação.”

O segundo requerimento está vazado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e ao Sr. Diretor no Estado do Paraná, solicitando providências no sentido da regularização da entrega de correspondências nos Municípios de Fênix, Quinta do Sol e Nova Cantu, todos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Nos municípios em referência, agências dos Correios e Telégrafos estão anexas às Prefeituras Municipais, as quais pertencem seus Prefeitos ao PDS, e, isto, infelizmente, tem interferido na distribuição de correspondência por nós enviada a companheiros do PMDB naquelas localidades, as quais ou são entregues com atraso considerável e às vezes deixadas simplesmente de ser entregues, sendo nos devolvidas após mais de dois meses. Solicitamos que sejam tomadas medidas junto às agências referidas, para se sanar de vez esta irregularidade, caso as mesmas persistam tomaremos medidas de acordo com a legislação vigente.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Ao ser anunciada a próxima visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Paraná, para o dia 18 do corrente mês, desejamos dirigir ao General João Figueiredo o nosso apelo, em nome principalmente das comunidades do Oeste paranaense, no sentido de que sua Excelência aproveite essa rápida permanência entre nós para comunicar a todo o Estado o início da construção da Ferrovia da Soja.

Dentre as mais acalentadas aspirações do Paraná a citada Ferrovia inclui-se com prioridade quase absoluta em vista da alta economia que o transporte ferroviário propiciará em relação aos meios atuais do sistema rodoviário, a sofrer freqüentes impactos com os elevados preços do petróleo importado com evidentes reflexos na economia brasileira já que a região Oeste do nosso Estado concorre com substancial parcela na produção de grãos no País.

A probabilidade de que o Chefe da Nação nos traga a auspiciosa notícia de que as obras serão iniciadas ainda este ano decorre dos positivos entendimentos mantidos pelo Ministro dos Transportes, Eliseu Resende, com grupos financeiros internacionais - nipônicos e norte-americanos — vivamente interessados no importante empreendimento.

Estamos convencidos de que o Governador Ney Braga, que sustenta inegável liderança política no Paraná, será o intérprete do nosso apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e, também, o porta-voz da alvissareira informação.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por três vezes ocupamos a tribuna desta Casa, para consignar o nosso protesto diante da possível concessão de aposentadoria a vários membros do Tribunal de Contas do Estado, com base na Lei n.º 7.317. Para nosso espanto, diante da gravidade com que o assunto se reveste, tais aposentadorias se consumaram.

Preliminarmente, queremos deixar bem claro que, não somos contra a que alguém se aposente, muito pelo contrário, somos favoráveis à aposentadoria e a queremos, justa; todavia, que somos contra é a esse tipo de aposentadoria que o Tribunal de Contas não por sua vontade, quem sabe — adotou e voltou a adotar novamente, no atual Governo. Achamos oportuno ressaltar que, da mesma forma não temos nada contra as pessoas beneficiadas com tais aposentadorias, mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como tudo aconteceu, segundo informações que temos; o Sr. Governador resolveu premiar os membros do Tribunal de Contas, com os benefícios, no Tribunal de Alçada, oriundos da vaga de Advogados do chamado quinto constitucional. Tal benefício consiste na contagem de 15 anos para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade nos termos da Lei 7.297 de 08-01-80, ao advogado que fosse guindado ao Cargo de Desembargador ou de Juiz do Tribunal de Alçada. Em síntese, esse advogado já chegaria ao cargo máximo da Magistratura, com 15 anos de serviço.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Em seguida, nobre Deputado Nelson Friedrich.

Segundo informações, tal benefício estendido aos membros do Tribunal de Contas, fora revogado, com base em um projeto de lei aprovado por esta Casa, de autoria do então Depu-

tado Estadual Alencar Furtado.

Esta, sem dúvida, constitui mais uma, das grandes marcas que Alencar Furtado tem deixado, não só nesta Assembléia, como também na Câmara Federal.

Sem querer afirmar, por falta absoluta de dados concretos, tal revogação se teria dado, diante do escândalo que envolveu a aposentadoria do Procurador Saul Raiz, à época, membro daquela Corte. Segundo se comenta, o engenheiro Saul Raiz, com o benefício dos 15 anos, teria somado mais tempo de serviço do que de idade, e agora, mais precisamente, no dia 27 de setembro de 1979, esta Casa de Leis recebeu a Mensagem 128/79, que encaminhava o Projeto de Lei n.º 152/79, visando alterar dispositivos da Lei 7.074, de 02 de janeiro de 1979, que trata da organização da Procuradoria Geral do Estado. Notem bem, Senhores Deputados: Procuradoria Geral do Estado, e não Tribunal de Contas do Estado.

Creio que dá bem para se distinguir tais nomenclaturas. Tal projeto, constante de dois artigos, teve a sua tramitação normal pelas comissões técnicas e específicas desta Casa, inclusive na C.C.J. recebeu deste Deputado, voto favorável, e nem poderia ser diferente, diante dos objetivos a que se propunha, em que pese não ser o mais justo para os membros da Procuradoria Geral do Estado, fomos favorável à sua aprovação, mas quero destacar que até então não se cogitava em alguma emenda, tanto isto é verdade, que nós mesmos, atendendo a algumas reivindicações justas, apresentamos emendas às quais, depois de rejeitadas, para não fugir à regra, com tudo aquilo que a Oposição apresenta, foram para o arquivo.

Mas dizíamos que o projeto passou pelas comissões e delas recebeu pareceres favoráveis, isso na forma como o mesmo chegara a esta Casa. Como é comum, tal projeto recebeu como disse, várias emendas, todas emendas de Plenário.

As emendas apresentadas por dois Deputados do Partido Governista foram aprovadas e aquelas apresentadas por este Deputado, como disse, foram rejeitadas. Até aí, Sr. Presidente, tudo caminhava muito bem.

Agora, o que não é comum, é se inserir num determinado projeto, emenda relacionada com assunto completamente diverso daquele constante do mesmo, ou seja, num projeto oriundo do Executivo, onde se pretende alterar dispositivos de uma lei, relacionada com a Procuradoria Geral do Estado, apresentar emenda alterando disposições do Tribunal de Contas.

Isso para nós é incompetência, desconhecimento de quem a subscreve, ou é má-fé. Não podemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ter outro entendimento e para sermos mais honestos, diria até que fora de má-fé, porquanto o seu subscritor, o Deputado Erondy Silvério, a quem tanto prezamos pelo seu brilhantismo e vivacidade parlamentar, é reconhecidamente um Parlamentar competente e nós compreendemos a posição do nobre Líder da maioria.

Sabemos não ser fácil ser um porta-voz de um Governo como este que aí está, muitas vezes, temos a impressão de que o nobre Líder, se vê em dificuldades, ao ter que adotar alguma medida por imposição ou solicitação forçada do Governo que representa, às vezes, até contra a sua vontade.

Temos a impressão que ao nobre Líder seria mais interessante até, apresentar não uma, mas sim dezenas de emendas que favorecessem o funcionlismo público estadual, principalmente os inativos, os aposentados até quem sabe, as viúvas de servidores que tantos serviços prestaram à causa pública do Paraná.

Aliás, por falar em emendas que favoreçam o funcionlismo público estadual, é de se sugerir ao nobre Líder, “datíssima vênica”, que, usando seu poder de influência junto ao Senhor Governador, apresente emendas no projeto que visa conceder abono ao servidor estadual, ora em trâmite nesta Casa.

Baseamos tal sugestão, no fato de que as emendas porventura apresentadas pelo nobre Líder do Governo, terão seu acolhimento, por parte do Governador, mesmo sendo inconsti-

tucionais. Ao passo que se apresentadas por nós da Oposição as mesmas nem sequer serão aprovadas por este douto Plenário.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, voltando ao Projeto de Lei n.º 152/79, já agora com regime de urgência requerido pela Liderança do Governo e aprovado em 10 de outubro do mesmo ano, o mesmo veio a Plenário e também recebeu o devido acolhimento. Foram acolhidas também em segunda e terceira discussões três emendas. Duas de autoria do Deputado Gabriel Manoel (relacionadas com o projeto em si) e a terceira de autoria do Deputado Erondy Silvério, esta com o apoio de vários outros Senhores Deputados, todos do PDS, (diversa da matéria em votação, ou seja, do projeto em questão).

Aqui é que as coisas começam a cheirar mal, senão vejamos: o Regimento Interno, em seu art. 140, § 5.º, diz claramente NÃO SER ADMISSÍVEL EMENDA substitutiva (que não foi o caso) ou ADITIVA (que foi o caso) QUE NÃO TENHA RELAÇÃO DIRETA E IMEDIATA COM A MATÉRIA DA PROPOSIÇÃO PRINCIPAL.

Diz ainda o Regimento Interno que as emendas que cria rem ou aumentarem despesas serão submetidas à Comissão de Finanças.

Se isto tudo não bastasse o art. 47 da Constituição Estadual, em seu inciso I, diz textualmente o seguinte: “Compete privativamente ao Governador iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções, ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores, ou acresçam a despesa, bem como fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar”.

Ontem quando abordamos este assunto fomos contestados inicialmente pelo Deputado Airton Cordeiro e secundado pelo Deputado Erondy Silvério. Tanto um quanto como o outro foram unânimes em afirmar que tal emenda, que gerou o art. 3.º da Lei 7.317, fora aprova por unanimidade por esta Casa, inclusive, por todos os Deputados da Oposição. Para tal ambos usaram como fundamento os Anais desta Assembléia.

E, hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados ao compulsar tais Anais pudemos observar que tal não ocorreu. O que foi aprovado por unanimidade foi o Projeto 152/79, tal como veio do Executivo.

As emendas (duas de autoria do Deputado Gabriel Manoel referentes ao mesmo assunto objeto do projeto) e uma do Deputado Erondy Silvério (completamente estranha ao projeto), foram aprovadas pura e simplesmente, em segunda e terceira discussões, sem no entanto serem por unanimidade, como afirmaram os eminentes Deputados Airton Cordeiro e Erondy Silvério.

Como prova do que afirmo, eu indicaria as páginas 11 e 13, dos dias 14 e 15, do mês de maio de 1980, respectivamente. E para ilustrar tal afirmativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomaria a liberdade de proferir aqui a leitura, do que consta nos Anais da Casa, referentemente a este projeto, em data de 14 de maio de 1980. Dentre as várias matérias que se discutiu e que se aprovou naquele dia, uma era a seguinte: 2.ª discussão do Projeto de Lei n.º 152/79, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental n.º 128/79, que dá nova redação à Lei 7.074, de 02 de janeiro de 79, que trata da organização da Procuradoria Geral do Estado, e adota outras providências. Parece favoráveis da Comissão de Justiça e Recursos Humanos. Com emendas de Plenário, em regime de urgência. Em votação, ressaltadas as emendas.

No final da sessão, deste mesmo dia, segundo consta aqui dos Anais da Casa, diz o seguinte: —

“O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação projeto, ressaltadas as emendas. — Aprovado.

Em votação a emenda n.º 1. Aprovada. Em votação a emenda n.º 2. Aprovada. Em votação a emenda n.º 3. — Aprovada.

E em momento algum, fala em unanimidade, que seria a votação de todos os Deputados que estivessem presentes naquela oportunidade.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Em seguida, nobre Líder, assim que conceder o aparte ao meu Líder, Deputado Nelton Friedrich.

Dando seguimento à ilustração, Sr. Presidente, a que me propuz, constante dos Anais da Casa, gostaria também de proferir aqui a leitura, do que consta nestes mesmos Anais, referentemente à sessão do dia seguinte, 15 de maio de 1980. Que diz o seguinte, dentre as várias matérias também analisadas naquele dia.

“3a. discussão do Projeto de Lei n.º 152/79, de autoria do Poder Executivo. Mensagem Governamental n.º 128/79, que dá nova redação à Lei 7.074, de 2 de janeiro de 79, que trata da Organização da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências. Pareceres favoráveis da Comissão de Justiça e da Comissão de Recursos Humanos. Com emenda de Plenário. Por unanimidade, nesta discussão. Em regime de urgência.”

Em votação a emenda n.º 2. Aprovada. Em votação a emenda n.º 3. Aprovada. Que foi a que deu azo a todos estes tipos de aposentadorias que nós estamos agora aqui discutindo. Em votação a emenda n.º 4. De autoria deste Deputado, relacionada com a Procuradoria. Rejeitada. Em votação a emenda n.º 5, deste Deputado, também relacionada com a Procuradoria. Rejeitada. E em votação a emenda n.º 6, também de autoria deste Deputado, também relacionada com a Procuradoria Geral do Estado.

Também rejeitada. Agora, o que nós da Oposição temos também que deixar muito bem claro, aqui nesta Casa e nesta hora, é que nesse dia, 15 de maio de 1980, quando entrou em 3a. discussão, numa quinta-feira, aquela emenda se encontrava em visita a este Poder, mais especificamente à Bancada do PMDB, o atual Prefeito de São Bernardo do Campo, Dr. Antonio Tito Costa, conforme consta inclusive dos Anais desta Casa, aquele dia, que diz aqui o seguinte:

“A Mesa registra com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Antônio Tito Costa, Prefeito Municipal de São Bernardo.”

E fora em razão dessa ilustre e honrosa visita, que a nossa Bancada, naquele dia, quando esse projeto e essa emenda entrava em 3a. discussão, aqui não se fez presente.

Pergunto-lhe, realmente, se a emenda tramitou neste Poder, de forma pacífica, tranqüila e que esteve em condições de debate, porque ela não entrou em 1a. discussão, por que fora dispensada a redação final? Por que exatamente no dia em que a Bancada do PMDB não estava aqui presente, depois de estar devidamente justificada essa ausência, referida emenda fora tão somente aprovada em segunda e terceira discussões?

Creio que com o que consta nos Anais da Casa está suficiente bem claro que a Oposição cochilou, e nós reconhecemos isso, reiteradamente, não se pode, agora, querer atribuir a essa emenda o retrato de moral, em razão de um cochilo que - reconhecemos, repito, de forma alguma podemos admitir que tal emenda possa ter o cunho de moral.

Dizer-se que tal emenda por aqui passou de maneira livre e em rito normal, também não podemos aceitar. Em momento algum, a emenda foi debatida. Os Anais estão aqui para comprovar essa afirmativa.

Imaginem os senhores se uma emenda como essa não seria motivo de grande debate, neste Parlamento. Se tal não ocorreu foi, única e exclusivamente, da maneira intencional, quando a mesma por aqui tramitou.

Quanto ao fato de termos afirmado que a mesma é imoral, o fizemos estribados em tudo o que acabamos de aqui relatar. E o que é pior, se o Sr. Governador Ney Braga que, muitas vezes, veta emendas e até projetos inteiros, sob alegação de não atenderem aos interesses do Estado, desta vez não usou de tal prerrogativa constitucional.

Será porquê, é de se indagar, teria levado o Sr. Governador a fechar os olhos para essa emenda, já que a mesma era, e continua sendo inconstitucional.

Será que Sua Excelência pensa que já é dono do Estado do Paraná? Em razão dos 22 anos de mando? Será que Sua Excelência pensa que já é dono dos cofres públicos do Estado?

Será que Sua Excelência pensa que o seu sucessor sairá do seu grupo de influências e de forma biónica?

Ao assim agir, temos a impressão que o Chefe do Executivo se esquece de que o poder não é eterno. O poder é transitório. O poder é passageiro.

Para que nós afirmássemos que tal emenda - e não o Deputado Erondy Silvério - quero deixar bem claro - é imoral, nós o fizemos estribados em valores que separam o eminente Líder, não significam muito, para nós significam bastante e significam muito.

Usaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as próprias palavras do Deputado Erondy Silvério, no que tange ao significado de imoralidade.

Ontem, em seu aparte ao Deputado Airton Cordeiro, entre outras coisas, o Deputado Erondy Silvério disse o seguinte:

“O nobre Deputado José Tavares, ultimamente, é o pai da honestidade, nesta Casa. Tudo para ele é imoral”.

“Eu perguntaria - diz o Deputado Erondy Silvério - o que é imoralidade?”

É um conceito que varia de povo para povo, de indivíduo para indivíduo - com o que eu concordo - e já dei, diz o Deputado Erondy Silvério, um exemplo das mulheres da antiga Creta - se é assim que ele disse - que eram proibidas de mostrar os tornozelos mas, andavam com os seios à mostra”.

Gostaria assim, rapidamente, de analisar essa afirmativa do Deputado Erondy Silvério. Ele diz que o conceito de imoralidade varia de indivíduo para indivíduo. Realmente, para Sua Excelência uma emenda como esta é moral.

Sua Excelência acha moral aposentar uma meia dúzia de políticos mal sucedidos, com aposentadorias milionárias, com tempo de serviço que ele não tem, ou não teve.

Mas eu e minha Bancada, achamos que isso é imoral, além de imoral, é indecente, porque, prevalecer-se de um mandato de Deputado, prevalecer-se de uma condição de Líder do Governo, para inserir inadvertidamente ou subrepticiamente, uma emenda, Sr. Presidente ...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? Vossa Excelência está se referindo a mim.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência deixa eu continuar ou não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — Está com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES — A verdade machuca e tem machucado há muito tempo, e vai continuar machucando a mais tempo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao

Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência sabe e isso é do Regimento de que o orador deve ...

O SR. JOSÉ TAVARES — Gostaria, Sr. Presidente, que Vossa Excelência indagasse do nobre Líder qual é o artigo que estou ferindo, Sr. Presidente. Estou usando regimentalmente o horário, no Grande Expediente. A verdade realmente machuca, e o nobre Líder gosta muito de tumultuar quando a verdade está em jogo!

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... não se dirija à Mesa.

O SR. JOSÉ TAVARES — Vossa Excelência, Sr. Presidente, deve me assegurar o direito de aqui livremente expor o meu pensamento. Ele tem tempo suficiente e o horário que quiser para aqui vir contestar as minhas palavras.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Responderei a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES — Então, responda amanhã e não hoje. Seja, pelo menos, educado. Mas, continuo, Sr. Presidente, se é que eu posso ter o direito de expor aqui o meu pensamento ...

O SR. PRESIDENTE — Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado.

... continuo, Sr. Presidente, que conceito de imoralidade realmente para mim é este: moralidade é respeitar o direito do povo, moralidade é ser digno com os votos que se recebe em época de eleição. Isto é ser moral, isto é ser digno, isto é honrar um mandato e não vir aqui inserir subrepticamente uma emenda para beneficiar meia dúzia de apaniguados do Sr. Ney Braga, de políticos mal sucedidos com o dinheiro do povo.

Não podemos, Sr. Presidente, admitir isso!

Isto é uma vergonha, e nós da Oposição, reconhecemos o cochilo mas, em seguida a este cochilo, como prova de que erramos, procuramos consertar o nosso erro, através de um apoio, através de um apoio maciço a um projeto de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros ...

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Em seguida..

... que visa revogar esta emenda imoral; que visava recuperar, pelo menos, a imagem do Poder; que visava fazer justiça.

E esse projeto do Deputado Dácio Leonel de Quadros, ao tramitar pelas Comissões técnicas desta Casa, fora, o que deveria ter sido, como a emenda, rejeitado. O projeto do Deputado Dácio Leonel de Quadros fora rejeitado sob a eiva de inconstitucional.

É de se perguntar, é de se reiterar aqui, se o projeto do eminente Deputado Dácio Leonel de Quadros, que visava corrigir um erro, que dava ao Governador a oportunidade de tentar redimir-se do seu erro, fora rejeitado, como é que a emenda pode ter passado, não só por esta Casa, e receber a sanção do Governador do Estado?

Repito aqui: ou é incompetência ou é má fé de quem a subscreveu.

E mais má fé, eu diria, que é do Sr. Ney Braga, este o grande responsável, que, muitas vezes, veta projetos de lei, muitas vezes veta emendas, e aquela ele não teve coragem, não teve a dignidade de vetar, na condição de Governador

do Estado.

Mas, se nós do PMDB erramos, se nós negligenciamos, se nós pecamos até, eu diria, no cumprimento de nosso dever, creio que já foi suficientemente explicado, fora porque, no dia em que a emenda passou em 3a. discussão, nós estávamos recebendo e prestando uma homenagem ao Prefeito Tito Costa, no dia 15 de maio de 1980.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço um aparte a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES — Em seguida.

Mas, eu dizia que efetivamente, quando se comete um erro, quando a pessoa está imbuída dos melhores propósitos, a primeira providência que ela toma é tentar redimir-se desse erro, e, a nossa Bancada, 15 dias após, o projeto vergonhosamente aprovado por este Poder, sem os votos deste Poder - é bom que se diga alto e a bom som, conforme está nos Anais da Casa, que acabei de ler, nós procuramos corrigir o nosso erro, assinando, dando apoio ao projeto de autoria do Deputado Dácio Leonel de Quadros que visava corrigir, revogar aquele dispositivo de lei. Infelizmente, o projeto fora rejeitado, como disse, por ser inconstitucional e, o que realmente era, nós não podemos aqui, querer defender pura e simplesmente o projeto do Deputado Dácio Leonel de Quadros porque ele tinha e tem, um efeito moralizante, mas, nós não podemos deixar também de admitir a sua inconstitucionalidade.

Mas, por que dois pesos e duas medidas?

A emenda foi constitucional, pelo menos passou por aqui sem ter passado pelas Comissões específicas e teve o acolhimento - que não deveria ter - do Governador do Estado. O projeto do Deputado Dácio Leonel de Quadros realmente é inconstitucional, mas, se a emenda passou, por que não passou o projeto? Mas acontece que, quem apresentou tal projeto fora um Deputado da Oposição, não fora um Líder do Governo, não fora um Deputado da Situação, bem posicionado junto ao Palácio Iguaçu, porque se fosse um Deputado do Partido do Governo, não há a menor dúvida que, inconstitucional, problema de imoralidade, problema de respeitar voto, eleitor, tudo isso, "joga no lixo".

Aqui só se respeita o eleitor, através de atos como este, somente em rádio, televisão e jornal.

Aqui na Assembléia - com todo o respeito - nesta Casa só se respeita eleitor, e isto, eu me refiro à Bancada do Governo, em muitos episódios não diria todos, o menor respeito pelo eleitor, pelo voto, pelo mandato.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência é um mentiroso!

O SR. JOSÉ TAVARES — Mentiroso é Vossa Excelência. Vossa Excelência deve respeitar ...

O Sr. Quielse Crisóstomo — O que que houve? Qual é o problema?

O SR. JOSÉ TAVARES — Assegura-me a palavra, Sr. Presidente?

A verdade, Sr. Presidente, machuca.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O orador que está na tribuna, Sr. Presidente, poderá usar o tempo necessário, e o restante, com o Deputado Fiori Luiz. Se o Deputado José

Tavares quiser usar os 15 minutos, que o faça, ou, o tempo necessário, e, posteriormente, o Deputado Fiori Luiz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(João Mansur) — Após fazer soar os tímpanos).

A sessão está suspensa por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está reaberta a sessão. Com a palavra o Sr. Deputado José Tavares.

O Sr. Airton Cordeiro — Peço a palavra, Sr. Deputado, em aparte.

O SR. JOSÉ TAVARES — Concederei, nobre Deputado Airton Cordeiro, depois que conceder o aparte ao Deputado Nelson Friedrich que havia solicitado em primeiro lugar.

O Sr. Erondy Silvério — Solicitei também o aparte a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES — Exatamente, nobre Líder. Concederei em seguida. Será o segundo Deputado a receber o aparte.

Mas, Sr. Presidente, é difícil deixar numa situação como esta, de analisar mais este episódio que ocorre nesta tarde. Se este Deputado ...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Pela ordem, Artigo 151, § 5.º do Regimento Interno.

Solicito a Vossa Excelência que observe com vagar os termos usados pelo orador que está na tribuna, sob pena de cenas como estas se repetirem, porque o Regimento proíbe e dá condições a Vossa Excelência, como Presidente da Casa, de coibir tais situações, de impedir que tais oradores façam uso da tribuna.

Então solicito a Vossa Excelência, nos termos regimentais, na sua devida atribuição, a devida providência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa está atenta ao que diz o artigo invocado por Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES — Pediria também a Vossa Excelência que observasse daqui para a frente, o comportamento do Deputado Quielse Crisóstomo, que se o meu, ao generalizar uma afirmativa, e que se a fiz, fiz porque é este o meu entendimento, é este o entendimento que tenho diante de episódios que tenho acompanhado, o Deputado Quielse Crisóstomo não pode de maneira tal, só porque está armado, só porque é um homem que tem fama de valente, vir num Parlamento prevalecendo-se dessa sua índole, querer bagunçar, querer acabar com uma reunião ...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte? Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — .. querer acabar com uma reunião na base da violência é de um arbítrio que nós não podemos assistir.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Solicito a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Faz soar os tímpanos).

O Sr. Quielse Crisóstomo — Invoco a Vossa Excelência, mais uma vez. Estou sendo provocado e eu vou "topar" a

parada, Sr. Presidente, estou sendo provocado pelo orador.

Invoco, primeiro, o Regimento e Vossa Excelência. Invoco o Regimento em primeiro lugar.

O SR. JOSÉ TAVARES — Não se trata, Sr. Presidente, de provocação. É um direito meu ...

O Sr. Airton Cordeiro — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós gostaríamos de formular um apelo ao Deputado José Tavares que se encontra na tribuna, em primeiro lugar, para que, dentro da altivez parlamentar ...

O SR. JOSÉ TAVARES — Mas eu estou tendo, nobre Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — ... Parlamentar, respeite integralmente não só a bancada a que pertence mas como a esta bancada.

O SR. JOSÉ TAVARES — Gostaria que Vossa Excelência fizesse esse apelo ao seu Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — Em segundo lugar, faço um apelo a Vossa Excelência, e ao Deputado José Tavares no sentido de que a discussão gire em torno da matéria, objeto do pronunciamento.

O SR. JOSÉ TAVARES — Se me deixarem.

O Sr. Airton Cordeiro — Nós não estamos aqui, Sr. Presidente, para fazer investigação criminal sobre qualquer pessoa, então eu gostaria, para ir ao socorro ao companheiro Deputado Quielse Crisóstomo, de afirmar a Vossa Excelência e de pedir sua interferência nesse sentido.

...Afirmar que nós não estamos aqui para fazer investigação sobre a vida de ninguém. Por isso há os meios jurídicos, há o Poder Judiciário e não estamos aqui para fazer o juízo final ...

O SR. JOSÉ TAVARES — Posso concluir, Sr. Presidente, ou vamos ter que ouvir um discurso paralelo, Sr. Presidente?

O Sr. Airton Cordeiro — Não, Vossa Excelência não vai ouvir discurso paralelo.

Agora, nós não podemos nos calar, e nos silenciar diante dos insultos de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES — Claro que não, Vossa Excelência tem todo o direito. Claro que não.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência quando generaliza, e Vossa Excelência peca ainda mais quando não aceita democraticamente o debate, porque Vossa Excelência faz um monólogo.

O SR. JOSÉ TAVARES — Ontem Vossa Excelência não permitiu que eu o apartasse, nobre Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro — É o apelo, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ TAVARES — Interessante, Sr. Presidente, o Deputado Airton Cordeiro vem falar em debate e monólogo, quando ontem ele foi o primeiro a não permitir que nós o apartássemos.

O Sr. Airton Cordeiro — Porque não houve tempo para Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES — E não está havendo também tempo para eu conceder o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilton Friedrich — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, se nós concordarmos com o que disse há pouco o Deputado Airton Cordeiro, que ninguém está aqui a fazer juízo de ninguém, é também importante e Vossa Excelência que conduz este Poder, que a funcionalidade dele não se faça sob a ameaça de ninguém.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu só lembraria a Vossa Excelência que, como Chefe Supremo deste Poder que existe aqui uma lei proibindo terminantemente Deputado andar armado e esta lei seja cumprida, sob pena de Vossa Excelência por em risco a sua autoridade.

Mas eu vou concluir.

(Tumultos no plenário). (Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita aos Srs. Deputados que respeitem o orador que se encontra na tribuna.

Continua com a palavra o orador que está na tribuna, Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Mas deixando de lado o descumprimento da lei que proíbe o Deputado andar armado, principalmente em plenário, eu concluiria dizendo o seguinte, Sr. Presidente. Que em determinada data requeremos através desta Mesa, ao Sr. Governador do Estado, já que é de sua exclusiva competência, que enviasse Mensagem a esta Casa visando também corrigir este erro, se é que o Sr. Governador incorreu em erro. Porque erro se comete por culpa e eu tenho as minhas dúvidas de que a referida emenda teria tido algum eivo de culpabilidade, no meu entendimento, ou foi dolo na sua elaboração.

E como resposta o Chefe do Executivo acabou de sacramentar, via decreto, tais aposentadorias. Se o Sr. Governador do Estado como sempre acontece não deu a menor atenção a pessoa que neste momento ocupa esta tribuna, ele desrespeitou o meu mandato de Deputado, como muitos aqui desrespeitam. E ele estaria desrespeitando como desrespeitou, segundo o meu entendimento as pessoas que o me deram e do que me sinto muito honrado. E a posição contrária de alguns Conselheiros do Tribunal de Contas a tal emenda, conforme votos que temos em nosso poder, estão aqui - voto proferido no pedido de aposentadoria requerida por Joaquim Antônio Amazonas Penido Monteiro. E outro voto requerido pelo ex-Governador Emílio Gomes.

Pergunto, como é que ficam estes votos e posição destes Conselheiros? O que é que adiantou estes homens se posicionarem com base na lei, contrários a estas aposentadorias? Para o Sr. Ney Braga não adiantou absolutamente nada. Esquece-se o Sr. Governador que existe uma representação e aqui está se valendo do Poder Judiciário junto à Procuradoria Geral da República, visando anular tal dispositivo de lei, por sê-lo absolutamente inconstitucional. Esquece-se por seguinte ainda, o Sr. Governador Ney Braga que uma ação popular haverá, se já não foi ajuizada contra esse seu ato.

É assim que se governa, insensível a tudo isso? Creio que não. Mas a história haverá de fazer justiça e colocar as coisas no devido lugar.

Eu, para finalizar, queria lamentar profundamente mais este triste espetáculo que eu, como homem de primeiro man-

dato estou a assistir aqui nesta Casa. Confesso que sou, como fui um Delegado de Polícia que me honro muito ter sido, decepcionado, como sou um Deputado, decepcionado porque vim para cá como fui à Polícia, embuído dos melhores propósitos, dos propósitos mais elevados, dos propósitos mais honestos e que aqui, infelizmente aqui onde se fala do povo, onde se fala tanto da dignidade popular, infelizmente aqui onde se fala em Casa do Povo, em democracia, infelizmente aqui, estou recebendo as lições mais vergonhosas da minha vida. Mas não me curvarei; não modificarei o meu caminho; a minha honra e a minha dignidade jamais serão maculadas por qualquer cidadão, armado ou desarmado; valente ou fraco; porque homem é homem, não se curva diante de prepotência.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, que tem 5 minutos.

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não há novidade de que eu vá abordar exatamente o assunto abordado desta tribuna, pelo eminente Deputado José Tavares.

Vou abordá-lo apenas para fazer assim uma retrospectiva ainda que vaga, pelo menos para que nos lembremos do passado e para que não tenhamos debitada na nossa conta, qualquer atitude menos responsável, lembra-me e lembraria também aos senhores, que no dia 28 de maio de 1980, é que tivemos a sanção do projeto, da Mensagem aprovada por esta Casa e que se transformou na Lei 7.317, com o seu artigo terceiro, que tanta polêmica vem causando.

Desta tribuna, eu já disse e dessa tribuna também fez menção o eminente Deputado José Tavares. Ninguém está a dizer e ninguém está a contestar as afirmações, de que tenha havido cochilo. Hoje ainda quando eu assistia a um programa de televisão, numa entrevista do eminente Senador Jarbas Passarinho, Sua Excelência a certa altura, a respeito também de matéria daquela Casa dizia, que já que o Congresso fez, ao Congresso cabia desfazer. E foi isto, na época, que nós também pensamos. 15 dias, exatamente 15 dias, depois, da sanção do Sr. Governador Ney Braga, surgindo a Lei 7.317, com apoio de ilustres companheiros da bancada da Oposição, estive nesta mesma tribuna, para apresentar um projeto de lei, revogando o artigo terceiro. 15 dias depois, e lembro-me ainda como se fosse hoje, que desta tribuna fiz um apelo em tom patético ao Sr. Governador Ney Braga, suplicando para que não se valesse daquela lei, enquanto esta Casa não tomasse a sua decisão, a respeito do projeto então apresentado. E o que aconteceu a Casa sabe. O projeto de lei que apresentamos foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, e naquela comissão, recebeu parecer desfavorável. Foi relator o eminente Deputado Airton Cordeiro.

Foram votos vencidos os dos companheiros Fidelcino Tolentino e Adalberto Daros.

E aquela Comissão entendeu o nosso projeto como inconstitucional, porque entende que era da alçada do Poder Executivo, qualquer medida que tratasse de benefícios e vantagens a funcionários. Mas na verdade, quem pode o mais, pode o menos.

E como esta Casa havia aprovado uma emenda, numa Mensagem, emenda proposta nesta Casa, por um ilustre Sr. Deputado.

Se esta não teve a sua inconstitucionalidade reconhecida em Comissões, porque em Comissões não passou; se, não

obstante sendo uma emenda que não dizia respeito à Mensagem que, naquela ocasião, estava em exame, mesmo assim, foi recebida pela Presidência da Casa; se aprovada por esta Casa, não foi vetada pelo Chefe do Poder Executivo, porque daí, nós deduzimos que era dada a sua conveniência, nós entendemos que poderia, perfeitamente, esta Casa de leis, tentar, dentro dos meios que nos competem, corrigir aquele erro, que entendemos, tenha havido.

E não obstante o projeto tenha permanecido quase seis meses na CCJ, de lá saiu e foi para a Comissão de Recursos Humanos, em novembro do ano passado, e até o mês de agosto, não havia recebido qualquer parecer.

Foi quando, durante o recesso desta Casa, começaram as aposentadorias no Tribunal de Contas. E sentimos que enquanto esta Casa fazia silêncio nos seus trabalhos aqui, devorava-se a lei, usava-se a lei.

De nada adiantaram os apelos feitos na época, e acabamos entendendo que o retardamento dos pareceres, efetivamente conduziam a este caminho, para que a Casa não tivesse tempo de, pelo menos, decidir a respeito da matéria.

E continuamos na mesma caminhada. No dia 3 de agosto, à Mesa, encaminhou-se um requerimento firmado pelo ilustre Deputado Edilson Alencar, pedindo regime de urgência ao Projeto 81/80.

E o que aconteceu?

Hoje estamos a 1.º de setembro, 29 dias do pedido de urgência.

Rasga-se o Regimento Interno da Casa.

Falava, há pouco, com o eminente Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, e ele determinou que ali comparecesse Laertes Foggiato, Diretor do Departamento Legislativo desta Casa.

É preciso que estes dados fiquem bem gravados.

E pude ouvir, juntamente com o Sr. Presidente, do Diretor do Departamento Legislativo, de que havia um parecer, mas que, talvez, hoje, ainda, a Comissão se reunisse para deliberar sobre o parecer. Ao que eu lhe respondi:

"A matéria, eu entendo, já não está mais afeta à Comissão. Porque o Regimento estabelece que, dentro de 48 horas o parecer deve ser exarado sob pena de, o projeto vir para a pauta e, depois, à Ordem do Dia".

Estou fazendo este esclarecimento, porque já estou começando a querer ter a impressão - e Deus queira que não aconteça - que vão, talvez, encontrar algum jeito para que esta Casa não decida a matéria, para que ela morra no caminho das Comissões, para que não se respeite o regime de urgência.

Porque nós estamos aqui discutindo, e eu ainda não sei o que pensam os ilustres componentes da Bancada do PDS, a respeito do artigo terceiro, da Lei 7.317, na sua aplicação pelo Poder Executivo.

Ainda não sei se eles são contrários ou favoráveis a que este tempo seja contado em favor dos integrantes do Tribunal de Contas.

Ainda não sei.

E é preciso que nós e o povo, que todos nós saibamos. E só poderemos saber de uma forma: é se o projeto chegar aqui. Se o projeto for discutido e decidido aqui. Se aqueles que entendem que a Casa errou, puderem votar em favor do projeto, revogando aquele artigo e aqueles que entenderem sendo normais as aposentadorias aos Membros do Tribunal de Contas, da forma preceituada, naquela lei, que venham aqui e que votem contra o projeto que apresentamos.

O que nós queremos é que se caracterize, em definitivo, a posição da Casa. Porque, não quero continuar ouvindo cobranças.

Ontem, durante discussão desta matéria, quando usava a palavra o Deputado José Tavares, do meu gabinete, acompanhava trechos e pude ouvir que uma das coisas que se debita

é que foi uma decisão desta Casa. Mas, ninguém está dizendo que não foi decisão da Casa, ninguém está alegando que a Casa não tenha definido.

Há pouco, ouvia o ilustre Deputado Airton Cordeiro dizer que ao que deveríamos, na verdade - aos nos dirigirmos ao Deputado José Tavares - era ficarmos na discussão em torno da matéria, e é isso que queremos, Sr. Presidente, poder discutir a matéria.

Mas só há um jeito de discutir a matéria, que ela venha à discussão; que a matéria venha para a Ordem do Dia, para a Pauta, para que possa ser aqui esmiuçada e discutida. "Aceitar democraticamente o debate", outra expressão que ouvi e é exatamente isso que estamos pedindo. Não estamos pedindo mais nada. Estamos no "jus sperneandus" natural, mas contra tudo, Sr. Presidente.

Depois do que houve, naquela sessão em que se encontrava o Prefeito Tito Costa, depois daquele episódio, depois da sanção pelo Sr. Governador, a 28 de maio de 1980, nos compenetrámos de que havíamos, efetivamente, cometido um erro. Como disse bem o Deputado Erondy Silvério, que se fale na inconveniência - e é o tempo que quero usar, Sr. Deputado - a inconveniência, hoje, da matéria. Mas é justo que esta Casa defina se ela é inconveniente, ou não, que as Bancadas tomem posição; que as Bancadas decidam.

A verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e isso é muito importante para esta Casa, é que o Conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, Rafael Iatauro, através de seu Procurador, Dr. Mauro Albuquerque Maranhão, solicitou ao Procurador Geral da República para que ofereça representação ao colendo Supremo Tribunal Federal, a fim de que se declare a inconstitucionalidade do Artigo terceiro, da Lei n.º 7.317, de 28 de maio de 1980.

E, hoje, já não tenho dúvidas da inconstitucionalidade.

Hoje creio totalmente, basta que confrontemos a definição da lei, a nossa Constituição e a Carta Magna, em benefício dos atuais Conselheiros, Auditores e Procuradores, do honrado Tribunal de Contas do Estado do Paraná, valorizou o artigo terceiro, da Lei Estadual n.º 7.317/80, o tempo de serviço particular para ser computado por ocasião das respectivas aposentadorias, inclusive para o efeito de percepção da gratificação adicional.

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - A Mesa informa o nobre orador que lhe resta um minuto para concluir sua oração.

O SR. DÁCIO LEONEL - Já concluirei, Sr. Presidente.

Nossa Carta Magna exige que os Estados Membros respeitem as normas relativas aos funcionários públicos. Estabelece que o tempo de serviço público prestado aos entes de direito público expressamente indicados, seja computado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, na forma da lei. E determina que: Lei Complementar de iniciativa exclusiva do Presidente da República indicará quais as exceções às regras estabelecidas quanto ao tempo e natureza do serviço, para aposentadoria."

Evidentemente, nós não teremos tempo, desta tribuna, para que possamos nos ater a tudo que dispõe a Constituição Federal e que pudéssemos, num debate livre, tentar convencer todos os Srs. Deputados de que, um grave crime está ocorrendo e que, precisamos não ficar tentando, através de artifícios de falta de "quorum" ou de caminhos fugidios, permitir que este projeto de lei morra numa Comissão. Esta Casa precisa ter dignidade - dignidade para dizer se concorda ou não, com as aposentadorias do Tribunal de Contas e isso só será

possível, Sr. Presidente, com o projeto, aqui, para a decisão dos Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.
(Ausente).

Em nome da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na tarde de hoje, esta Casa assistiu dois exemplos de comportamentos de representantes do povo. Dois senhores Deputados ocuparam a tribuna, para, dentro do seu ponto de vista combater o artigo terceiro de uma lei votada por esta Casa, inclusive com o voto deles. Um, o Deputado Dácio Leonel, usando termos regimentais, respeitando o Parlamento em que ele é uma figura atuante, respeitando a Bancada adversária porque ele hoje pertence a uma Bancada de Oposição; discorreu sobre a matéria, deu o seu ponto de vista, os Anais registraram a lisura do seu comportamento; o outro, usando um linguajar de sarjeta, o Deputado José Tavares, ex-Delegado de Polícia, torturador de presos, violento, truculento, quer transportar a sua truculência policial para o Parlamento, agredindo uma Bancada, agredindo os seus companheiros, mentindo à Casa como mentiu, descaradamente, Sr. Presidente!

Todos nós sabemos que foi aprovado por unanimidade. O que é unanimidade? É quando ninguém, do Plenário, levanta-se e solicita que conste em Ata o seu voto contrário. Esta, a alegação de que estavam homenageando o Prefeito Tito Costa, não pode ser válida.

Sr. Presidente, peço que me assegure, que diga ao Delegado torturador de presos, torturador dos direitos humanos, Delegado cuja remoção da Cidade de Londrina foi solicitada por um Deputado desta Casa, o qual aqui está presente, pediu ao Governo do Estado a remoção desse Delegado porque era indigno, porque se aproveitava da força para torturar, para violentar. Isto é imoral, Sr. Presidente! Usar da força contra pessoas indefesas. Isto é imoralidade! A história dá muitas voltas, Sr. Presidente! Um Deputado, que se encontra neste plenário, solicitou ao Governo do Estado, a substituição do então Delegado José Tavares, da Delegacia de Londrina, porque era imoral, porque torturava, porque maltratava, porque prendia sem culpa formada, Sr. Presidente. Esse é o homem que não respeita os seus companheiros, que vem pregar moral nesta Casa.

O Sr. José Tavares — Inclusive queria prender a Vossa Excelência por sonegação.

(Som interrompido, microfones desligados).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está com a palavra, o Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, eu insisto, porque assim foi feito há pouco, para que se modere essa situação, porque se nós queremos que efetivamente se repitam acontecimentos recentíssimos, é preciso que haja uma respeitabilidade e isso é imperativo que Vossa Excelência, nesse instante, conduza os oradores que estão na tribuna e em aparte.

Por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — É o apelo que eu faço ao nobre orador que se encontra na tribuna, Deputado

Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Presidente, esse apelo Vossa Excelência deveria ter feito ao Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — ... a fim de que possa manter o prestígio do Poder Legislativo.
Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, atendo o apelo de Vossa Excelência, apenas a Bancada do PDS exige o devido respeito, porque ela tomou uma posição na votação da matéria, que é um fato comum e corriqueiro nos Parla-mentos.

Não precisava existir facções políticas, não precisava existir partido de Oposição, nem Partido do Governo.

Agora, vir discutir uma matéria vencida com alegações mentirosas, instituídas de toda verdade, os próprios Anais da Casa lidos pelo próprio José Tavares, provam que foi por unanimidade, porque ninguém na oportunidade, levantou e pediu que constasse da Ata o seu voto contrário à emenda.

A emenda foi lida pelo Sr. Secretário, foi aprovada em primeiro e segundo turno e em terceiro turno, que são os turnos regulamentares para apreciação e votação de emendas.

Agora, porque o nobre Deputado tem sido cobrado por seus correligionários, não lhe dá o direito de agredir uma bancada, de agredir ao autor de uma emenda. Ele pode discordar. É um direito que ele tem de discordar da emenda, nós respeitamos o seu direito.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado Erondy Silvério, que está encerrado o tempo de Vossa Excelência, e concede a palavra ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não quero protestar à Mesa, mas Vossa Excelência conceda uma questão de ordem de um minuto e não descontou do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que foi descontado.
Concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Entendemos que Parlamento paranaense tem como missão principal defender os interesses da Nação e muito especialmente do Estado do Paraná.

Vemos e sentimos a economia paranaense ameaçada.

E trouxemos, não por termos bola de cristal, mas por pertencermos à classe política dotada de sensibilidade, no dia 5 de agosto p.p., anunciando que pressentíamos no ar a intenção da destruição da cafeicultura no Estado do Paraná e no Sul do País, registrando também a nossa preocupação com o destino do nosso parque cafeeiro que estaria sendo ameaçado naquela oportunidade.

E hoje todos os jornais da Nação trazem em manchetes atraindo a atenção do povo paranaense, e muito especialmente dos Estados do Sul do País, uma grande ameaça; anunciando que um movimento político poderá frustrar a recuperação do café paranaense. Para tristeza nossa, um forte movimento político liderado pelo Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, está pressionando o Governo Federal para estimular o plantio em regiões do País, especialmente no Nordeste e em outras regiões onde não haja perigo de geadas, sob o argumento de que a Nação cansou de sustentar a atividade

cafeeira no Centro Sul e particularmente no Estado do Paraná citado como exemplo de safras frustradas e dinheiro perdido por causa do frio.

Deve o Paraná, a classe política toda ela, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, quando uma ameaça desta já não mais para, mas é anunciada com a pretensão do desvio dos recursos na ordem de 65 bilhões de cruzeiros para recuperação do parque cafeeiro do Paraná e dos Estados do Sul do País, com a tentativa da indução desses recursos para os Estados nordestinos e muito especialmente a Bahia. Não há intenção do Governador da Bahia tão somente em fazer prevalecer o espírito regionalista, Sr. Presidente, nesse seu posicionamento.

Por trás desse posicionamento estão as multinacionais que exploram a industrialização e a comercialização de adubos e defensivos. Têm elas o interesse realmente do incentivo do plantio do café em regiões de solos inférteis que exigem uma adubação acentuada, que exigem a aplicação de recursos técnicos para o combate das pragas que incidem sobre a cafeicultura, muito especialmente no Nordeste, e na Bahia.

E não venha o Governador baiano a anunciar, e dizer, e a afirmar que estão cansados de sustentar a atividade cafeeira no Paraná e no Brasil, Sr. Presidente.

Nós temos os levantamentos dos últimos vinte anos da história cafeeira na Pátria Brasileira. O Brasil nos últimos 20 anos produziu 456.500.000 sacas de café. E o Estado do Paraná participou, nestes últimos vinte anos com aproximadamente 200.000.000 sacas de café, enquanto que S. Paulo e M. Gerais, dos Estados também ameaçados pela pretensão do Governador baiano e por tecnocratas incompetentes que dirigem o Instituto Brasileiro do Café, responsáveis por 222 milhões e 400 mil sacas de café. Ficando então o Estado do Espírito Santo e todos os demais, nos 20 anos da história da cafeicultura brasileira, com a produção abaixo, em 20 anos, de 50 mil sacas.

Um equívoco? Que intenção teria o Sr. Governador da Bahia, Estado que tem recebido inclusive a mão-de-obra especializada, daqui do nosso Paraná, de terra roxa e fértil, para o Estado da Bahia, oferecer a sua contribuição desde o homem mais simples do campo, para plantar o café baiano, para do parque cafeeiro baiano, tratar, colher e buscar um processo de secagem que ameaça até mesmo a existência do pouco café até hoje produzido no Estado do Bahia.

Produção insuficiente para atender aos contratos assumidos pelo nosso País, pela nossa Pátria no Exterior. Produções insuficientes, para abastecer o mercado interno em nossa Pátria.

E nós conhecemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o processo utilizado pelos Deputados nordestinos, que não ficam usando seus mandatos para chover no molhado. Independentes de partidos políticos, erguem suas vozes em defesa dos interesses do povo do nosso querido nordeste. Enquanto pudermos produzir no Sul do País, nós teremos condições, a Pátria brasileira terá condições de continuar socorrendo os nossos irmãos nordestinos, isto sim, Sr. Governador da Bahia.

Mas entendemos, que se o Paraná continuar silenciado, se o Estado de São Paulo não se erguer, se os mineiros não gritarem, estaremos todos partilhando e participando e assumindo a condição de coniventes, no extermínio da cafeicultura no Sul do País.

Em função disto, Sr. Presidente, já que o tempo hoje está bastante limitado, encaminhados à Mesa, o seguinte requerimento. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio em regime de URGÊNCIA, de telex aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro do Planejamento, Ministro da Agricultura, Governador do Estado do Paraná, Governadores e Presidentes das Assembléias Legislativas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Presidente do I.B.C.,

Presidente e Diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil S.A., nos seguintes termos:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, repudia a criminosa tese encabeçada pelo Governador da Bahia e tecnocratas despreparados que visando interesses regionalistas e especialmente das multinacionais produtoras de adubos e defensivos, pretendem desviar os recursos na ordem de sessenta e cinco bilhões de cruzeiros destinados ao Paraná; São Paulo e Minas Gerais, atingidos pelas geadas este ano sob a falsa alegação de que os referidos Estados são impróprios para a exploração da cafeicultura.

Equivocados e mal intencionados se apresentam os defensores desta ingloria e anti-patriótica tese, pois a história da cafeicultura e os dados estatísticos comprovam que o Sul do País tem sido responsável, por mais de 80% da produção nacional e que tendo como fator adverso tão somente o risco das geadas que sempre soubemos superar produzindo divisas para a Nação, enquanto na Bahia e outras regiões livres deste risco, há a certeza do elevadíssimo custo de produção face à infertilidade do solo, que exige adubação em quantidade onerosa, a seca que aliada ao fator anterior favorece o habitat para pragas, que compromete a produção e a própria sobrevivência dos cafeeiros, tais como o Ácaro Vermelho, a ferrugem nas colheitas que face às desordenadas floradas, impõem uma prolongada colheita no sistema de uso do pano, afora as dificuldades para a secagem do café.

Face ao exposto, apelamos a Vossa Excelência, por ser de justiça e direito que defenda os interesses da Nação, intercedendo para evitar o desvio dos recursos para a recuperação dos cafeeiros geados do Paraná e dos Estados do Sul do País, que continuarão produzindo na cafeicultura e em todas as outras atividades agrícolas para gerar recursos e divisas, ajudando o Brasil a superar suas dificuldades econômico-financeiras e inclusive auxiliando e socorrendo os Estados do Nordeste, sempre que nossos compatriotas daquelas áridas regiões necessitarem do nosso esforço e participação.

O interesse nacional sempre haverá de sobrepor-se a mesquinhos interesses regionalistas.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1981.

a) DEL CIEL”

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre orador que está encerrado o horário que Vossa Excelência tinha para ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Esta Presidência registra com satisfação a presença em nosso Plenário, do Sr. Jacy Scanaghatta, Prefeito Municipal de Cascavel.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, devidamente apoiada, constante do expediente. — Recebida. — Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e proceda a chamada

nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal 46 Srs. Deputados. Há “quorum” para votação.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 32/81, (Mens. Govern. n.º 38/81), que aprova os Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com os Municípios especificados, objetivando a construção de mini-postos de saúde. — Aprovado.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação, solicito que se proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere. Solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal 43 Srs. Deputados.

Há “quorum” para deliberação.

Será procedida a verificação de votação do Projeto de Resolução n.º 32/81, atendendo solicitação do Sr. Deputado Dácio Leonel.

(É procedida a verificação de votação).

28 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

29 Srs. Deputados aprovam.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Deferido.

(É feita a verificação de votação).

29 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. — Aprovado, o Projeto de Resolução n.º 32/81.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 33/81, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica do Município de Capitão Leônidas Marques, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Boa Vista da Aparecida. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 34/81, (Mens. Govern. n.º 40/81), que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando a prestação de serviços de assistência técnica e cooparticipação em estudos que visam a “Análise da Potencialidade da Navegação Interior nos Afluentes do Rio Paraná”, com influência no Estado do Paraná. — Aprovado.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Deferido.

(É feita a verificação de votação).

29 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado re-

jeita. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIOS, que denomina “Prefeito Moacir Correa”, a rodovia PR-517, trecho que liga Andirá à cidade de Itambaracá. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/81, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a “Associação Escola Suço-Brasileira de Curitiba”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/81, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que altera o regime de auxílio hospitalar ao servidor e dependentes, contida no Art. 4.º, do Decreto n.º 14.585, do Regulamento do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — Aprovado.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/81, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que introduz alterações no texto da Lei n.º 6149, de 09 de setembro de 1970. (Regimento de Custas Judiciais). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/80, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT e OUTROS, que altera o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. (Antecipando para quinta-feira a sessão ordinária de sexta-feira). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
RESOLVE:

Art. 1.º — O artigo 73 do Regimento Interno fica acrescido de mais um parágrafo com a seguinte redação:

“§ 2.º — A sessão ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para após o término da sessão ordinária de quinta-feira, mediante convocação do Presidente”.

Art. 2.º — No § 3.º do art. 194 do Regimento Interno, onde se lê:

“até sete faltas por mês”, leia-se “até três faltas por mês”.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1980.

aa) LÁZARO DUMONT, TÚLIO ZANCHET, PALÁCIOS, AGUINALDO PEREIRA LIMA, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, ADALBERTO DAROS, JOÃO MANSUR, MÁRIO CELSO, ERONDY SILVÉRIO, GILBERTO CARVALHO, EGON PUDELL, VALDUGA, GABRIEL MANOEL, EZEQUIAS LOSSO, RENATO BERNARDI, ANTÔNIO FACCI, FUAD NACLI e TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução tem por objetivo racionalizar os trabalhos da Assembléia Legislativa, proporcionando condições para que os Deputados e funcionários possam melhor desempenhar suas funções nesta Casa e na sociedade em geral.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Resolução n.º 64/80

O Projeto visa permitir, quando for necessário e por inicia-

tiva do Presidente, a antecipação da sessão atualmente realizada às sextas-feiras no período matinal, para às quintas-feiras, logo após o termo da sessão ordinária.

Fundamenta-se a medida em propósitos racionalizadores dos trabalhos da Assembléia que, dessa forma, poderá aplicar-se a outros afazeres próprios da representação política, sem prejuízo da atuação em Plenário.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo anexo que ajusta a matéria ao melhor estilo legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
AIRTON CORDEIRO — Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/80

Art. 1.º — O art. 73, do Regimento Interno passa a ter a redação seguinte:

“Art. 73 — As sessões ordinárias terão início às 14:30 horas e durarão, no máximo, 4:30 horas.

§ 1.º — O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

§ 2.º — A sessão ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para quinta-feira, após a respectiva sessão ordinária, mediante convocação do Presidente.”

Art. 2.º — O § 3.º, do Art. 194, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3.º — A Mesa poderá mandar abonar até três (03) faltas por mês do Deputado que justifique a sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento de votação.”

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente
AIRTON CORDEIRO — Relator

Em discussão.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Submete-se a esta Casa Legislativa, o presente Projeto de Lei n.º 64/80, de autoria do eminente Deputado Lázaro Dumont e outros, alterando o Regimento da Assembléia Legislativa, antecipando para quinta-feira, a Sessão Ordinária de sexta-feira, com parecer favorável da C.C.J., com emenda substitutiva, por decisão unânime.

Na verdade, Senhor Presidente, a nossa preocupação está exatamente no aspecto constitucional do presente projeto de resolução.

Não obstante o parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça, com o voto do eminente Deputado Paulo Camargo, com restrições, referido parecer diz o seguinte: “O projeto visa permitir, quando for necessário e por iniciativa do Presidente, a antecipação da sessão atualmente realizada às sextas-feiras no período matinal, para as quintas-feiras, logo após o término da Sessão Ordinária.”

Fundamenta-se a medida em propósitos racionalizadores dos trabalhos da Assembléia e desta forma, poderá aplicar-se a outros afazeres próprios da representação política, sem prejuízo da atuação em Plenário.

O Parecer é favorável na forma do substitutivo anexo, que ajusta a matéria ao melhor estilo legislativo.

É o Parecer.”

Relatado pelo eminente Deputado Airton Cordeiro, e com a votação unânime, como já disse, os demais membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Srs. Deputados, eu confesso que não vejo a razão que se pretende atribuir a referido projeto de resolução, em que tenhamos a sessão das sextas-feiras antecipada para quintas-feiras, após o término da sessão ordinária.

Não entendo que tal fundamentação possa ser levada em conta no sentido de racionalizar trabalhos desta Casa Legislativa e nem na aplicação a outros afazeres de representação política.

Entendo, isto sim, é que poderemos ser mal julgados pela opinião pública. Entendo que possamos abrir um sério precedente para que amanhã possam nos cobrar, inclusive, mais uma sexta-feira, sem maior ativação e podendo, desta forma permitir que esta Casa não funcione.

Mas a minha preocupação real é que cometamos aqui uma ofensa, um risco à Constituição do Estado do Paraná. Li atentamente e tenho a impressão de que aquilo que se pretende com este projeto de resolução, contraria a norma constitucional.

O artigo 16, da nossa Carta Magna, estabelece: “Compete a Assembléia Legislativa, dispor em regimento interno acerca da sua organização, polícia interna e provimento dos cargos dos seus serviços.

Parágrafo único — Observar-se-ão as seguintes normas regimentais:

1 — na constituição das Comissões assegurar-se-á tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos políticos.

2 — Nenhuma alteração regimental será aprovada sem proposta escrita, que será impressa, distribuída e discutida, pelo menos em dois dias de sessão.

E o terceiro inciso — Não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária por dia. Repito, não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária por dia.”

Quero crer, salvo melhor juízo, ou salvo um entendimento que possa me convencer, de que realmente há uma ofensa à Constituição, desde que aprovemos o presente projeto de resolução no sentido de que tenhamos ainda que excepcionalmente na quinta-feira, a realização de duas sessões.

Porque o projeto objetiva claramente a alteração do Regimento Interno da Assembléia com a antecipação para quinta-feira da sessão ordinária de sexta-feira.

Por esta razão, Sr. Presidente, é que entendemos de assomar a esta tribuna para ponderar a esta Casa, para que tenhamos muito cuidado com o presente projeto de resolução. Não vejo no mérito, e com toda a honestidade posso dizer desta forma, porque me considero dentre os Deputados mais assíduos desta Assembléia, desde a minha primeira eleição, e entendo que não tenhamos uma razão maior.

Temos feito as nossas sessões das sextas-feiras pela manhã, ainda que da forma como se preconizou, muitas vezes se liberando frequência de Srs. Deputados para que viagem, mas esta Casa tem funcionado normalmente. Tem permitido que possam os representantes do povo terem uma tribuna e dela utilizar-se. E eu entendo que este projeto de resolução, se aprovado por esta Casa Legislativa, poderá representar dois graves problemas para todos nós. Um deles, o desrespeito à norma constitucional. E o segundo, uma demonstração de menor interesse e menor apego, que poderá ser assim interpretado pela voz do povo. Povo a quem devemos a nossa presença nesta Casa Legislativa.

Por este motivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que desejo configurar claramente desta tribuna, a minha posição contrária ao presente projeto de resolução. Fica assim nesta tribuna, fixado o meu voto e a minha posição. E a expectativa de que a Casa examine detidamente o que possam os autores, trazer uma justificativa também no campo legal, que possam realmente nos convencer de que não há o aspecto constitucional que argüimos e que também no seu aspecto de mérito, a matéria também deva merecer a acolhida deste Poder Legis-

lativo.

Era o que tinha, na expectativa de que a Casa decida da melhor forma.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não há dúvida, de que um compromisso popular que cada parlamentar assumiu ao ser diplomado, bem como tacitamente o fez, junto aos seus eleitores, tem um sentido muito amplo e que precisa ser bem dimensionado nesta hora e neste instante.

As dificuldades econômico-político, sociais e culturais, da atual quadra da realidade brasileira, implicam esta situação e esta realidade; implicam em que nós todos, em especial os possuidores do mandato legislativo, tenhamos de maneira muito intensiva, a preocupação com o trabalho, com a dedicação, com os estímulos, à atividade política, para dinamizando a atividade política, possamos encontrar os caminhos para retirar a Nação do atoladouro em que se encontra.

É evidente que nesse instante, qualquer cidadão que fizer uma análise pormenorizada da situação nacional, haverá de entender que hoje o projeto político depende muito mais da sociedade brasileira do que da vontade dos partidos políticos, do Presidente Figueiredo, do chamado projeto de abertura, ou de que interesse possam querer acrescentar a esta nossa colocação.

Ainda no último domingo, o decidido periódico "A Folha de São Paulo" trazia uma profunda análise daquele ex-ministro e brasileiro de escol, Severo Gomes, onde, em analisando a tensão social em que vive o País, a amostra que se deu à Nação, nos episódios de Salvador, a manifestação dos ministros governamentais de que a trajetória político-econômica e social continuará desde 79 e até o fim do Governo Figueiredo, somando-se a tudo isto, deixou naquele seu artigo uma grande indagação: ou a classe política pega a bandeira do projeto de abertura e leva até o fim, ou nós poderemos tropicar e obviamente cair, em momentos que ninguém deseja.

E é por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que em nada justifica nós diminuirmos o espaço de atuação política dos Parlamentares. Porque, neste instante, repito, a sociedade brasileira é que deve implementar em todos os setores, o projeto de redemocratização deste País.

Em absoluto, não é diminuindo as horas em que este Parlamentar possa ficar aberto, que nós contribuiremos para que se solidifique o projeto de redemocratização da Nação brasileira.

Em assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há um setor da sociedade civil, não há um segmento da sociedade brasileira, fardada ou não, de macacão ou de gravata, não há um segmento que não tenha, hoje, uma grande interrogação; a insegurança do amanhã. E que, como todos os cidadãos brasileiros, com um mínimo de consciência crítica, entendem que cabe a resposta às grandes indagações que ora urge na mente de cada cidadão, que as respostas só virão pela saída política.

E, por esta razão, a classe política tem um papel extraordinário a desenvolver.

E quando nós estamos num Parlamento, que, pela sua própria existência orgânica, deve ser a caixa de ressonância

e a ampliação das aspirações populares, nós não podemos, em hipótese alguma, diminuir a funcionalidade, diminuir o período de funcionamento de uma Casa Legislativa.

Como se não bastasse isso tudo, a classe política extinguindo uma sessão de sexta-feira, neste Parlamento, como já buscou e o conseguiu, no passado, extinguir a sessão do sábado, nós estaríamos dando um mau exemplo para este País, porque, se o Parlamento já está desacreditado, nós estamos numa contradição: de um lado, todos sabem que a saída para o País é uma saída política; e, de outro lado, a classe política não querendo contribuir para o reerguimento do conceito da classe em toda a sociedade brasileira.

E, neste paradoxo, cabe a nós termos uma posição muito clara se a saída política, o exercício da política se faz, hoje, basicamente ainda na atividade congressual, e nós sabemos que a extinção de uma sexta-feira, além dos aspectos levantados pelo Deputado Dácio Leonel, nós precisamos entender que terá um reflexo negativo do pior conceito, não só perante os nossos eleitores, mas, acima de tudo, perante a própria sociedade deste País.

Enquanto se procura abrir um espaço político, a Assembléia do Paraná propõe a extinção de um dia de sessão.

Enquanto se procura, de um lado, fazer com que o conceito do político obtenha uma reavaliação, rebuscando aquilo que o regime, nos últimos 17 anos, procurou enterrar, que é o desacreditar da classe política, nós não podemos, sob pretexto algum, utilizar expedientes como este, da extinção de uma sessão de sexta, sob qualquer alegação.

Muitos poderão, neste instante, nos seus gabinetes, nos corredores, ou neste plenário, estar dizendo: "mas a sessão de sexta-feira, tem sido precária, na sua funcionalidade". Não importa, Sr. Presidente.

Mais vale uma sessão com 2, 3 Parlamentares, do que a Assembléia do Paraná fechada. Porque, se ela funciona precariamente, já na segunda, mas funciona, terça, quarta, quinta-feira, são os dias de pique, de funcionalidade mais plena; e sexta-feira deverá continuar funcionando independente da chamada nominal dos Srs. Deputados. Porque sempre será uma tribuna popular para se utilizar; sempre será uma possibilidade de se ocupar espaço na opinião pública; sempre será uma oportunidade de estarmos vigilantes, ante este ou aquele episódio que possa ocorrer. Porque, não devemos esquecer que a extinção de uma sessão, na sexta-feira, em função também da precariedade da segunda, a opinião política do Paraná só poderá ser articulada na terça, ou quarta-feira seguinte.

E se nesse interregno acontecer um episódio de ordem constitucional, de ordem institucional, ou mesmo de ordem econômico-social e político, se acontecer qualquer fenômeno como por exemplo, o de Salvador, nós precisaríamos - porque este Poder pertence ao povo -, que ele estivesse de portas abertas, até para, se não, por outra razão, para ser, aqui, discutida a questão. Para ser aqui recebida aquela gama de interesses que possam estar em jogo.

Sabemos e a História do Parlamento assim tem registrado, que nos momentos de angústia, de tensão, de dificuldade, muitas vezes, importantes setores da sociedade se rebuscam de um socorro, de um lugar seguro que é a própria Assembléia Legislativa.

E se outro episódio vier a acontecer, de qualquer ordem, como dizíamos antes, é de fundamental, portanto que estejamos vigilantes.

Porque, o lugar de Deputado, se é junto ao seu eleitorado, também é aqui no plenário. E ele tem condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer-se presente; de fazer-se presente, junto às suas bases, na sexta à tarde, no sábado, no domingo. E com o mínimo de boa vontade, de todas as Bancadas desta Casa, com o mínimo de boa vontade da Dire-

ção desta Casa, poderíamos ter, inclusive, a funcionalidade na sexta-feira, mesmo que seja precária.

Além do mais, Sr. Presidente, o que diria a sociedade do Paraná, quando tantos clamam pela necessidade do exercício maior da atividade do trabalho, quando vemos autoridades de um lado, e a necessidade do povo de outro, a exigir mais e mais horas de trabalho de cada brasileiro, os Deputados do Paraná pretendem extinguir um dia de seu trabalho.

Não podemos dar esse mau exemplo, o mau exemplo desdobrável: de um lado a opinião pública, face a determinados esvaziamentos que ocorrem aqui, acolá, durante as plenárias desta Casa. De outro lado, outro exemplo negativo, o que eu acabava de dizer: a sociedade está aí a ser chamada para produzir mais, para discutir mais, para buscar alternativas, para fazer os debates, e esta Casa que tem essa finalidade, está na iminência de extinguir uma sessão.

Por que não, Sr. Presidente, por que não, ao ilustre Deputado subscritor desta matéria, não haver esse consenso, não haver essa disposição de continuar as sextas-feiras, independente do número dos Srs. Deputados? Que a imprensa seja a grande fiscal, a grande fiscal inclusive do eleitorado, para buscar e dizer, publicar, quem participa das sessões como se trabalha nesta Casa, porque talvez aí seria o grande instrumento estimulador dos "quoruns" e da funcionalidade mais perfeita desta Casa de Leis.

E porque não, Sr. Presidente, Membros do Executivo, Deputados de todas as bancadas, se continuar o trabalho da sexta-feira como se faz na segunda, em que não há uma exigência tão formal, tão ríspida, tão clara, com referência a chamada nominal, mesmo para aprovação de matérias com número aquém do regimental.

É óbvio que não estamos propondo algo contra a Lei, contra o Regimento, contra a Constituição. Estamos procurando uma saída consensual, adequada e que se possa evitar, ainda mais, a descaracterização da figura do político, no conceito da sociedade brasileira.

Sei que muitos Deputados dizem, ou podem estar pensando que uma medida desta de extinção da sessão da sexta-feira, seria matéria para alguns dias e já cairia no esquecimento.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mau exemplo sempre será citado. O mau exemplo sempre ficará. Não podemos, portanto, nós que sentimos, nós que vemos que estão aí em todos os lugares, as reações contra as classes políticas, não podemos nós legislar mais ainda, contra a nossa própria conceituação. E o caminho portanto, seria, continuarmos com a existência das sessões das sextas-feiras sendo precárias ou não, volto a dizer, mas, é um Parlamento aberto, é uma Casa de Leis que está com suas portas abertas, eis que é um dia de atividade normal da sociedade brasileira, e, por que não os Deputados comparecerem já que é pela manhã, para que, à tarde os Deputados possam se dirigir às suas bases, aos seus redutos, aos seus contatos políticos?

Portanto, com um mínimo de boa vontade poderemos deixar de extinguir as sessões das sextas-feiras. Caso contrário, iríamos para 2 sessões nas quintas-feiras e, eu pergunto: qual seria a presença na segunda sessão das quintas-feiras, dos Srs. Deputados?

Além da questão constitucional levantada aqui pelo Deputado Dácio Leonel, conforme prescreve o Artigo 16, em especial no item terceiro. Não há porquê, Sr. Presidente! Como eu disse, além da questão constitucional, além do interstício, além da questão formal, além da questão jurídica! Não há porquê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós contribuímos com o mau exemplo, contribuímos de uma maneira muito evidente para que ainda mais se joguem pedras em cima do conceito da classe política.

E como nós sabemos que o projeto de resolução é de

1980, Projeto de Resolução n.º 64/80, de autoria do Deputado Lázaro Dumont e outros, nós entendemos que, já se protelou a discussão dessa matéria, exatamente porque muitos dos Srs. Deputados têm, dentro de si, o conceito muito sério da responsabilidade do seu mandato, porque sei de conversa, inclusive na época, pertencente como éramos, da CCJ, de Deputados que tinham o seu conceito já formado, de que, votariam contra a extinção das sessões das sextas-feiras. E é óbvio, portanto, que nos cabe, neste instante, fazer uma conclamação, uma conclamação especial a todos os Deputados particularmente ainda ao Deputado Lázaro Dumont e aos demais subscritores dessa matéria, para que tomemos uma posição, continuemos com as sessões nas sextas-feiras independente das suas características precárias ou ideais, mas, que continuemos com ela porque é evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós só teremos a ganhar, porque, diminuindo horas de trabalho, diminuindo números de sessão, nós estaríamos dando o grande e mau exemplo num momento como este, perante a Nação brasileira.

Quero concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Evidentemente, dizendo que a Bancada do PMDB tem dentro de si já um conceito formado porque a matéria foi discutida numa reunião de Bancada e se hoje já nos posicionamos contra a extinção da sessão de sexta-feira, vamos repetir essa posição, caso não haja um reestudo. Se não se possa reciclar esta posição tomada em cima do Projeto de Resolução 64/80.

Concluo fazendo esse apelo aos Srs. Deputados que ainda estão na Casa, à própria Mesa, aos Deputados subscritores da matéria, que obviamente possamos retirar esse assunto, retirar essa matéria da Ordem do Dia, porque se assim já foi feito ontem, por que não vamos fazer hoje? E acima de tudo, levar para a casa a certeza de que nós estaremos contribuindo para que possamos aos poucos solidificar a tão hoje descaracterizada imagem do político, nós possamos aos poucos modificá-la até com esse tipo de comportamento.

Não vamos entender que é uma proposta meramente demagógica, não. Nós temos inúmeros Deputados que independente das manhãs cinzentas, frias, chuvosas de Curitiba, aqui têm estado, e porque não Sr. Presidente, nós continuarmos com a sessão de sexta-feira, independente da sua formalidade, independente das exigências tão rígidas que possam estar nesse instante, a alimentar a mente daqueles que pretendem votar a favor dessa matéria.

É a conclamação e esperamos que o bom senso, em nome de toda a classe política, possa vigorar e não façamos este ato que vem contra toda uma categoria, toda a classe política do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão o Projeto de Resolução n.º 64/80.

O Sr. Lázaro Dumont — Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Primeiramente esta matéria está subscrita por 18 Srs. Deputados, mas antes de fazer comentários sobre ela, já que se invocou tanto sobre esta matéria, a moralidade desta Casa, eu quero dizer o seguinte, de minha única e exclusiva responsabilidade.

Acho que mais imoral do que se suprimir - não se está suprimindo uma sessão, está se antecipando - muito mais imoral do que isso, são as agressões físicas e verbais que acontecem dentro deste plenário. Muito mais imoral do que isso de antecipar uma sessão, são Deputados de todas as Bancadas que só vêm nesta Casa para receber pagamento, isto é imoralidade, e aqui não estão e podemos inclusive citar nomes, se for o caso.

Segundo lugar: sou apenas um subscritor dessa matéria. Não sei porque me consta como autor, primeiro porque não faço nenhum requerimento, projeto de lei, em que não completo com uma súmula ou com o meu nome batido à máquina embaixo.

Mas já que me colocaram como autor e eu não vejo tanta imoralidade assim, e proponho se a Mesa assim o quiser aceitar, e o Plenário, que nós retiremos por três dias da Ordem do Dia, esse projeto e o Deputado Nelson Friedrich transforme em real proposição a proposta dele, de que sejam feitas as reuniões nas sextas-feiras, com qualquer número.

Porque este projeto tem também a sua parte positiva. Por exemplo: no § 3.º, do Artigo 194 do Regimento Interno, onde se lê: "... até sete faltas", três faltas. Talvez, aqui é que está o maior problema daqueles que querem votar contra, porque não poderão ser abonadas mais de três faltas e hoje se abonam sete, sete faltas.

O Sr. Dácio Leonel — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LÁZARO DUMONT — Concederei o aparte primeiramente ao Deputado Dácio Leonel.

O Sr. Dácio Leonel — Inicialmente, ilustre Deputado, gostaria de fazer uma colocação. Nem o Deputado Nelson Friedrich, Líder da Bancada do PMDB, nem este Deputado, em momento algum da tribuna, disseram que se trata de um projeto imoral.

O que nós tratamos é do aspecto constitucional; há uma diferença fundamental, Sr. Deputado. Além do mais, conheço profundamente Vossa Excelência, e em momento algum diria que Vossa Excelência teria apresentado um projeto imoral, nesta Casa. Apenas aleguei a inconstitucionalidade. Tanto é verdade, que observando o próprio parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, observei que realmente consta apenas um voto com restrição.

Então eu entendo que não há mal algum. Muitos dos Srs. Deputados também são signatários desse projeto de resolução, mas na condição de apoio que é perfeitamente regimental.

Então este foi o aspecto, a nossa preocupação. Não foi preocupação de ser contra ninguém, ou do projeto estar em nome de Vossa Excelência, porque eu, quando mencionei e li pela ordem do dia, tratava-se de um projeto de autoria do Deputado Lázaro Dumont e outros. Com referência ao aspecto que Vossa Excelência encarou, eu tenho a impressão das três faltas, eu quero crer que ele não sirva para os Deputados que ocuparam a tribuna, porque tanto o Deputado Nelson, como este Deputado, nós entendemos que estamos no rol dos mais assíduos frequentadores desta Casa. A nossa preocupação é tão somente com o aspecto constitucional e com aquilo que se possa pensar a respeito do desinteresse das sessões do Poder Legislativo.

Apenas isso, Sr. Deputado, com todo o respeito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Deputado Dácio Leonel, mas muito se falou nesta Casa do esvaziamento, muito, inclusive levando-se para o lado imoral neste ato a que uma proposição oficializando isso se estaria exatamente afirmando este tipo de palavreado que já foi dito muitas e muitas vezes aqui dentro desta Casa.

Isto que eu me refiro, não vejo sinceramente, primeiro porque o projeto diz o seguinte, em cima e torno a ler: — A sessão ordinária da sexta-feira poderá ser antecipada após o término da sessão ordinária de quinta-feira. E a gente sabe

realmente o que se passa nas reuniões de sexta-feira, e a própria reunião de segunda-feira e ontem até foi uma exceção.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte: (Assentimento).

Serei rápido, apenas para corroborar com Vossa Excelência, porque Vossa Excelência não é o autor do projeto. Este projeto, na realidade, sendo um projeto de resolução nasceu de um consenso, de um consenso das Lideranças da Casa, inclusive da Liderança do PMDB, na pessoa do nobre Deputado Renato Bernardi, que reuniu a sua bancada e obteve a aquiescência de subscrever o projeto.

Este projeto apenas faculta ao Presidente antecipação das desmoralizadas sessões de sexta-feira pela manhã, onde quatro ou cinco Deputados aqui aparecem para servir de suporte aos que faltam costumeiramente às sessões.

Então isto está abrindo uma possibilidade, este projeto de resolução ao Presidente, de antecipar, mas não obriga o Presidente a antecipar.

Quanto a questão da inconstitucionalidade, vai sair uma emenda em segunda discussão para que sanasse esse vício da inconstitucionalidade. Agora, quanto ao interstício regimental necessário para a votação dos projetos, há que se lembrar a Casa e a opinião pública que às sextas-feiras só se votam as redações finais que são anunciadas na sessão de quarta-feira. Portanto, da mesma forma poderia a Mesa agir, anunciando com antecedência regimental as mesmas redações finais para serem apreciadas no final da tarde de quinta-feira. É uma faculdade que se abre à Mesa. Não é obrigatório, não é imperativo, não é taxativo.

O SR. LÁZARO DUMONT — Concedo agora o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço, nobre Deputado.

Meu caro Deputado Lázaro Dumont, sabe Vossa Excelência que inicialmente eu me posicionei contrariamente a esse projeto. Preocupando-me que com a extinção da sessão de sexta-feira, pudesse alguém vir a requerer a sessão de quinta-feira para a parte da manhã. Mas depois que Vossa Excelência esclareceu que não seria extinta a sessão, mas poderia ser antecipada. E verificando a dificuldade que o Presidente tem encontrado também nesta Casa, em abrir a sessão às sextas-feiras, não ter gente para compor a Mesa, vi, por bem, dar apoio a esse projeto no qual não vejo imoralidade nenhuma. Porque se vota sexta-feira, redação final, quanto a esta argumentação da inconstitucionalidade, meu caro Deputado, não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária. Mas nós poderemos sanar esta inconstitucionalidade, alterando o § 2.º, do artigo 73, a sessão ordinária de sexta-feira, poderá ser antecipada, em reunião extraordinária, para quinta-feira. Está resolvido, porque não proíbe que se realize, uma ordinária e uma extraordinária.

Esta outra proposição, que Vossa Excelência concordou em retirar o projeto, para ser apresentado um outro, por três sessões, para votar com qualquer número, nós vamos esbarrar também num outro dispositivo constitucional, em seu artigo 18, que diz: "A Assembléia Legislativa não poderá funcionar sem a presença de pelo menos 1/3 de seus Membros."

Creio que a saída é nós aprovarmos e em segunda, transformar para extraordinária. E eu cumprimento Vossa Excelência pela defesa que faz e acho que a Casa se posicionará melhor e terá mais facilidade em dar tramitação aos projetos nesta Casa, evitando o vexame que nós temos passado às sextas-feiras.

Muito obrigado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência.

Gostaria de deixar bem claro aqui, que um dos motivos que me levou a opor minha assinatura também nesta proposição, foi exatamente de que nós poderíamos deixar de ter as sessões às sextas-feiras pela manhã, mas não estaríamos, como se pode perceber nas entrelinhas, entrando no bolso do povo, de se terminar com a sessão. A sessão seria realizada. E é para ser realizada. E como disse o nosso Líder, Deputado Erondy Silvério, somente nas sextas-feiras, nós faríamos as reuniões plenárias desta Assembléia, para os projetos em redação final.

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lázaro Dumont, esta matéria na verdade está se arrastando já há algum tempo por esta Casa teve origem numa iniciativa do então Líder do MDB, Deputado Nilso Sguarezi, em conjunto com o Deputado Líder do nosso Partido, Erondy Silvério.

Recordo-me que como Membro da Comissão de Justiça desta Casa, nós discutimos de forma bastante generosa, a extinção então proposta pelos Deputados Nilso Sguarezi e Erondy Silvério, Líderes dos dois Partidos, então representados aqui neste plenário.

Lembro-me que houve várias divergências no plenário da Comissão de Justiça. E lembro-me também que apresentamos na ocasião, um substituto à matéria original, para que se eliminasse a possibilidade de qualquer suspeita no que toca a disposição de trabalho dos Srs. Parlamentares.

Porque nós propúnhamos naquele substitutivo a ampliação do horário normal das sessões. A ampliação do Grande Expediente, de cada sessão de segunda a quinta-feira, permitindo a inscrição e o uso da tribuna, de dois oradores por sessão. E hoje nós temos, ainda, apenas a possibilidade, da inscrição, do uso da tribuna, de um orador no Grande Expediente.

Compensávamos com acréscimo à supressão da sessão de sexta-feira, naquele substitutivo, ampliando o horário do Grande Expediente, e, ao mesmo tempo, instituindo inovações no Pequeno Expediente, das sessões ordinárias, que seriam de segunda a quinta-feira. Sem, no entanto, impedir que a Presidência da Casa, "sponte sua", pudesse convocar sessões para sexta-feira, desde que houvesse necessidade, e sem que se caracterizasse como sendo uma sessão extraordinária, a sessão de sexta-feira. Também com a hora regimental, lembra o Deputado Erondy Silvério, para às 14:00 horas.

No entanto, aquela nossa iniciativa também não foi acolhida na Comissão de Justiça. E eu confesso que não sei o porquê. Porque nós propúnhamos à Casa - permitam-me a imodéstia, e que a modéstia vá às favas — propúnhamos uma medida que valorizava o Plenário da Casa; que oferecia mais oportunidade de trabalho aos Srs. Deputados; aumentávamos a nossa carga horária de todos os dias.

E, no entanto, nós estamos expostos, Deputado Lázaro Dumont, à situação vexatória de, às vezes, vermos o sacrifício do Presidente em convocar dois Deputados para a composição da Mesa. Então, é esta hipocrisia que não nos serve.

Esta hipocrisia que nós não podemos digerir, silentes.

Porque nós daríamos toda razão àqueles que consideram, quem sabe, uma imoralidade, um aviltamento ao Poder Legislativo, a supressão da sessão de sexta-feira, se nós tivéssemos, ao mínimo, Deputados para a composição da Mesa, para o início dos trabalhos dessas mesmas sessões.

Então, Deputado Lázaro Dumont, eu acompanhei com muita atenção o princípio do pronunciamento de Vossa Excelência.

E acompanhei, particularmente, a preocupação de Vossa Excelência que eu sei ser um Deputado cioso, um Deputado zeloso. Acompanhei muito bem a preocupação de Vossa Excelência, quando se vê envolvido numa matéria como esta. Mas nela não há, Deputado Lázaro Dumont, realmente nenhuma imoralidade.

O que Vossa Excelência pretende, e que os subscritores pretendem, é realmente dar à Casa melhor condição de funcionamento, porque não se propõe a supressão de uma sessão. O que se propõe é a antecipação de uma sessão.

E neste aparte que Vossa Excelência generosamente me concede, eu quero gravar nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o meu lamento por não ter tido a oportunidade de ver aprovado aquele meu substitutivo, que apresentei à Comissão de Justiça, à matéria originariamente proposta pelos Deputados Nilso Sguarezi e Erondy Silvério, no ano passado. Porque, naquela proposição legal, nós, pura e simplesmente queríamos era oferecer a oportunidade dos Srs. Deputados trabalharem mais e nem todos acolheram a nossa proposta.

E, hoje, muitos se voltam contra a proposta de Vossa Excelência.

Com o que contentar essa gente?

Muito obrigado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Apenas para me situar. Não sei se Vossa Excelência vai propor a retirada do projeto, como um dos co-autores, para se discutir a nível de Comissões, a nível de Liderança, para se chegar num termo consensual, já que está dando tanta polêmica. Indago de Vossa Excelência se vai propor a retirada, por 3 dias, para se examinar isso?

O SR. LÁZARO DUMONT — Respondo a Vossa Excelência dizendo que acredito que tudo que deveria ser dito, sobre o projeto, já o foi.

Não tenho nenhum pesar de ter apostado minha assinatura a ele porque, não estamos suprimindo, apenas poderemos antecipar uma sessão.

Sr. Presidente, encerrando o assunto, queria dizer o seguinte: vou submeter o projeto à Bancada do meu Partido. Se ela achar que devo mantê-lo, acompanharei a minha Bancada.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência não me respondeu, quero me situar, Vossa Excelência vai retirar o projeto por 3 dias?

O SR. LÁZARO DUMONT — Vou aceitar a decisão de minha Bancada.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Confesso, mais uma vez, desta tribuna, que o Poder Legislativo tem me causado uma série de conflitos, nestes últimos anos de minha vida.

E uma das piores impressões que levo do Legislativo é a marginalidade cultural a que se submete no exercício do mandato.

Para mim, Sr. Presidente, tenho sentido, no dia-a-dia, uma frustração desalentadora. Principalmente, quando se exige do Poder Legislativo o exercício da própria cultura, do próprio desenvolvimento intelectual, cultural, daqueles que ser-

vem ao povo brasileiro, daqueles que servem ao Estado, no nosso caso.

E tenho notado, que os projetos mais polêmicos, a cujos debates são levados e se ferem os argumentos, chega-se a um determinado ponto de estrangulamento das teses levantadas. E este tema que se discute hoje, de alteração do Regimento Interno, em muitas ocasiões já foi levado a debate, nesta Casa, a nível de Comissões, a nível de Lideranças e quiçá, até de reuniões de Bancadas. Sempre a idéia de se implantar uma reforma nas sessões de sexta-feira, foram rejeitadas. Não é a primeira tentativa de se votar, de se aprovar um projeto, alterando, modificando, a previsão das sessões de sextas-feiras. Regimentalmente, se fazendo uma pesquisa no processo legislativo nesta Casa e que visava o aperfeiçoamento do Regimento Interno, sempre há de se buscar a discussão sobre o levantamento das sessões, ou a extinção das sessões de sextas-feiras.

Em outras legislaturas, chegou-se a uma fórmula consensual, de, estabelecer-se a antecipação do horário das 14:30, para o horário matinal, e o que nós estamos percebendo, Sr. Presidente, é que, na antecipação das sessões é que, nas sextas-feiras o Regimento Interno vem definindo a própria extinção das sessões das sextas-feiras. E qual é a forma adequada, ajustadas para se resolver este impasse, Sr. Presidente? Se nós observarmos a vida social do País, nós iremos perceber que, a Nação brasileira vem passando por uma série de modificações no horário de trabalho e agora acentuadamente, causando um caos nos empregados da iniciativa privada principalmente, uma diminuição da carga-horária; talvez, Sr. Presidente, tenha sido o reflexo sociológico das situações de crise que o Brasil vem passando, crise de natureza econômica, crise de natureza social e sobretudo, crise de natureza cultural e educacional. O nosso Parlamento, Sr. Presidente, é reflexo da nossa sociedade. E por esta razão, Sr. Presidente, quero declinar aqui hoje, mais uma vez, a minha decepção e o meu reconhecimento de que, para mim, para este Deputado, o exercício do mandato tem emprestado uma limitação na cultura, primeiro, por falta de tempo, segundo, por falta de ânimos, terceiro, pelas frustrações que esta Casa vem nos servindo. Provavelmente esta frustração, Sr. Presidente, seja a frustração do homem do povo, seja a frustração de uma pessoa qualquer da sociedade, de que, o Parlamento nada faz, nada vale e, cada vez que os seus componentes diminuem, limitam a sua capacidade de trabalho, o seu exercício deste sagrado munus público, evidentemente, Sr. Presidente, que, estaremos, aos poucos, enterrando a soberania do Poder popular representado pelos parlamentares. E a nossa época, Sr. Presidente, é uma época realmente de discussões, de temas institucionais, de problemas relativos à funcionalidade dos organismos, dos mecanismos da democracia. E exatamente por isto, Sr. Presidente, sinto que a cada dia, quanto mais se fala em democracia, mais ela está se enfraquecendo, porque, todos os momentos em que o Parlamento devesse funcionar como um Poder, Poder até moderador, os seus membros se somando à indignidade do conduzimento dos poderes maiores, causa esta frustração, talvez, não só nos membros componentes deste Poder, mas causa também uma decepção à própria sociedade que nenhum valor mais transfere aos Parlamentares.

E fica uma indagação, Sr. Presidente, a quem cabe a culpabilidade desse descaminho? À sociedade ou àqueles que a representam? Esta, Sr. Presidente, uma indagação que caberia aos homens de boa vontade da nossa época, de analisar com soberania, com juízo e espírito muito alto e sobretudo com espírito público. Para onde estamos levando, Sr. Presidente, os Paramentos brasileiros?

Para onde estamos conduzindo a sociedade brasileira que tem nos Paramentos a casa de defesa dos seus próprios interesses?

A institucionalização de mudanças de que servem à

sociedade, deve ser analisada com ponderação e a nível de cultura. Não sob a égide da emocionalidade e não sob a égide das conveniências político-partidárias e muito menos, eleitorais.

Esta Sr. Presidente, é uma indagação que faço a este mesmo Deputado. Qual o comportamento a seguir diante de impasses tão pequenos do ponto de vista formal, mas de uma relevância muito alta para o aperfeiçoamento das instituições que se pretendem dizer democráticas.

Quero conceder o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Nobre Deputado, o Governo Federal faz de tudo para desmoralizar a classe política e é inquestionável que hoje a classe política está completamente agastada junto à opinião pública.

Este Governo, do golpe militar de 64, não fez outra coisa nestes 17 anos, a não ser desmoralizar e jogar a classe política contra a opinião pública. Nós somos favoráveis não à extinção das sessões das sextas-feiras, mas também à ampliação dos horários de atividades que tem que ser ampliados nesta Casa, ao invés de seis oradores no Pequeno Expediente, de cinco minutos, que tenhamos seis com dez minutos cada um e que no Grande Expediente, tenhamos dois Deputados que possam usar do horário e que se comece a sessão às 13:30 horas, para não prejudicar os funcionários da Casa.

Ou justificamos o nosso salário ou o povo vai nos cobrar. Isso aqui não é Câmara de Vereadores. São 58 Deputados e ganhando muito bem, porque mordomia, ociosidade, boa vida, vagabundagem, é com alguns dos Auditores, Procuradores e Conselheiros do Tribunal de Contas. Aqui é para trabalhar, ampliar o horário de trabalho desta Casa onde estão trabalhando 58 Senhores Deputados, com reunião de segunda a sexta-feira, das 13:30 horas até às 10:00 horas da noite, se for o caso, para justificar o voto que todos nós tivemos do povo.

Era isso.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte e realmente tenho a dizer que se os mecanismos de que dispõe o Poder Legislativo, fossem acionados de uma forma ativa e visando a valorização, não diria mais, do Parlamento, mas a valorização da classe política e da própria voz do eleitor, daquele representado, através dos seus Deputados e Senadores, através do Poder Legislativo, eu acredito, Senhor Presidente, que a Democracia e o próprio Parlamento teriam revitalizado o seu prestígio e a própria moralidade.

Ao invés de valorizarmos o Parlamento, nós valorizamos, nós, entre aspas, Senhor Presidente, valorizamos os mecanismos dos conchavos políticos, dos interesses daqueles poderosos que abominam, muitas vezes, o próprio exercício parlamentar. Quem sabe se esses que usam destes mecanismos pequenos usassem o Parlamento como forma reivindicatória, pudessem resgatar não só a moralidade mas o prestigiamento e a valorização do próprio Poder Legislativo e até do mandato parlamentar.

Quem duvida Sr. Presidente, do desgaste a que está submetido cada um dos Parlamentares? Perguntaria qual a significação que tem a investidura no cargo legislativo? Qual a respeitabilidade que gozam os parlamentares na vida pública brasileira de hoje, Sr. Presidente?

Falava recentemente da institucionalização das fórmulas para se buscar a democracia. E o que quer dizer Sr. Presidente, nesta quadra de avanço do projeto de abertura, este livreto de plantão de cor esverdeada, que se chama Constituição. Quem respeita a Constituição no Brasil, Sr. Presidente?

Se não respeitam nem a Constituição, muitas vezes sob a égide das conveniências o poder dominante invoca o princípio constitucional para fazer valer a lei contra aqueles que estão incomodando.

Neste caso presente, Sr. Presidente, devo invocar, para um posicionamento de natureza pessoal, devo invocar que nos Tribunais, quando do julgamento das coisas que são levadas aos Tribunais Superiores, aos Colegiados, muitos dos seus Juízes eminentes na hora da votação reformam os seus votos, por terem equilibrado uma posição que antes era judiciosa, mas que no momento do julgamento ela se torna verdadeiramente clara para se colocar uma reforma.

Não é especificamente o caso deste Deputado. Sempre estive a favor da inconstitucionalidade deste projeto. Entretanto, Sr. Presidente, devo me penitenciar de no momento da assinatura não colocar "voto vencido", e me lembro muito bem do dia da votação em que debatia com o eminente Deputado Paulo Camargo — por que com restrições se há inconstitucionalidade?

E se há de valer o que está escrito, tomo posição nesta tribuna para reconhecer a inadvertência de não ter apostado o meu voto como voto vencido. Mas faço agora aqui, Sr. Presidente, desta tribuna, um reparo necessário para não cometer, para não violentar o princípio que sempre nos norteou, não a constitucionalidade em si, mas especificamente por reconhecer que o Poder Legislativo, ao lado desta flagrante inconstitucionalidade está sendo lesado por nós, seus componentes.

E, Sr. Presidente, não é discutível a tese levantada pelo eminente Deputado Gilberto Carvalho. Não é discutível até porque ela é absolutamente insustentável. Não se pode transformar um ordinário em extraordinário.

O que se poderia argumentar, Sr. Presidente, apenas para argumentar, é a extinção da sessão ordinária, no período de sexta-feira, a extinção pura e simples e a institucionalização, a criação de uma outra extraordinária. Porque o que é ordinário, o é pela própria natureza. O extraordinário, Sr. Presidente, tem uma conotação de caráter constitutivo absolutamente divergente do ordinário. E por esta razão, por este princípio de natureza constitucional, aí sim, vem a tese da constitucionalidade ou não. Aí sim, Sr. Presidente, caberia o argumento da inconstitucionalidade. Agora, no caso concreto, da lei formal, da "legi ferenda", como diriam os tratadistas, ela fere flagrantemente o artigo 16 no seu parágrafo único, inciso 3.º. "Não poderá ser realizada mais de uma Sessão Ordinária, por dia." Ora, se a ordinária, se choca com o disposto deste preceito, como é que haveríamos de transformar uma sessão ordinária, em extraordinária? Porque aí ela deixaria de ser ordinária para ser extraordinária. Tem um caráter absolutamente diferente.

Mas, Sr. Presidente, não se trata de levarmos esta discussão a uma polêmica de alta indagação jurídica. Nem caberia fazer isto aqui, como tese, Sr. Presidente. O que se quer fazer, é buscar o sentido prático. E na praxe legislativa, o que temos a dizer, é que estas sessões, sendo derogadas nas sextas-feiras, realmente, no meu entender, ela violenta o princípio da funcionalidade do Poder Legislativo. E o Poder Legislativo, no meu entender, Sr. Presidente, é a essência do espírito democrático. Democracia, quer dizer, o próprio diálogo permanente, reiterado, incisivo. E se nós interrompermos ao nosso próprio arbítrio, violentando uma prática que tem sido exercida no longo dos tempos desta Casa. Nós estaremos praticando a violentação do desejo da população brasileira, que quer ampliar o debate sobre o aperfeiçoamento das instituições democráticas.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Meu caro Deputado Fidelcino Tolentino, acompanhei a exposição feita por Vossa Excelência porque sei que Vossa Excelência é um Deputado que se preocupa, estuda as minúcias das leis encaminhadas à Comissão de Justiça. E já tinha verificado o seu parecer. E esperava tão somente a justificativa

de Vossa Excelência e a posição que tomaria nesta votação.

Quando sugerimos que o Presidente poderá convocar Sessão Extraordinária para quinta-feira, não vejo inconstitucionalidade alguma, porque na Constituição diz que não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária — a sessão ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada em reunião extraordinária. Não há impedimento; não há dispositivo algum que impeça. E seria uma maneira de solucionar, porque acredito, meu caro Deputado, Vossa Excelência, que tem alguma sexta-feira estado presente aqui e visto a presença dos Srs. Deputados nesta Casa. Esse seria um mal menor. Não haveria prejuízo algum das matérias constantes da Ordem do Dia. E seria solucionado este problema que vem se alongando há muito tempo.

Mas, Vossa Excelência colocou bem a sua posição e não quero, como bem disse Vossa Excelência polemizar este assunto. Mas pretendo, se for aprovada na sessão de hoje, amanhã apresentar uma emenda, alterando o parágrafo 2.º do artigo 73.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de

Vossa Excelência, e também não esperaria de Vossa Excelência um outro juízo, a não ser este que já foi expendido por este Deputado, desta tribuna, com relação ao problema da similitude que apresentam as sessões extraordinárias e ordinárias.

A verdade é que, no meu entender, parece-me flagrante, porque a Constituição, nesta parte pelo menos, e há muitos textos constitucionais que, pessoalmente, acho que estão no mais absurdo desajuste da aspiração da nossa sociedade.

Por isso, proclamo, sempre, a necessidade de uma ampla discussão sobre o problema constitucional brasileiro.

E, quando nós falamos da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, tenho pensado que talvez fosse oportuno se falar e se debater também sobre a oportunidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, porque só assim, através do amplo debate nacional, com a convocação de todos os segmentos, nós poderíamos instituir no Brasil, uma Constituição que traduza o tipo e o modelo de sociedade e de economia que nós deveremos seguir, acompanhar, defender.

E é exatamente neste ponto, porque a lei é lei. Se ela é legítima ou não, é uma questão de outra natureza.

Quero me ater, única e exclusivamente neste princípio que, para mim, é defensável, não só neste livreto que se chama Constituição, mas ela é defensável pelo princípio democrático constitucional das Nações mais avançadas e democráticas, realmente institutos como este, servem efetivamente ao funcionamento dos Parlamentos.

E, aqui, Deputado, sou obrigado, por força da disposição deste preceito, a discordar de um ponto levantado por Vossa Excelência, com relação à extraordinariedade e ordinariedade das sessões. Diz aqui, que, "observar-se-ão as seguintes normas regimentais". Então, para elaboração do Regimento, é preciso ter em mente que eles não invadam o óbice constitucional.

E aqui é claro, no item 3.º: "Não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária por dia".

Nessa Constituição, evidentemente que fica um obstáculo intransponível, para se instituir a fórmula que se pretende por este projeto de lei.

E é nesta parte que eu trago à baila e à colocação deste voto, a minha penitência. Nestes argumentos que levanto, Deputado Gilberto Carvalho, queria apenas justificar o meu posicionamento para que não possa ser traído na incoerência de uma inadvertência, talvez até da minha caneta, na hora de expender o meu voto.

Mas, tenho muito clara a imagem da discussão tida com

o eminente Deputado Paulo Camargo, naquela sessão da Comissão de Constituição e Justiça.

Ninguém mais, Sr. Presidente, o que tenho a dizer é que, nesta hora, em que se debate o problema da reorganização da sociedade brasileira, é necessário que o Parlamento se debruce sobre todos os temas do aperfeiçoamento, a alteração do Regimento Interno. Quando muito, poderiam ser suprimidas as sessões de sextas-feiras, mas para servir a quem, ou o que?

No nosso entender, Sr. Presidente, isso traz um desalento, com esta Casa fechada nas sextas-feiras. E muitos outros argumentos têm trazido a lume o raciocínio de que poderia ser pernicioso se permanecer com sessões nas sextas-feiras, pelo seu esvaziamento. Mas, o esvaziamento não é das sessões, nem da Casa em si, o esvaziamento é do próprio Poder Legislativo, é da insignificação do mandato parlamentar, é da própria marginalidade da classe política, é da própria imperfeição do regime dominante. Isso faz parte de uma regra do autoritarismo. E neste juízo, neste raciocínio, eu me coloco frontalmente contra a derrogação do funcionamento das sessões nas sextas-feiras.

Já é uma liberalidade o funcionamento das sessões, nas sextas-feiras, pela manhã. Mas, será uma violentação do próprio Poder a sua extinção.

E é nesse sentido que o povo, em si, reclama por que a Assembléia pretende fechar às sextas-feiras?

Temos em mente que as grandes reformas impostas pelo Palácio do Planalto, e muitas vezes, muitos projetos encaminhados a este Parlamento, pelo próprio Poder Executivo, aproveita-se do crepúsculo dos recessos parlamentares, ou das semanas alongadas, como será a próxima, via de regra, o Governo Federal aproveita-se do recesso parlamentar e dos fins de semana, para encaminhar os projetos polêmicos, para que a Nação brasileira, engula, no seco, sem discussão, nos Parlamentos.

Essa é uma das reclamações que se ouve, no interior, nos debates com as lideranças políticas.

Este é um mecanismo usado permanentemente pelo Governo. Haja vista, por exemplo, no autoritarismo dos detentores do Poder no Planalto, que as cassações de mandato de Alencar Furtado e outros eminentes parlamentares, sempre ocorrem nos últimos dias de funcionamento que precedem o recesso parlamentar.

Este, Sr. Presidente, instituto que se quer criar na Assembléia é um breve recesso parlamentar. Se instituímos esta nova regra, as sessões de sexta-feira que como disse o eminente Deputado Erondy Silvério, estão desmoralizadas, pela ausência dos Deputados. Então, ocorrerá um outro fato que é: as sessões de quintas-feiras também serão esvaziadas. E qual a razão? A alegação das viagens dos parlamentares, às suas bases. O exercício do Parlamento, se é que queremos buscar o aprimoramento e o revigoramento das perspectivas do Poder Legislativo, só há um caminho: fazer o Poder Legislativo funcionar como poder, não apenas como um trampolim de ingestões de natureza pequena e próximo ao Poder Executivo, assim, se nós debatermos, formos fazer as nossas ingestões no Executivo para que as obras sejam feitas nas regiões - eu falo em tese, Sr. Presidente - não porque estamos distantes do Poder Executivo hoje, absolutamente, este sempre foi um pensamento deste Deputado quando inclusive fazia parte da Câmara de Vereadores em Cascavel, cujo Prefeito foi ungido ao Poder, sob a legenda do antigo MDB, sempre foi o nosso pensamento, sempre me bati para o funcionamento pleno do Poder Legislativo.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Somente quero discordar de Vossa Excelência no seguin-

te: sou contra a extinção pura e simples das sessões das sextas-feiras, sou favorável a este projeto que antecipa. E não se justifica a argumentação de Vossa Excelência, porque, ao longo destes 11 anos que estou nesta Casa, sempre acompanhei serem votados, nas sextas-feiras, redações finais. Então, eu não vejo prejuízo algum na antecipação e, se for apresentada uma emenda extinguindo a sessão de sexta-feira, serei contrário porque eu me preocupo apenas em que seja antecipada a sessão, não extinta.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, ele realmente traz um esclarecimento maior, eu não fizera um relacionamento da extinção de funcionamento das Câmaras Municipais, ao contrário, nobre Deputado ...

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, tenho o máximo respeito pelas Câmaras Municipais, os Vereadores são uns abnegados, atendendo, nos seus municípios, reivindicações de eleitores de suas regiões, eles merecem o nosso máximo respeito. Por isso não podemos concordar quando é dito que aqui não é uma Câmara Municipal. Não foi Vossa Excelência quem disse.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Entendi que teria sido este Deputado, ao contrário, eu proclamo e sirvi a Câmara Municipal de Cascavel, sem nenhuma remuneração. Felizmente, depois que sai de Cascavel, como Vereador, muitos dos projetos implantados pela administração, felizmente, foram propostas apresentadas em Plenário, por este Deputado, hoje Deputado. Mas o que eu quero dizer, é que nas sessões de sextas-feiras, não se vota só redação final, e o Parlamento não tem um sentido só de legislar. Uma das funções do Poder Legislativo, e a principal realmente, é legislar, entretanto, no Parlamento, se fiscaliza e se reivindica, e as sessões de sextas-feiras, têm sido usadas principalmente, para promover debates de natureza reivindicatória e fiscalizadora. Muitas vezes, as sessões de sextas-feiras, tornam-se muito mais acaloradas, porque aqui permanecem aqueles que realmente têm interesse num debate muito mais amplo e objetivo. Principalmente, nessas sessões de sextas-feiras. Agora, na hora de votação o mecanismo de verificação de votação é que esvazia essas sessões, mas nada tem a ver com a parte do outro munus, obrigatório deste Poder, que é o fiscalizador e reivindicatório. Essas são as duas funções mais usadas nas sessões de sexta-feira, até há uma praxe aqui nesta Casa, de que nas sextas, exatamente por causa desse esvaziamento, a Casa deva votar apenas em redação final, os projetos já deliberados nas sessões do seu valor de mérito.

Sr. Presidente, quero concluir, argumentando também, que ficaria difícil, muito difícil, se chegar à extinção das sessões das sextas-feiras. Até porque, quando os Deputados não vêm às sessões, simplesmente, elas não acontecem. E nas sessões de quintas-feiras, poderá se deliberar se vai ou não haver funcionamento, a sessão ordinária do dia seguinte. Poderá se fazer isso, porque a deliberação do Plenário, é soberana, apenas se prorroga aquela sessão para segunda-feira, não há no meu ver, Sr. Presidente, nenhum prejuízo de natureza regimental. E nenhuma violentação do preceito constitucional.

E o que pode ocorrer quando muito, são indagações de natureza extemporânea que poderá ser argumentada, mas fora deste Parlamento.

Tem o aparte o Deputado Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado Fidelcino Tolentino. Vossa Excelência que tem adquirido notoriedade nesta Casa, por entender de assuntos vários, os mais diversos, assuntos

até internacionais, discorre sobre um problema das sessões de sextas-feiras, se devem ou não, ser realizadas. Vossa Excelência alongando-se não exaustivamente, pois Vossa Excelência tem um linguajar que nos agrada, nos delicia, nos prende, e nos absorve, mas eu queria perguntar a Vossa Excelência para que pudesse dirimir uma dúvida, que me sobressalta, uma dúvida que me intranquiliza.

Vossa Excelência defende a permanência das sessões de sexta-feira, e concorda com a antecipação para quinta, ou simplesmente não quer que as sessões de sextas sejam suspensas, permanecendo ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência queira repetir ...

O Sr. Nelson Buffara — Deputado Tolentino, eu repito a pergunta e farei com mais cautela para que Vossa Excelência possa entender. Quem sabe eu tenha falado muito rápido, como é do meu feitio, e Vossa Excelência não deva ter entendido. Eu pergunto: Quero indagar de Vossa Excelência se Vossa Excelência defende a permanência das sessões às sextas-feiras, ou concorda com a antecipação dela para quinta-feira, sem prejuízo das horas, que nós não disporíamos às sextas-feiras e não atender o que habitualmente, tem sido feito nesta Casa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado, minha posição ficou clara, eu sou favorável a se manter o Regimento como ele se encontra. Esta tribuna tem sido testemunha inclusive, os Anais da Casa são testemunhas da minha posição em outras discussões sobre a matéria.

O Sr. Nelson Buffara — Eu faço esta indagação a Vossa Excelência porque o Deputado Gilberto Carvalho, contou-me, disse-me o Deputado, que Vossa Excelência exarou um parecer favorável ao projeto.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Acho que Vossa Excelência estava ausente da Casa quando vim à tribuna, fazer uma consideração. Lamento que Vossa Excelência tenha se ausentado na hora dos debates, mas ele já está nos Anais da Casa, e por uma questão de urbanidade, vou responder a Vossa Excelência.

No parecer que se encontra na Ordem do Dia, realmente consta simplesmente o meu voto favorável, embora a minha posição sempre tenha sido contrária a essa alteração do Regimento para extinção das sessões. Penitenciei-me publicamente dessa tribuna de não ter por, inadvertência, colocado voto vencido, mas eu faço, ainda que valha o que está escrito no parecer, e este foi o meu argumento. É praxe dos tribunais a reforma dos votos na hora do julgamento e eu invoco o princípio praticado pelos juízes superiores dos colegiados existentes no País, em todos os colegiados.

Tenho como certo que o projeto substitutivo ou original ferem flagrantemente o disposto no parágrafo único, inciso terceiro do Artigo 16 da Carta Estadual.

Espero que Vossa Excelência tenha ...

O Sr. Nelson Buffara — Agradeço e escardecimento que Vossa Excelência me presta, dou-me por satisfeito e peço excusas por interromper um discurso tão proeminente, tão claro, tão preciso e tão absorvente.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço esta manifestação tão delicada de Vossa Excelência, e no argumento que fazia ao final e que ensejou o seu aparte, eu falava em tese, sob a possibilidade, falar em tese, realmente é uma outra

situação, e diziam já os latinos: “odiosa restringenda, favorabili amplianda”. Não quero passar por esta tribuna, traduzido, não por entender que haja necessidade, mas para facilitar o trabalho taquigráfico, de que “o que é bom se amplia, e o que é odioso, se restringe”, e esta, Sr. Presidente, é a posição que quero adotar nesta tribuna, a alteração do Regimento Interno é odiosa, precisa ser restringida, a manutenção do seu vigente Instituto, é favorável, favorável até para que esta Casa não perca ainda mais uma parcela da sua limitada, da sua restrita atribuição e prerrogativa.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Werno Scherer, Prefeito Municipal de Marechal Cândido Rondon, acompanhado do Dr. Italo Fumagari e Haroldo Lampert.

Continua em discussão o Projeto de Resolução n.º 64/80.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que por um dever de cumprimento aos dispositivos regimentais, seja encerrada a presente sessão, porque são 18:32 hs. no horário oficial e não há nenhum requerimento propondo a continuidade e prorrogação desta sessão.

Portanto, Sr. Presidente, com base no artigo 33 do Regimento Interno e artigo 76, peço a Vossa Excelência que dê por encerrada a presente sessão porque, conforme diz o artigo 73 as sessões ordinárias terão início às 14:30 hs., e duração no máximo quatro horas.

Portanto, às 18:30 hs., ela se encerrou regimentalmente e por um cumprimento a este dispositivo peço a Vossa Excelência que encerre os trabalhos porque não há nenhum requerimento propondo a prorrogação dos trabalhos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador de que através da Resolução 1/80, no seu artigo 1.º — O artigo 73 do Regimento Interno, mantido o § único que lhe foi acrescido pela Resolução 21/68, de 30/9/68, passa a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 73 - as sessões ordinárias terão início às 14:30 hs. e durarão no máximo 4:30 hs.

Portanto, regimentalmente a sessão se encerra às 19:00 horas. Continua em discussão o Projeto de Resolução n.º 64/80.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era meu propósito de vir à tribuna para discutir esta matéria, tão exaustivamente hoje debatida aqui. Entretanto, Sr. Presidente, algumas colocações com relação a esta matéria e que foram feitas aqui hoje me impeliram a vir à tribuna, com o propósito de esclarecer alguns pontos.

Inicialmente, quero me referir a afirmação que se faz de que o ex-Líder do PMDB, Deputado Renato Bernardi, havia no consenso da nossa Bancada, conseguido o apoio para esta proposição.

Eu me lembro, Sr. Presidente, que numa reunião de Bancada o PMDB entendeu de não aceitar a proposição que ora se discute no sentido de extinguir a sessão de sexta-feira. A matéria foi amplamente debatida naquela oportunidade, em reunião da nossa Bancada e afinal até o próprio Deputado Renato Bernardi acabou por concordar com os argumentos que então expendíamos sustentando o nosso ponto de vista contrário à extinção da sessão de sexta-feira.

Particularmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou radicalmente contra às sessões de sexta-feira, ainda que se diga que no dispositivo do projeto numa forma contestativa que poderá o Presidente antecipar e facultando ao Presidente antecipar a sessão para quinta-feira. De qualquer forma fica o Presidente com este Poder de antecipar a sessão e só a ele caberá decidir da conveniência da antecipação. Mas, como nós sabemos que este é um poder político e que as pressões aqui ocorrem, por fim o Sr. Presidente acabará cedendo, antecipando a sessão.

E essa antecipação de sessão, fazendo-se duas sessões ordinárias num mesmo dia está constitucionalmente vedado como já foi esclarecido aqui, através da leitura do próprio texto constitucional.

De outra parte também não poderíamos, como já muito brilhantemente sustentou aqui o Deputado Tolentino, transformar uma sessão ordinária em extraordinária.

Quer dizer, pela própria natureza das coisas, não se pode fazer de uma sessão ordinária, uma extraordinária.

E não é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por hipocrisia que nós vimos aqui sustentar o nosso ponto de vista, contra a extinção da sessão ou pelo menos a antecipação da sessão de sexta-feira, para quinta-feira.

Porque nós que conhecemos e é já há quase 8 anos estamos nesta Casa, acompanhamos e que somos - e a Casa é testemunha, um dos Deputados mais assíduos e inclusive às sextas-feiras, geralmente nós estamos presente, só não comparecemos às reuniões por motivos alheios à nossa vontade, de força maior, mas poderão os Srs. Deputados verificar os Anais da Casa, e irão constatar, que este Deputado, como muitos outros, estão geralmente às sessões, inclusive as de sexta-feira. E nós ainda há pouco comentávamos com um Deputado da Bancada do PDS e ele até nos disse que na verdade nós somos, uma parte dos Deputados, é que mantém os trabalhos desta Casa em dia. Como agora ainda hoje nós estamos aqui assistindo um grande número de Deputados presente a esta sessão, e até as últimas horas.

Mas esta antecipação, ou a supressão da sessão de sexta-feira, o que vai ocorrer? Não tenho dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se realizará sessão também na quinta-feira. E depois não se realizará sessão extraordinária na quinta-feira, como não se realizará a sessão ordinária da quinta-feira. Porque daí já vão arrumar pretextos para viajar na quinta-feira, porque já não há sessão na sexta-feira. Então já vão viajar na quinta pela manhã. E já não teremos sessão quinta-feira, a sessão ordinária, não teremos enfim sessão e só Deus sabe se teremos na segunda-feira, como também, comumente até, tem ocorrido com a presença de alguns Deputados aqui nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, acho que bem no fim da história, o que vai ocorrer é que esta Casa vai acabar fechando. Porque daí já vem um Deputado dizendo que também na quinta-feira não deve ser realizada sessão, porque os Deputados não comparecem. E não comparecem mesmo. Existem Deputados aqui - e não é só da bancada situacionista, da minha bancada, que eu acredito que já faz dois anos que não comparecem a esta Casa. Isto é reprovável. Porque se eles ganham é para vir aqui trabalhar, como eu venho, como muitos outros Srs. Deputados vêm, como vem o Deputado Erondy Silvério, como vêm tantos outros. Por que é que esses também não

comparecem aqui? E causam problemas desta natureza. São estes Deputados que estão causando problemas desta natureza. Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a matéria é delicada. Delicada para esta Casa, para este Poder. Porque acho que vai nos comprometer seriamente. Porque vão dizer por aí - não porque isso amedronte, mas eu acho que é uma questão de responsabilidade e respeito para com o povo. Respeito para com aqueles que nos deram o seu voto; confiaram o seu voto para nos trazer a esta Casa.

Então, como um operário trabalha da segunda ao sábado, por que é que nós não poderemos trabalhar da segunda à sexta-feira? E depois ocorre mais uma circunstância. É que esta Casa não pode limitar os seus trabalhos. Pelo menos estar aqui em condições, de numa emergência, serem discutidos aqui problemas seríssimos.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos visto que, geralmente, às portas do encerramento dos trabalhos legislativos e do início dos recessos parlamentares, e como aconteceu, ainda agora, no caso do Rio Centro, em que o Governo aproveitando o recesso parlamentar, veio trazer a público, o resultado do inquérito no Rio Centro, como tem acontecido com as cassações de mandato, que se fizeram no início do recesso parlamentar, para que não houvesse da tribuna do Parlamento, uma voz se levantando e denunciando à Nação, arbitrariedade, violência e injustiça das cassações.

E também fizeram isso com os resultados do inquérito policial-militar do Rio Centro, que deixaram para anunciá-lo no início do recesso parlamentar.

E o que ocorreu foi uma decepção para a Nação.

E por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que esta Casa não pode limitar os seus dias de trabalho. Nós temos que ocupar todo o espaço que temos, e nós temos assistido sextas-feiras proveitosas aqui; se algumas sextas-feiras não têm sido proveitosas, muitas outras o têm, com pronunciamentos importantes, com matérias importantes discutidas, requerimentos importantes pedindo providências, denúncias que são feitas, aqui, no interesse do povo, no interesse do Paraná.

E é importante, na minha opinião, que esta Casa esteja permanentemente em condições de funcionamento, para se discutir, aqui, a todo instante que for necessário, os altos problemas nacionais, os assuntos de alta indagação.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, noto que há, na verdade, um constrangimento de parte desta Casa, para aprovar esta matéria.

E há uma disposição, e inclusive a nossa Bancada está decidida a rejeitar esta matéria. Porque, além do mais, se ela não é imoral, é comprometedora; comprometedora do comportamento desta Casa; comprometedora até do bom funcionamento e do bom nome do Poder Legislativo que, por último, eu não tenho dúvidas, que sairá ferido neste episódio, se esta matéria for aprovada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de pedir aos Srs. Deputados que meditassem sobre o assunto, e tivessem mais um pouco de cautela, de cuidado para decidir sobre a matéria e esperava até que no pronunciamento do Deputado Lázaro Dumont, se concretizasse o seu propósito de pedir para que esta matéria tivesse um adiamento para 2 ou 3 sessões, no sentido de que melhor pudesse ser aquilatado da sua oportunidade, a oportunidade de se fazer uma alteração substancial ou, então, Sr. Presidente, eu particularmente queria dizer que sou favorável, que, ao invés de se fazer as sessões na sexta-feira, que se faça sessão iniciando às 13:30 horas.

Particularmente, sou favorável a isso. Porque, teremos muito mais condições de trabalho. E até proporia a Casa, que se retirasse essa matéria e se alterasse o Regimento Interno, fazendo-se as sessões às 13:30 horas e tivéssemos mais condi-

ções para expor as reivindicações de nossas regiões, que pudéssemos ter mais espaço para falar. Porque, sabemos que, muitas vezes, tem havido congestionamento de inscrição, na Ordem do Dia. Há uma limitação de Parlamentares para falar no Pequeno Expediente.

Isso que deveríamos fazer: aprimorar o Regimento Interno, estabelecer novas técnicas de trabalho, dar dinamismo a esta Casa, mostrar ao povo que estamos aqui, honrando nosso mandato, cumprindo a nossa obrigação.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Desejo cumprimentá-lo pelo pronunciamento e lembrar que tivemos, há pouco tempo atrás, em Curitiba, passeatas, vitrines quebradas, polícia coibindo a manifestação dos comerciantes, que somam sessenta mil, tão somente na Capital. E todo esse movimento aconteceu porque uma lei aprovada pela Câmara Municipal de Curitiba, enviada pelo Sr. Prefeito, pedia que o comércio ficasse aberto até às 18:00 horas, do sábado, roubando, portanto, do comerciante, o descanso no sábado à tarde, e estabelecendo um horário livre para o comércio, ou seja, ficando aberto até às 22:00 horas. Ocasionalmente o aumento na carga horária dos trabalhadores.

E a justificativa seria de que haveria possibilidade dos comerciantes ganharem mais, de perceberem um salário ligeiramente superior, com horas extras e com trabalho mais esticado, com o que discordávamos frontalmente.

No primeiro semestre de 1981, temos, somente no setor da indústria, em Curitiba, várias falências, várias empresas fechando e temos a média fornecida pela Federação dos Trabalhadores da Indústria e também pelo DIESE — Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos — de que 50 pessoas, perdem, em Curitiba, por dia. E uma das alegações das empresas é que passam por uma falta recessão e que falta possibilidade de ampliarem o campo de trabalho.

Então, se observa que, no comércio, aumenta-se o horário de trabalho, aumenta-se os dias de trabalho. O comerciante trabalha de segunda a sábado.

Até há bem pouco, os supermercados trabalhavam, inclusive, aos domingos pela manhã. E observamos, nesta Casa, tentativa de se diminuir a carga horária de nosso trabalho.

Participamos, inclusive, na qualidade de vice-Líder, no ano próximo passado, ao lado do Deputado Renato Bernardi e outros, quando se discutiu a possibilidade de se acabar com as sessões, às sextas-feiras. Quero confessar que, naquela oportunidade, não tinha um pensamento uniforme a respeito da medida que poderíamos tomar e daquilo que deveríamos fazer. Mas quero dizer ao nobre Deputado que, hoje, pensando bem, observando o salário que temos e o salário-mínimo que existe aí, o salário médio do trabalhador brasileiro, é um verdadeiro absurdo tentar acabar-se com o trabalho de sexta-feira. O que deveria ser feito, no meu entendimento, é, uma exigência de que, na sexta-feira pela manhã, todos estivessem aqui. Não sou desse tempo mas, ao que me consta, a Assembleia funcionava inclusive aos sábados, não sei se Vossa Excelência chegou a ter mandato nessa época. Passou-se para a sexta-feira, hoje, pretende-se diminuir para a quinta-feira, numa tentativa evidente de se esvaziar, futuramente inclusive, a quinta-feira. Pessoalmente sou contrário, a nossa Bancada tem se posicionado dessa forma, e até acho que nós deveríamos fazer muito mais jus, justificar muito mais ainda o alto salário que aqui recebemos.

Meus cumprimentos ao Deputado, pelo brilhante pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requeri-

mento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, solicitando prorrogação de sessão por duas horas. Em votação. — Aprovado.

Continua com a palavra, o Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o aparte do Deputado Nestor Baptista e, quero dizer que, realmente, nós tivemos aqui ocasiões difíceis em que ocorreram greves e que esta Casa, presente aos acontecimentos, pode se pronunciar, pode contornar situações difíceis, evitar conflitos, porque, na verdade, quando ao recesso parlamentar, todos os Deputados ou a maioria deles vão para o interior, outros, que são da Capital vão visitar as suas regiões também na Capital, os seus distritos eleitorais e nós constatamos que, realmente a presença desta Casa nessas condições foram de grande valia para o Paraná, em especial.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lineu Turra, Vossa Excelência está ampliando ainda mais o rol de argumentação que evidenciam a necessidade de nós ao menos termos uma posição clara sobre a questão dessa sessão de sexta-feira, e, todos os argumentos que Vossa Excelência traz, enriquecem ainda mais a justificativa para que não haja essa alteração. E volto aqui mais uma vez, a insistir que, Parlamento aberto sempre é uma Casa de ressonância independente de posição partidária, e sempre há uma possibilidade a mais de nós ocuparmos espaço na opinião pública, de nós tomarmos posições que, de imediato exigem posições às vezes também emergenciais. E exatamente quando Vossa Excelência apresenta um rosário de argumentos que evidenciam muitas vezes uma posição emergencial do Parlamento, nós ainda acrescentaríamos: por que não? Por que não? Chegamos a um consenso. Nós estamos exatamente procurando uma saída. Se nós estamos aqui até agora, é porque primeiramente o Deputado Lázaro Dumont na tribuna expôs que aceitava três dias ou ao menos argumentava a possibilidade da retirada por 3 sessões. É óbvio que, como membro de uma Bancada, colocou a questão a ser definida por toda a Bancada do Partido Situacionista. E nós aqui colocamos mais uma contribuição, Deputado Lineu Turra, e aos Deputados que estão aqui: de que, continuemos com a sessão de sexta-feira e que se faça um pacto entre as Lideranças de todos os Partidos portanto entre todas as Bancadas, de que, cada Bancada se comprometa a, proporcionalmente, trazer todas as sextas-feiras, um número X de Deputados que ao menos se possa atingir um número formalmente exigido pelo Regimento Interno. Por exemplo: o PMDB pode e assume o compromisso de toda sexta-feira trazer aqui 8 ou 10 Deputados se for o caso, depende da proporcionalidade que for estudada, e que o PP, tenho certeza também, poderá aceitar essa hipótese de ter aqui, já que tem 4 Deputados, 30 ou cinquenta por cento da sua Bancada; o PTB por certo, embora tendo 1 só Deputado não se negaria, à medida do possível, de estar sempre presente, e o PDS que tem 32 Srs. Deputados, nesse consenso que é meramente uma proposta, uma contribuição que estamos colocando, que, fizesse uma escala para que aqui tivéssemos toda sexta-feira também 8, ou 10, ou 12 Deputados do próprio PDS, e em especial poderíamos até fazer um rodízio com os Deputados que compõem o colégio de vice-Líderes, portanto, é uma obrigação maior do que os demais. E também em segundo plano, os Deputados que pertencem à grande Curitiba. Há possibilidade portanto, de nós sairmos disso, havendo essa boa vontade, é mais essa proposta, Deputado Lineu Turra, que nós estamos trazendo, numa contribuição. Que definíssemos uma maneira positiva, de não extinguindo as sextas-feiras, também garantir um número mínimo. Bastando elaborar-se uma pauta de presença de Deputados, de cada

um dos Partidos, com assento nesta Assembléia Legislativa, nós temos saída. Não podemos aceitar o argumento de que às sextas-feiras esvazia. Quando se esvazia uma sexta-feira, que espécie de esvaziamento serve de argumento? O que acontecerá daqui a alguns meses, quando se esvaziará a quinta-feira, o que acontecerá, em cima de um argumento falso, impróprio, de uma falácia dessas, da inoperância que traduz esvaziamento, nós talvez estaremos discutindo a extinção também da quinta-feira, em cima do esvaziamento, em cima da não presença. Porque não então, o consenso, o entendimento, que as lideranças de bancadas possam definir um mínimo de presenças dos Srs. Deputados, e às sextas-feiras continuassem com as sessões. Em cima de todas as justificativas que Vossa Excelência apresentou, que dos demais Deputados que estiveram na tribuna, também, manifestaram. E nós poderíamos sair daqui, continuando as sextas-feiras, moralizando as sextas-feiras, com a presença mínima das lideranças e portanto, dos Partidos presentes nesta Assembléia. Mais uma idéia, mais uma contribuição, para que a classe política possa de cabeça erguida dizer: não acabamos com as sextas-feiras, encontramos uma saída, encontramos uma maneira de continuar funcionando, embora com um mínimo de presença dos Deputados para não prejudicar aqueles que moram mais distantes. E tendo o seu colégio eleitoral mais distante, possam de maneira mais condizente, ir ao seu reduto eleitoral. É uma proposta, mais uma idéia, que quem saiba possa solucionar esse impasse que nós estamos aqui já às 19:00 horas dessa terça-feira. Muito obrigado, Deputado Lineu Turra, e cumprimento por seus argumentos que são importantes. Ou o Parlamento, através dos políticos, realmente, tomem posição clara, utilizem-se de sua decência, dignidade, presença firme nas Comissões Técnicas, no plenário etc., ou nós estaríamos dando argumento àqueles que querem cada vez mais, denegrir os políticos e portanto, a instituição parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço ao meu ilustre Líder Nelson Friedrich, o seu aparte, e quero dizer que realmente nós o que temos assistido inclusive, já faz muito, nesta Casa, é a má vontade. E eu me permitiria até, data vênica, de alguns dos Srs. Deputados até do Partido Situacionista, que na maioria das sextas-feiras, são poucos os que aqui comparecem.

Ainda me lembro que numa determinada sexta-feira, se não me falha a memória até foi na última. Estávamos, o ilustre Líder, o Deputado Erondy Silvério, a quem eu quero cumprimentar pela sua assiduidade, um dos Deputados mais presentes a esta Casa, e alguns se não me falha a memória eram dois ou três mais, do PDS, enquanto nós, estávamos aqui, apesar de sermos uma bancada de Oposição, entre PP, PTB e PMDB, somos 25, nós estávamos em 12. Isso tem ocorrido freqüentemente, quase 50 por cento da nossa bancada, tem ocorrido freqüentemente. Então o que eu entendo, é que não existe boa vontade de trabalhar, de fazer funcionar. E vai acontecer sempre, e vai acontecer na quinta-feira, nós vemos as sessões técnicas, como funcionam, meu Deus do céu, Srs. Deputados. Precisa pegar Deputado a laço para ir para as sessões técnicas. Isso tem acontecido, não se consegue levar os Deputados com facilidade, quando se reúnem os Deputados nas sessões técnicas.

De sorte que o que está ocorrendo é que nós nesta Casa, estamos prejudicando a este Poder, desmoralizando nosso mandato e tenho nas minhas andanças pelo interior, recebido indagações. O que é que os Deputados fazem? Eles vivem mais ausentes do plenário. Quer dizer, o que reflete na opinião pública é a nossa presença aqui neste plenário, se não estamos presentes, o povo logo vai ter conhecimento, porque é aqui que nós marcamos a presença no Poder Legislativo, é aqui que nós cumprimos a nossa obrigação parlamentar.

Concedo o aparte ao Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Tércio Albuquerque — Meu caro Deputado Lineu Turra, primeiro gostaríamos de, em parte cumprimentar o seu pronunciamento, no entanto, teríamos alguns reparos a fazer ao seu pronunciamento e ao aparte do Deputado Nelson Friedrich.

Vossa Excelência disse que em algumas sextas-feiras está aqui apenas o Líder do PDS e alguns Srs. Deputados do seu Partido, o que não é verdade. Tanto o seu Partido, como o nosso Partido têm falhado às sextas-feiras. Não adianta Vossa Excelência sofismar aqui da tribuna. Diz Vossa Excelência que inclusive o povo e os eleitores perguntam: ninguém anda perguntando isso. Isso é um pensamento de Vossa Excelência, que está transferindo como uma pergunta popular que não existe.

No caso do Deputado Nelson Miguel, muito inteligentê, mas que hoje trouxe uma opinião muito falha e vaga, no que diz respeito aos Deputados de cada Partido, trazer uma parcela dentro do seu número de Deputados, isso é para hospital. Plantão é para médico, não é para Deputado. Para se indicar plantão, aqui não é casa de plantonista, não é hospital, casa de saúde, nem tão pouco uma clínica médica.

Queremos aqui, Sr. Deputado Turra, ou suprir ou não suprir. Se Vossa Excelência é contra, é contra, mas opiniões assim, jogando em nome da população, ou transformar isso aqui numa casa de plantonistas, não vamos aceitar. Ou vamos antecipar, ou vamos continuar como está, mas não fique atacando o PDS.

O SR. LINEU TURRA — Isso é o ponto de vista de Vossa Excelência que eu também respeito.

O Sr. Tércio Albuquerque — Como Vossa Excelência tem os seus pontos de vista.

O SR. LINEU TURRA — Estou constatando, prestando aqui um testemunho, Deputado, se Vossa Excelência não ouviu isto do povo, é porque Vossa Excelência não conversa então com o povo.

O Sr. Tércio Albuquerque — O povo não está dizendo isso. Converso talvez mais do que Vossa Excelência.

O SR. LINEU TURRA — Isso é uma verdade. Não seria capaz de dizer uma inverdade aqui.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência está sofismando.

O SR. LINEU TURRA — Eu não seria capaz de dizer uma inverdade aqui. Não estou dizendo uma inverdade.

O Sr. Tércio Albuquerque — Com respeito a Vossa Excelência, continua sofismando.

O SR. LINEU TURRA — Isto é ponto de vista de Vossa Excelência. Vossa Excelência não estava naturalmente, quando houveram essas sessões e que nós estaríamos aqui na proporcionalidade em número maior. Vossa Excelência, não estava presente. Realmente Vossa Excelência não estava presente.

O Sr. Tércio Albuquerque — Compareço mais do que Vossa Excelência a esta Casa. Sou um dos mais assíduos, mais do que Vossa Excelência. Pode ver os Anais da Casa.

O SR. LINEU TURRA — Deputado, eu contesto Vossa Excelência. Se Vossa Excelência tiver mais presença que eu,

vou embora para a minha casa. Desafio Vossa Excelência. Se Vossa Excelência tiver mais presença nesta Casa, eu vou embora para a minha casa ou Vossa Excelência vai. Essa é que é a verdade. Eu desafio Vossa Excelência.

O Sr. Tércio Albuquerque — Mande fazer um levantamento. (TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita aos Srs. Deputados que respeitem o orador que está na tribuna. Está com a palavra o Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência tem a tribuna a sua disposição. Vá lá e me responda. Eu dei o aparte a Vossa Excelência, só não dou o direito de Vossa Excelência me agredir dessa forma, porque eu estava falando genericamente e Vossa Excelência só vem me atacar pessoalmente.

O Sr. Tércio Albuquerque — Vossa Excelência só falou em PDS, apenas.

O SR. LINEU TURRA — Estou falando em proporcionalidade, tanto faz. E eu há pouco ainda disse que Deputados, muitos Deputados do PMDB, também alguns Deputados que há muito tempo não comparecem a esta Casa. Estou falando nos Deputados que efetivamente comparecem. E se Vossa Excelência quer testemunhar isso venha todos os dias, como vem o Deputado Erondy Silvério. Não quero jogar confete nele, mas venha aqui fazer o registro.

Não estou dizendo qual o Deputado que não vem. Agora, cada um que faça um exame de consciência e veja se vem ou não vem. Porque eu tenho a minha consciência tranquila.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Nobre Deputado, entendemos que a matéria seja do interesse do Poder. Mas como não adianta, segundo a versão de Vossa Excelência um partido de uma bancada majoritária de número superior aos que somam na Oposição, também nós exemplificamos como o que ocorreu na data de hoje, e recente, há minutos atrás. De nada vale Vossa Excelência conduzir a sua bancada, é o termo que Vossa Excelência usou, trazer os seus Pares para esta Casa e em cada momento de votação, de matéria de interesse do povo, este mesmo povo que Vossa Excelência representa e que nós também representamos, os seus representantes das oposições no Parlamento se retiram do Plenário.

E se nós fizéssemos uma verificação da inverdade que pronuncia da tribuna Vossa Excelência, hoje a votação proporcional foi de 27 a 2. Está nos Anais da Casa.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência não conhece o Regimento Interno e a praxe Parlamento, pelo que vejo.

O Sr. Quielse Crisóstomo — 27 Srs. Deputados votaram hoje, do PDS.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência não conhece a praxe parlamentar. Nós nos retiramos, porque nós somos minoria.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Concluirei e Vossa Excelência terá o seu tempo disponível para me responder. Então de nada vale nobre Deputado, todos esses argumentos se nós, todos nós não tratarmos aquele assunto que é o de primordial importância na representatividade neste Poder, que é votar a matéria que está na Ordem do Dia.

Nós estamos com matérias aqui acumuladas na Ordem do Dia, mas hoje as oposições seriam responsáveis, não fossem dois Srs. Deputados das oposições que se propuseram a dar número para que as matérias pudessem ser votadas.

Então veja bem as palavras com que Vossa Excelência está conduzindo o debate que não têm sentido. Nós devemos sim, estar presente em momentos como este. De matérias de interesse de relevância, de importância para o Governo e para este Parlamento, devem haver meios suficientes para serem apreciadas.

Comparecer no plenário para efeito de apresentação para a torcida que muitas vezes tem da oposição aqui, nas gerais des-

ta Casa, ou para constar nas folhas de pagamento também não adianta, Srs. Deputados. Nós queremos é presença na hora da votação. E esta presença que Vossas Excelências das oposições nesta Casa, negaram hoje, a exemplo de tantas vezes, neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Vou responder ao aparte de Vossa

Excelência Deputado Quielse Crisóstomo, dizendo o seguinte: que nós temos tomado uma atitude, e firmamos aqui um pacto na nossa Bancada, de pedir, já no início a verificação de votação dos projetos, como uma forma de compelir a bancada de Vossa Excelência comparecer ao plenário, porque sendo majoritária, tendo 32 Srs. Deputados e bastando apenas 29 para votar, mas não é bem isso que nós queremos, porque nós somos mais razoáveis. Quer dizer, tendo 32 Deputados a sua Bancada tem condições de comparecer aqui e votar. Porque nós ficamos dando número e quantas vezes demos número para aprovar as proposições, e quando chega a oportunidade de aprovarem as nossas proposições, quando não votam contra, se retiram do plenário. Isto tem acontecido. Nós muitas vezes fizemos isso hoje, para responder aquilo que é feito para nós, quando nós temos os nossos projetos, que são rejeitados pela maioria de sua Bancada. E não é para fazer com que a Bancada que é majoritária compareça a Casa e vote. E pelo menos compelir muitas vezes, uma grande parte pelo menos uma boa parcela dos Deputados da Bancada de Vossa Excelência a comparecer.

Então nós damos, em quantas oportunidades, damos "quorum" para a aprovação de projetos. E todos os projetos, de interesse do Estado — e quero que me apontem um projeto, que tenha sido impedido de ser aprovado pela nossa Bancada, ou que essa Bancada ou a oposição tenha votado contra. Todos os projetos de interesse do Estado, onde nós constatamos o interesse do Estado, o interesse do povo, nós estamos aqui para aprovar e para discutir e para apresentar também as nossas opiniões, a nossa contribuição. Não é para receber pagamento que nós estamos aqui. Nós temos comparecido aqui para discutir matérias, para apresentar projetos. Temos conduzido como ocorreu em muitas vezes outras oportunidades que ficamos aqui discutindo projetos de interesse do Estado e quando nós nos retiramos, isso é um direito da minoria porque quando a bancada do PDS está em minoria também se retira. Isso é regimental, é uma praxe dos Paramentos. Então nós nos retiramos também. Isso é regimental. De forma que eu não vejo desprimor algum de nossa Bancada, em agir desta forma.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lineu Turra, Vossa Excelência sempre quando na tribuna tem merecido por parte da Bancada do PDS uma consideração toda especial, mesmo porque Vossa Excelência é realmente um Parlamentar digno, honrado, coerente e que quando usa esta tribuna sempre o faz com distinção; sempre colocando bem os problemas, procurando soluções, fazendo críticas construtivas na maioria das vezes, porque eu acompanho o seu trabalho há muitos anos nesta Casa. Só queria fazer uma pequena colocação na sua tese, Deputado, com vênia Vossa Excelência numa altura do seu pronunciamento, referiu-se à bancada majoritária, dizendo que a Bancada do Governo, como majoritária, era obrigada a dar "quorum"; que a Bancada do Governo deveria comparecer para aprovação das matérias e tramitação na Assembléia.

Mas, Vossa Excelência não se lembrou que hoje, ainda, a Bancada governista está presente. Ela, se não me falha, está composta de 30 Senhores Deputados.

No entanto, quando da votação desta matéria que está sendo discutida — eu não quero com isso, que Vossa Excelência entenda como uma acusação, — mas a Bancada de Vossa Excelência se retirou do Plenário, para que não fosse apreciada, nem votada a matéria.

Então, entenda que não é culpa, que não deve ser atribuído tão somente ao Partido do Governo, esta responsabilidade.

E vou mais além, Deputado Lineu Turra, com referência às Comissões. Hoje foi por demais debatido, nesta Casa, o problema das Comissões.

Pois eu sou membro da Comissão de Recursos Humanos, e digo a Vossa Excelência que este projeto desta polêmica, de interesse do Deputado Dácio Leonel, está comigo há meses, com o parecer pronto, mas na hora de reunir a Comissão para apreciar o meu relatório, falta sabe quem, Deputado Lineu Turra? Os Deputados da Oposição.

Então, como reunir a Comissão de Recursos Humanos para apreciar um projeto que causa uma polêmica tamanha, nesta Casa, no dia de hoje?

E isto vem acontecendo, Deputado Lineu Turra, sucessivamente. Já é um vício das Comissões de não se reunirem.

Então, eu entendo, Deputado Lineu Turra, que a sua tese é brilhante, é válida, é por demais válida, e que deveria ser anotada, que deveria ser recebida como estímulo para a Casa, para os Deputados e não como uma crítica destrutiva.

Por isso, Deputado Lineu Turra, eu fiz questão de colocar somente nesse seu pronunciamento, esses pequenos adendos.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço o aparte gentil de Vossa Excelência e quero dizer que não nomeiei Deputados.

Por estar, hoje, presente, a Bancada majoritária, e que, aliás, tem condições, estando presente, de, maciçamente, aprovar matérias, então a responsabilidade, veja bem, nobre Deputado, a maior responsabilidade — todos nós temos responsabilidade — mas a maior responsabilidade, pesa sobre a Bancada majoritária, porque tem condições de aprovar ou rejeitar as matérias, as nossas proposições, os nossos requerimentos são rejeitados.

O SR. JURANDIR MESSIAS — O Regimento Interno não diz isso. As responsabilidades são iguais.

O SR. LINEU TURRA — Eu não exclui a nossa responsabilidade de comparecer e defender aqui o nosso ponto de vital-

O que eu digo é que a Bancada majoritária age politicamente, como a nossa o faz, porque aqui é um Poder político. Quando convém à Bancada majoritária aprovar ou rejeitar uma matéria, ela o faz. Assim como nós. Se a Bancada majoritária como tem ocorrido, está em minoria, muitas vezes tem ocorrido aqui que a Bancada majoritária se retira do Plenário. É um mecanismo Parlamentar.

De forma que, agora, Vossa Excelência querer criticar a Oposição porque não compareceu um dia, numa reunião da Comissão de Recursos Humanos, eu também não vou criticar um Deputado de sua Bancada porque deixou de comparecer uma vez.

Então, teria que criticar muitos Deputados, inclusive da Bancada de Vossa Excelência. Não é possível, temos que ver a falta sistemática que tem ocorrido. E a Bancada majoritária que deveria estar aqui, com sua responsabilidade de aprovar, ou rejeitar as matérias, fica ausente. E quando se reúne, nós da minoria, se não nos interessa a aprovação, temos que usar o recurso regimental de nos retirar do plenário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Simplesmente e tão só para registrar minha indignação com a afirmação do Deputado Jurandir Messias, dizendo que a Oposição não tem comparecido às reuniões da Comissão de Recursos Humanos.

Não sei se devo responder afirmativamente, ou apenas registrar a minha indignação. Porque, faço parte dessa Comissão e, muitas vezes, ocupei essa tribuna para reclamar que os pareceres dessa Comissão têm sido feitos em cima dos joelhos, nos corredores desta Assembléia.

Ultimamente, é que não têm acontecido esses senões, aqui nesta Assembléia, ultimamente é que não têm acontecido. E em nenhum momento, faltamos às reuniões da Recursos Humanos, quando convocados, aliás, duas únicas reuniões a que fui convocado, uma das quais com relação ao projeto do Poder Judiciário e que deu uma polêmica muito grande, até um confronto quase entre os dois Poderes: Legislativo e Judiciário. E por intervenção deste Deputado, evitamos o desfecho de um episódio até, talvez, muito triste.

Mas, quero deixar aqui registrada a minha indignação e a minha decepção também, com a afirmação de eminente Deputado Jurandir Messias, a quem muito prezo, porque eu faço parte dessa Comissão e nunca faltei ao meu dever. Até tenho reclamado. E até invoco o testemunho do Presidente da Comissão, Deputado Nelson Buffara, para contestar essa absurda afirmação do Deputado Jurandir Messias, a quem peço que faça justiça.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, estamos acompanhando a discussão desta matéria, já há várias horas, como se não bastasse o tempo todo que já gastamos discutindo-a anteriormente. E esse tempo se prolonga por meses. E agora estamos observando que a Assembléia está fazendo sua auto-crítica e colocando-a nos Anais, para a posteridade.

Então, me permito fazer uma proposta aos eminentes Deputados, porque o resultado prático é a votação.

A minha proposta — já que se discutiu exaustivamente a questão — que se vote a questão e que, oportunamente, se façam outros pronunciamentos. Porque, na linha que estamos caminhando, chegaremos a uma conclusão dramática e que não interessa a nenhum de nós.

A minha proposta é que os nobres Deputados abdicuem de seu direito de discutir e partamos para a votação concreta da matéria.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço a Vossa Excelência.

Mas, realmente acho que se extinguirmos a sessão das sextas-feiras, qualquer dia, estaremos também extinguindo as das quintas-feiras. É isso sem dúvida vai acontecer.

O SR. VALDUGA — Nós não estamos fechando a Casa, Deputado.

O SR. LINEU TURRA — Eu não tenho dúvidas que isso vai acontecer. Vai acontecer porque, na quinta-feira já vão arranjar um pretexto para viajar e não comparecer às Sessões porque não há Sessão na sexta. Vai acontecer. Eu sou descrente disso aí porque já estou aqui há 7 anos, Vossa Excelência, como Deputado da Primeira Legislatura, naturalmente não está bem familiarizado com este mecanismo.

O SR. VALDUGA — Eu refuto as afirmações de Vossa Excelência porque estou aqui todos os dias.

O SR. LINEU TURRA — Vossa Excelência está ainda em lua-de-mel com o Parlamento.

O SR. VALDUGA — Vossa Excelência comete uma injustiça quando afirma que se pretende fechar a Casa, porque, nós estamos aqui a pregar diariamente, a democracia, e só existe democracia, com Parlamento aberto.

O SR. LINEU TURRA — Pregar democracia e fazer um Projeto, aprovar uma Proposição dessa, para fechar a Casa na sexta-feira?

O SR. VALDUGA — Ninguém está mandando fechar a Casa, o que nós estamos querendo é evitar o vexame.

O SR. LINEU TURRA — Mas vexame maior do que esse?

O SR. VALDUGA — Vexame de ver o que nós estamos vendo em todas as sextas-feitas.

O SR. LINEU TURRA — A única solução que eu vejo...

O SR. VALDUGA — E Vossa Excelência não pense que este é um privilégio do PDS, o PMDB também não vem! A verdade é esta.

O SR. LINEU TURRA — A solução clara, honesta que eu dou é nos fazermos efetivamente, eu me comprometo, só que ocorra um caso de morte na minha família ou um caso de doença ou a impossibilidade mesmo de irmos a esta Casa, mas, eu me comprometo como tenho feito sempre, de vir também às sextas-feiras, é um compromisso que assumi quando eu vim para esta Casa, quando o povo me mandou para esta Casa, de, estar aqui presente.

O Sr. Valduga — Só para concluir, permita-me, Deputado.

É que eu não gostaria que realmente ficassem os registros de que as Sessões de sextas-feiras não saem, por omissão do PDS. A Oposição tem número suficiente para dar “quorum” para abertura de qualquer Sessão.

O SR. LINEU TURRA — Lógico. E nós daremos.

O Sr. Valduga — Mas não tem dado.

O SR. LINEU TURRA — Mas nós daremos na sexta-feira. Temos dado.

O Sr. Valduga — Não tem dado, Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Pedimos a contribuição de Vossa Excelência.

O Sr. Valduga — Nós temos dado a nossa contribuição mas tem faltado a contribuição da Oposição.

O SR. LINEU TURRA — Agora eu acho, Deputado, que Vossa Excelência falou até muito bem, que, nós estamos fazendo uma auto-crítica e isso é importante que façamos aqui uma auto-crítica, para verificarmos as nossas falhas, os nossos erros, e, vamos procurar corrigi-los, isto que é importante. Vossa Excelência disse muito bem, estamos fazendo aqui uma auto-crítica para corrigir as nossas falhas, os nossos erros, e, vamos trabalhar na Casa.

O Sr. Valduga — Mas já há muito tempo deveria se ter feito isto.

O SR. LINEU TURRA — Mas é o que estamos fazendo.

O Sr. Valduga — Nobre Deputado, acho que realmente está na hora de votar, e, cada um deve assumir a responsabilidade pelo que faz. Eu participo daquele número de Deputados do Interior, como tal, sinto a necessidade de, pelo menos num dia útil da semana, ter contato com o eleitorado, com as bases, e, o trabalho do político, ele não se esvai aqui, ele vai noite a dentro, vai à madrugada especialmente vai no contato com as bases, e efetivamente a praxe tem demonstrado a fraqueza, a debilidade das Sessões das sextas-feiras. Então, da forma com que se encontra aqui o Projeto, de dar uma opção de convocação para antecipação, é muito claro, não se está extinguindo a Sessão de sexta-feira, agora, vou me informar melhor, hoje, eu votarei assim, vou me informar melhor se, essa convocação será de voto próprio do Presidente, ou se será mediante aprovação do Plenário. Acho que ficaria então definitivamente acertado como solução política mais ativa, de que, fosse mediante cada convocação, cada antecipação mediante aprovação do Plenário. Porque na verdade, quando se tem matéria de importância, os Deputados aqui permanecem até às vezes contra as suas próprias necessidades. Hoje mesmo eu e o Deputado Del Ciel tínhamos que estar em Londrina para uma solenidade, mas, diante da gravidade do problema — os Deputados Lázaro Dumont e Fuad Nacli também — e nós não fomos, porque entendemos a seriedade, a gravidade do problema, o dever mais alto nos reteve aqui. Então, acho que cada um deve ter a consciência suficiente para saber como desempenhar o seu mandato. De minha parte votarei assim hoje, e vou verificar, se for o caso, apresentaremos uma Emenda amanhã que, se submeta ao Plenário, as transferências, porque não se está extinguindo, se está, antecipando, em cada convocação do Presidente. Parece-me que fica obscuro, não sei, talvez o fato de eu ser um Deputado novo, como disse o nobre colega, me leva assim ao entendimento pleno, do projeto. De sorte que, acho que, é uma questão pessoal, aqui não vai atendimento ao Governo nem nada, nós vamos assumir um compromisso perante os nossos eleitores, perante o público, por atitude que tomar-

mos.

E devemos ter a coragem suficiente, de assumirmos esses atos, de minha parte eu assumo. Assumo, e saiba em alto e bom som, meu eleitorado, as pessoas que votaram em mim, que assumo, porque tenho também compromissos, agora, quando a razão entender, também sei que o Presidente não convocará assim graciosamente esta situação, em cada vez. Portanto, acho que o projeto está muito bem posto, vai merecer o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre orador, que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. LINEU TURRA — Apenas para responder ao Deputado Valduga, quero dizer que a Redação aqui estará clara, diz “Poderá o Presidente”, quer dizer, é facultado, fica facultado ao Presidente.

Tenho apenas um minuto, e eu daria esse minuto ao Deputado Nelson Friedrich, que me solicitou. Mas, Deputado Valduga, o verbo “poderá” já diz tudo, o Presidente “poderá” quer dizer, fica facultado ao Presidente e eu já disse, que sempre, apesar de nós reconhecermos no Presidente uma pessoa íntegra e que admiramos, queremos dizer sem nenhuma lisonja, mas o fato é que, ele vai sofrer as pressões.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado que está encerrado o horário que Vossa Excelência tinha para usar da tribuna.

O SR. LINEU TURRA — Nestas condições, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão o Projeto de Resolução n.º 64/80. Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada.

Sobre a Mesa, requerimento do Sr. Deputado Darcy Deitos, requer que a Votação do Projeto de Resolução n.º 64/80, seja feita nominalmente. Está em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente.

A questão da votação deste requerimento é questão aberta na bancada. Eu votarei favoravelmente ao requerimento. Porque sempre assumi publicamente a responsabilidade dos meus atos e da minha conduta dentro desta Casa.

Nós não estamos absolutamente, eliminando uma sessão, nós estamos apenas facultando à Mesa, a possibilidade de antecipá-la. Todas as vezes que isso for de conveniência, para o Poder Legislativo. Estamos à vontade para falar isso, porque se faltamos três sessões durante este ano, foi o máximo. Portanto, nós não temos nenhum receio, de vogarmos favoravelmente a esse requerimento. Entretanto, deixo questão aberta na bancada. Eu votarei favoravelmente, ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos. — Aprovado o requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Vossa Excelência fez a declaração já de resultado, parece que a coisa está clara, Sr. Presidente.

(Tumulto no Plenário).

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Pediria que mandasse, Sr. Presidente, verificar novamente a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao

nobre Deputado Nelson Friedrich, que cabe a Vossa Excelência pedir a verificação de votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente. Solicitaria a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação).

13 Srs. Deputados aprovam; 25 Srs. Deputados rejeitam.

— Rejeitado o requerimento.

Em votação — 1.ª Discussão do Projeto de Resolução 64/80.

O Sr. Nelson Friedrich — Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao contrário do que se pretendeu colocar aqui, nós precisamos reavivar alguns princípios básicos da atividade parlamentar. Querem muitos que se faça deste Parlamento, uma mecânica de votação. O processo de votação, é a última coisa que se faz num Parlamento, Senhor Presidente. Precede-se a esse processo, o processo de convencimento e a razão básica de estarmos aqui discutindo essa matéria, foi para que pudéssemos ao menos exercer, embora no Brasil seja teórica essa proposta, o verdadeiro Parlamento que permite, por exemplo, que um Partido democrata, dos Estados Unidos, embora tendo um Presidente democrata, vota contra a pretensão do Presidente, e que Ronald Reagan, embora sendo Presidente Republicano, a sua Bancada no Parlamento e no Congresso, por vezes com maioria, por vezes vota contra, porque exercitou o poder de convencimento, exercitou-se uma das coisas mais sagradas que é o poder de convencimento.

Por isso o nosso respeito a todos os Senhores Deputados que assumiram com clareza decisivamente, de maneira objetiva, a sua responsabilidade.

Agora o exercício do convencimento, o exercício do processo de convencimento é mais importante do que a votação, mas nos últimos tempos nesse País, quer se votar sob determinação de uma campanha telefônica do Poder Executivo, muitas vezes, de outras vezes por uma determinação até aleatória, e aí, Senhor Presidente, é que a minoria nesta Casa tem esta prerrogativa, que não é do Brasil, mas de todos os Parlamentos sérios de exercitar o poder da minoria e sair para não dar "quorum", mas o inadmissível é quando a maioria que tem todos os aspectos, exercita um processo que não é dela.

Concluo ainda, Senhor Presidente.

Gostaria de dizer com muita clareza que nós tivemos um verdadeiro desafio nesta Casa hoje. Nós sabemos que não há um controle rígido quanto à presença, mas a proporcionalidade tem que estar muito evidente. Como temos uma Bancada do PTB com um Deputado, do PP com quatro e do PMDB com vinte, isso tem um significado muito sério para nós, porque jamais nesta Casa, essas Bancadas estiveram ao menos proporcionalmente em maior parcela do que os Deputados do PDS, em sexta-feira ou fora de sexta-feira.

A proporcionalidade está ao nosso lado, não só nos trabalhos parlamentares, nos requerimentos expostos, mas acima de tudo nas presenças. Proporcionalmente sempre estivemos em maior número do que a maioria nesta Casa.

Senhor Presidente, quero concluir que nós precisamos também colocar aqui um contra-argumento com referência ao que disse o Deputado Tércio Albuquerque.

É óbvio que não queremos fazer disto daqui um hospital, mas também não queremos fazer disto daqui um botequim de esquina, em que só se exercita o voto, porque há determinação para que se vote, para que não se exercite o convencimento e que por interesses, às vezes não bem confessados, este ou aquele possa não exercitar o voto de convencimento, conforme é o desejo do povo, mas aquilo que às vezes quer o Executivo, ou

grupos que esse ou aquele possa representar.

Concluo, Senhor Presidente, dizendo que não admitimos obviamente que isso aqui seja um hospital, embora entendamos que aqui se trata da saúde pública desse País, porque aqui há a saúde política em jogo, e a saúde política precisa ser muito bem tratada e quando nós propusemos a possibilidade de sairmos dessa questão, com plantão, o plantão se exercita diariamente nesta Casa, quando os Deputados do PDS através do colégio de vice-líderes, tem um plantão determinado de Deputados.

Portanto, plantão, acima de tudo, é uma questão de racionalidade de trabalho, e acima de tudo, uma questão muito clara de se colocar o trabalho dinâmico em qualquer atividade.

Concluo Senhor Presidente, embora faremos por escrito ainda, amanhã, a nossa declaração de voto. Somos contra, somos contra a suspensão, a prorrogação ou a antecipação de sessões parlamentares, porque é o princípio de um mau hábito. Extingue-se o sábado, e agora está se extinguindo a sexta, e depois extinguir-se-á a quinta-feira.

E digo mais, Sr. Presidente. Não há dúvida nenhuma de que nessa nossa declaração de voto existe, e por parte da bancada do PMDB este princípio claro, de que o parlamento precisa estar aberto. E nós não sabemos que critérios poderão ser utilizados, e não vai aqui nenhuma desconfiança da Executiva da Presidência, para antecipar ou não a sexta-feira. A porta estará aberta e ela estando aberta poderá fugir da decisão da maioria dessa Casa esta ou aquela possibilidade de nós termos ou não a sessão de sexta-feira.

Concluo, nessa declaração clara de voto que...

(O Deputado é interrompido por Deputados do PDS).

O SR. NELTON FRIEDRICH — É, Sr. Presidente, eu acho que a campanha do Palácio Iguaçu tocou mais alto.

(Tumulto no Plenário) (Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa que está com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, eu na verdade recebi agora elogios que imaginava que eram para uma exposição ou um desfile de alguma coisa, e portanto sei que é inconveniente para este ambiente, porque ele é muito mais sério.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que esta é uma posição muito definida, muito clara, e sei que não é extinguindo a sexta-feira que nós estaremos valorizando o papel do político. Não é diminuindo o espaço de ação e de trabalho dos parlamentares é que nós estaremos fazendo com que o conceito da classe política possa se engrandecer. Vejo que a posição muito nesse dia é de assumir mais uma vez, passivamente a diminuição do conceito da classe política, porque é com trabalho que poderemos engrandecer o parlamento e acima de tudo, com posições independentes, e acima de tudo ainda a dignidade de fazer do parlamento um Poder que realmente seja Poder. E é isto que nós queremos, por isso somos contrários, a bancada do PMDB a medida ora proposta.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o projeto de resolução.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu gostaria de posicionar-me a favor da aprovação deste projeto. E o faço, não pelos motivos terra a terra levantados neste plenário, alguns dos quais motivos eminentemente partidários, que estrapalam aquilo que todos nós queremos que esta seja efetivamente a Casa

do Povo.

Se nós fizermos uma análise histórica dos parlamentos, haveremos de verificar desde o primeiro surto de independência entre os homens, desde a época da Inglaterra, da velha Inglaterra que iniciou o sistema parlamentar do mundo, desde as homenagens que todos nós parlamentares prestamos a Oliver Cromwell, ou se nós nos recordarmos desde a época desde 1.640, quando o parlamento começou sua história na Inglaterra, nós haveremos de verificar que ao longo dos anos os parlamentos do mundo inteiro estão efetivamente trabalhando como se fôra na Idade Média ainda.

Enquanto o mundo em todos os outros setores da sua atividade humana prosperou, tanto na tecnologia na cibernética, nas comunicações, nós os parlamentares do mundo, com algumas excessões, excessões como o Parlamento forte, nos Estados Unidos, nós infelizmente não temos tido a capacidade de nos adaptarmos aos novos tempos. E isto é uma das causas que os constitucionalistas e que os sábios determinam para que se verifique a própria crise do legislativo e mais do que isso, a crise da própria lei. Porque os nossos Parlamentos, na verdade, no momento em que o mundo anda computarizado, nós estamos verificando aqui e hoje à tarde, tivemos o exemplo disso, uma discussão, se não válida para o Parlamento, pelo contrário, uma discussão estéril que não leva a solução nenhuma. Por isso, mais do que nos preocuparmos com a discussão, se devemos antecipar ou não, a sessão de sexta-feira, para quinta-feira, todos nós parlamentares temos a obrigação de propor alternativas, para que o Parlamento Estadual, fale a linguagem do mundo moderno; não a linguagem dos séculos passados, como estão querendo pregar nesta Casa. Porque não fazer da sexta-feira um dia em que o Parlamento se reúna nas comissões técnicas? Nas comissões técnicas que no dizer de um insuspeitável democrata, brasileiro, o professor Aleomar Balleiro, ex-Deputado Federal, ex-Ministro do Supremo Tribunal, homem de saudosa memória na vida política nacional, lembrava uma frase que talvez possa definir o Parlamento moderno. Ele dizia, que o Congresso Nacional, quando estava nas comissões, nas CPIs, estava realmente trabalhando. E o Congresso Nacional, quando estava em plenário, estava na verdade fazendo teatro, fazendo circo.

Infelizmente, hoje nós verificamos aqui algumas situações, não todas, Sr. Presidente, a bem da Justiça; mas algumas situações de verdadeira exibicionismo político. E não um trabalho efetivo, em favor do Parlamento. E é esse trabalho efetivo em favor do Parlamento, para que o Parlamento se modernize, se agilize, para que possa ser respeitado pelo povo, porque o povo não pode admitir que assuntos graves não sejam debatidos neste Parlamento, em prol de uma discussão estéril que já se prolonga por mais de 4 horas. Este não é o Parlamento do mundo moderno. O Parlamento do Mundo Moderno todos nós devemos trabalhar e especialmente os Deputados da Oposição. Respeitando o posicionamento pessoal dos Deputados da Situação; e os Deputados da Situação respeitando a opinião de cada um de seus adversários.

Por isso, Sr. Presidente, por entender que esta discussão é uma discussão antiquada, fora de época, fora de moda, eu voto a favor da antecipação das sessões de sexta-feira para quinta-feira, na certeza de que nós podemos nos dedicar, nas sextas-feiras, aos trabalhos de comissão, que renderá mais em favor do povo e em favor do Parlamento Estadual.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o Projeto de Resolução n.º 64/80.

O SR. LINEU TURRA — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a vota-

ção, tem a palavra o Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, o que nós constatamos agora, é que na verdade não vimos nada que pudesse acrescentar nas palavras do Deputado Luiz Alberto. Porque ele quer fazer de uma sessão estéril de sexta, uma sessão estéril de quinta. Debates estéreis quinta-feira também. Quer dizer, vai tornar-se uma sessão, do tipo que foi hoje, a mesma sessão, de quinta-feira como ele está proclamando, porque nas quintas-feiras não vai se reunir também, a Casa. Acho que Parlamento é Parlamento é o lugar onde se deve debater os problemas do povo. Nas Comissões Técnicas, por isso a própria palavra, está dizendo "comissões técnicas", lá se estuda tecnicamente a matéria. E aqui é onde se debate. Pode-se dar um parecer técnico rejeitando ou aprovando uma matéria e aqui o mesmo que aprovou ou rejeitou lá, vir aqui, em plenário e votar contra, porque aqui é politicamente que se vota. Aqui o voto é mais sensível. Aqui não vai se apegar ao tecnicismo. Aqui vai se dar voto político.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Aqui é voto partidário, não é nobre Deputado?

O SR. LINEU TURRA — Aqui é voto político. Político estou falando político no bom sentido, não voto partidário. Estou falando na política do interesse do Estado, no interesse do povo. Não estou falando em voto partidário.

Quando se está votando uma matéria no interesse do povo, não estou votando somente no interesse do PMDB, Vossa Excelência não está votando somente no interesse do PDS. Nós estamos votando no interesse do Paraná. Então, é voto político, mas político no sentido econômico, social. Não falei em voto político-partidário.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência conhece os Parlamentos do mundo.

O SR. LINEU TURRA — Já vi que Vossa Excelência é contra o funcionamento do Parlamento, pelas palavras de Vossa Excelência. Vossa Excelência quer fechar a Casa. Vossa Excelência é um dos partidários para fechar esta Casa, nas palavras de Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência não entendeu o que eu disse.

O SR. LINEU TURRA — O pronunciamento de Vossa Excelência defendendo o seu ponto de vista, realmente foi um pronunciamento que, para esta Casa, é estéril.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência não entendeu.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — Para encaminhar.

Sr. Presidente, acabamos de ouvir algumas afirmações que, confesso, eu as ouvi quase que incrédulo. Dizer-se que vivemos nesta tarde de uma discussão estéril, dizer-se que a aprovação deste projeto de resolução e não de lei, representa modernizar o Parlamento; dizer-se, como ouvi, que é preciso a aprovação deste projeto de resolução para que o Deputado tenha um dia útil no interior ... a verdade, Sr. Presidente, é que nós ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência admite dialogar comigo? Eu não afirmei isso.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre

Deputado, que, no encaminhamento, não são permitidos apartes.

O SR. DÁCIO LEONEL — Devo, a bem da verdade, ilustre Deputado Luiz Alberto, com referência ao dia útil, não foi de Vossa Excelência. Estou me referindo às afirmações que foram ouvidas...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Nem afirmações.

O SR. DÁCIO LEONEL — Vossa Excelência disse que estava esta Casa com uma discussão estéril, há 4 horas.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Eu não disse a Vossa Excelência que a extinção da sessão de sexta-feira, ou antecipação significativa uma modernização do Parlamento. Vossa Excelência não entendeu bem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa vai assegurar a palavra ao Deputado Dácio Leonel, lembrando aos nobres Deputados que, no encaminhamento de votação, não são permitidos apartes.

O SR. DÁCIO LEONEL — Mas, Sr. Presidente, na verdade, eu não pretendo dialogar, porque é tão pouco me alongar, porque entendo que nós, exaustivamente, já tratamos deste assunto na sessão de hoje.

Mas, pretendo fazer aqui uma declaração de voto em nome da Bancada do Partido Popular, no sentido de que a posição dos Deputados do PP. aqui presentes, ela é tomada, muitas vezes admitindo que a discussão do mérito possa, perfeitamente, suscitar as divergências de toda a espécie, entendemos que a defesa da nossa Constituição, a defesa do aspecto constitucional, nós não podemos abrir mão.

Não posso admitir que se pense em ganhar um dia útil na semana, para ficar no interior, Deputado, que ele está rasgando a Constituição do nosso Estado.

Não posso aceitar que se fale em reuniões de comissões, quando, na verdade, ele está sabendo que, assim procedendo, e permitindo a realização de duas sessões no mesmo dia, está ferindo o inciso 3.º, do artigo 16 da Constituição do Estado.

É por este aspecto, o aspecto constitucional.

Não é possível que saíamos daqui, votando contra, ferindo a Constituição, e ainda possamos enfrentar lá fora a reação que certamente haverá de acontecer, se não apenas pelo aspecto do mérito em si, do projeto de resolução, mas, pelo menos, pelo aspecto constitucional, que nós levantamos, e contra ele nos batemos durante a sessão.

Defendendo a Constituição de meu Estado, tenho a convicção, não estamos, de jeito nenhum, participando de uma discussão estéril.

Apenas isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação o Projeto de Resolução n.º 64/80.

O SR. DARCY DEITOS (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, nós quando fizemos o encaminhamento, à Mesa, do requerimento em que colocávamos à apreciação do Plenário, que a votação desse projeto fosse por votação nominal. E o fizemos porque entendemos que cada um dos Deputados que compõe este Poder deve assumir as suas responsabilidades, como Parlamentar, perante o Paraná e perante o povo paranaense.

Não vimos nada de mais que tal requerimento fosse aprovado e que tal votação, efetivamente, fosse nominal. E que cada um assumisse a responsabilidade de que desejava que a sessão de sexta-feira fosse antecipada para quinta-feira.

Agora, com referências às colocações do eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, em que, nas sextas-feiras, ficaria o tempo reservado para que as comissões técnicas pudessem trabalhar, eu entendo que, daí, sobrasse tempo para que o eminente Deputado desse parecer a um projeto de lei que está há mais de um ano em suas mãos. Já cobrei desta tribuna, para que seja instituído remuneração dos advogados dativos e esse projeto está há mais de um ano com Sua Excelência e até hoje não houve parecer para que a Comissão votasse e este plenário também o fizesse.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Peço a palavra, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que declaração de voto só será feita por escrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para uma Questão de Ordem, Sr. Presidente, consulto a Vossa Excelência, Sr. Presidente, se posso formular a Questão de Ordem, ou não.

Sei que Vossa Excelência fica entre aqueles que preferem o Parlamento antiquado e o moderno. Mas, gostaria de esclarecer a Casa, que não aceito a colocação feita pelo Deputado Darcy Deitos e, inclusive, me socorro da liberalidade da Presidência, exatamente para responder ao Deputado Darcy Deitos.

Não aceito que ninguém seja juiz dos meus atos, especialmente aqueles que não têm condições pessoais, nem intelectuais para sê-lo. E diga a Vossa Excelência que o projeto que procura dar justiça gratuita aos desamparados, projeto formulado pelo Deputado Nilso Sguarezi, é totalmente inconstitucional.

E os homens que falam tanto em respeito à Lei, à Constituição, deveriam ter consciência disso. Porque, a nossa Constituição Estadual estabelece que a nenhum Deputado é lícito formular projetos que envolvam aumento de despesa pública. Mas, sabem aqueles Companheiros da CCJ, de que tive o cuidado, tendo em vista o mérito do projeto, em trazer àquela Comissão o professor Ivan Ordine Rigli, que proferiu, ali, palestra, explicou quais são as atitudes governamentais para buscar atingir o objetivo e o mérito do projeto.

Posteriormente, foi criado, a nível de Secretaria da Justiça, a nível de Procuradoria Geral do Estado, uma Comissão composta pelos professores da Universidade Federal para coordenar e coadunar os objetivos do projeto proposto, com as atitudes governamentais da área.

Exatamente por causa disso, não dei parecer contrário, tendo em vista a sua flagrante inconstitucionalidade.

Se os homens da Oposição querem respeito à Lei eles que sejam os primeiros a respeitá-la.

Obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço, nesta Questão de Ordem, que Vossa Excelência seja benevolente para comigo e conceda o mesmo espaço que concedeu ao eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira que fez um julgamento, umas colocações que não aceitamos.

Acho que estamos aqui não para nos agredir gratuitamente, Sr. Presidente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, nós estamos em processo de votação e estamos observando discussões de matérias paralelas que não tem absolutamente nada a ver com o que se vota, Sr. Presidente.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, eu gostaria de con-

cluír a minha Questão de Ordem, apenas para dizer que, eu fiz a colocação ao eminente Deputado Luiz Alberto de Oliveira porque, na minha região, nenhum Sr. Advogado está atendendo presos que necessitam da justiça, e não estão atendendo porque, em outros Estados eles já são remunerados quando fazem o atendimento indicado pelo Promotor Público. E aqui no Paraná há o projeto de lei. E que, Vossa Excelência assuma a responsabilidade e dê o Parecer contrário, mas, não fique aí 1 ano esperando, para dar o parecer. Agora, não aceito, Vossa Excelência fazer julgamento da nossa pessoa ...

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência sabe que é inconstitucional!

O SR. DARCY DEITOS — Não aceito Vossa Excelência fazer julgamento de nossa pessoa, se, tem ou não, condição pessoal.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Exatamente.

O SR. DARCY DEITOS — Isso, no seu entendimento!

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — E eu tenho muito prazer em declarar que, o meu entendimento é contrário ao de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o Projeto de Resolução n.º 64/80. Aprovado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

28 Srs. Deputados o aprovam; 12 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Apenas, Sr. Presidente, para que Vossa Excelência considerasse na Ata, inserido na Ata, os 13 votos contrários dos Deputados da Oposição aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência assim o fará.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência constasse em Ata a votação unânime da Bancada do PDS, contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere, vai proceder.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Affonso Ditzel, ocorrido nesta Capital.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 5/80.— Aprovado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação)

A Mesa pergunta ao nobre Deputado Augusto Carneiro, como vota?

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Este Deputado informa à Mesa que se encontra, por enquanto, sentado, consequentemente, o voto meu não está ainda declarado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — 12 Srs. Deputados o aprovam; 27 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 79/81.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 69/81, 70/81 e 71/81.— Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à COPEL, consubstanciado em pedido de informações sobre os motivos desenvolvimento do projeto de produção de biogás, ora em execução na Universidade Católica do Paraná — Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

11 Srs. Deputados o aprovam; 26 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 84/81.— Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Solicito verificação de votação.

(É feita a verificação).

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão.— Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação)

28 Srs. Deputados o aprovam; 12 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, encarecendo o congelamento do preço do Gás Liquefeito de Petróleo, até o final de 1981.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municí-

prios, encarecendo a construção de uma Estação Rodoviária e de um prédio para abrigar a Coletoria Estadual no Município de Santa Izabel do Ivaí.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a remoção imediata do Delegado de Polícia de Santa Helena. Aprovado. Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, Eu estranho que Vossa Excelência tenha dado o resultado de aprovado, e ninguém pediu verificação de votação e Vossa Excelência deu outro parecer.

Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que quando deu o resultado de aprovado, não tinha observado que toda a Bancada majoritária tinha levantado. E se Vossa Excelência desejar a verificação de votação, a Mesa concede com toda a satisfação. É o que Vossa Excelência deseja, a verificação de votação?

O SR. DARCY DEITOS — Não. Vossa Excelência já esclareceu o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de pedido de informações, no tocante ao número de furtos de veículos automotores.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em pedido de informações sobre a convocação por edital de 150 pessoas que deverão prover o Quadro de Agente Fiscal 1 e Agente Fiscal 2 da CRE, por entender que esta convocação fere o artigo 21, parágrafo 1.º, da Lei n.º 7051/78.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SANEPAR, em forma de pedido de informações referentes ao Relatório de Atividades da SANEPAR de 1980.— Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, esse requerimento ainda é do primeiro semestre. Trata-se de um pedido de informações que evidencia uma preocupação que parece não é somente de pessoas da Oposição ou de parlamentar da Oposição.

A SANEPAR distribuiu o relatório de atividades com uma produção industrial, artística de extrema luxúria e não há dúvida alguma, Sr. Presidente, que esse relatório que tem nele inserido páginas e páginas de matéria colorida, em papel importado, de elevadíssimo custo social, coloca realmente em dúvida a seriedade de propósitos de todo um Governo de que nós estamos em época de contenção de despesas e tenho aqui a serenidade em mãos ao menos, as informações, os dados que empresa publicitária foi contratada, se passou por uma lici-

tação, se evidentemente qual foi o custo industrial e qual o custo da parte preparatória desse trabalho realmente exagerado quanto ao seu conteúdo, ao seu luxo, à sua elaboração.

Vejam bem, e eu tomo a liberdade até de argumentar, que, segundo levantamentos que fizemos, portanto oficialmente, ascendem a mais de 1 milhão e 700 mil cruzeiros o custo industrial de uma publicação tão somente com 9 folhas e 10 páginas.

Sr. Presidente, o que queremos nós será nesta Casa e neste Governo? Será que o nosso desejo, Sr. Presidente, é que não se dê um "basta" a esta extravagância ou será que nós Parlamentares queremos tão somente até estimular a amostra de tensão social que nós tivemos em Salvador, na Bahia?

De um lado o processo de miserabilidade avançado de maneira célere. E de outro vemos o Governo nos seus relatórios fazendo uma publicação com um custo que tenho certeza deve ascender a dois milhões de cruzeiros, de uma empresa de economia mista existente no Estado do Paraná.

Sabemos, Sr. Presidente que nós precisamos ser diligentes nas nossas questões e no dinheiro público, porque votar contra, me permitam dizer, a este pedido de informação, é avalizar a extravagância, é assumir perante o povo que realmente não há controle sobre os cofres públicos deste Estado. É não defender os interesses da coletividade, é dizer ao consumidor de água, é dizer aquele cidadão irmão nosso que está por aí de que realmente ele merece é uma bofetada na sua dignidade, no seu dinheiro, na sua disponibilidade.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que independente do que possa ter acontecido até agora, hoje, neste Parlamento, temos ao menos essa consideração para com o dinheiro público. Porque repito, Sr. Presidente, se nós somarmos o custo industrial, com o custo preparatório desse trabalho, é óbvio que vão muito mais do que dois milhões de cruzeiros. Para que Sr. Presidente? Para distribuir para quem? Quantos exemplares foram efetivamente editados? A informação extra-oficial que nós temos é que não chegam a mil exemplares. Qual é o custo de cada publicação? Para que, Sr. Presidente?

Então vamos rasgar todas as preocupações até do Governo de que há de que se fazer contestações. Vamos jogar no mais fundo lixo o conceito que está aí de que estamos em crise, ou vamos admitir que aqui se deve dar um endosso para esse tipo de comportamento? Vamos admitir portanto, que se abram as comportas do dinheiro público para tudo que der e vier?

E é por esta razão que eu neste instante, conclamo os Deputados que estão aqui que possamos obter essas informações oficiais porque as que fiz por pesquisa própria são oficiais, mas nos deixam altamente preocupados, porque dessa maneira nós estaremos, na verdade estimulando que o cidadão brasileiro, o operário, o assalariado, a dona-de-casa, o estudante, façam neste País um processo de rebeldia, porque parece que os argumentos, a serenidade, a seriedade de propósito de homem público não tem mais valor.

Parece-nos portanto, que se nós não dermos um basta nisso nós estaremos estimulando para que efetivamente neste País se multiplique em todos os graus a violência. Porque não é admissível que se pegue dinheiro do povo para fazer este tipo de extravagância. Espero que esteja errado e virei aqui me penitenciar se for aprovado esse requerimento e for provado perante o Paraná de que realmente o custo não é este que nós levantamos.

Virei e respeitarei até a decisão da direção da Superintendência da SANEPAR pela publicação. Mas para isso é preciso que se aprove o requerimento. Que se saiba de maneira clara, formal e oficial quais são realmente as respostas que a SANEPAR tem as diversas indagações que estão aí. E tomo a liberdade, Sr. Presidente de pedir que o Secretário que está na Mesa, lesse, na íntegra o requerimento e a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário que faça a leitura na íntegra do requerimento do Deputado Nelson Friedrich.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente. Não há necessidade de proceder a leitura, porquanto a argumentação do nobre Líder do PMDB convenceu a nossa bancada a votar favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de cópias xerox do pronunciamento feito em Paranaguá, pelo Vereador Masami Takaiama ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes.— Em votação.

O SR. NELSON BUFFARA — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

Com assentimento da Mesa, de Vossa Excelência e dos demais Deputados, a minha justificativa, que por incrível que pareça dei no requerimento anteriormente, prevalece para esse.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. Rejeitado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

9 Srs. Deputados o aprovam; 25 Srs. Deputados o rejeitam.

Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Deferido.

(É procedida a verificação de votação).

11 Srs. Deputados o aprovam, 26 Srs. Deputados o rejeitam.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do editorial da “Gazeta Mercantil”, com o título “Um Dia de Luto para o Bamerindus.— **Aprovado.** (O editorial acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Cultura e do Esporte e Superintendente do Teatro Guaíra, alertando sobre irregularidades ocorridas no Pequeno Auditório do Teatro Guaíra e apuração das responsabilidades.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de determinar à Secretaria dos Recursos Humanos, para que, proceda a implantação da contagem recíproca.— Em votação.

O SR. NELSON BUFFARA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero crer que este assunto tenha sido suficientemente esclarecido, quando fomos à tribuna há duas semanas, oportunidade em que trouxemos esclarecimentos de que, em meados deste o Deputado Maurício Fruet tinha solicitado idênticas

informações em Brasília, na Câmara dos Deputados, e os esclarecimentos necessários foram prestados pelo Ministério dos Transportes. Tive oportunidade de ler, em plenário, a justificativa e não fora a má-fé, repito, a má-fé do Vereador Takaiama, de Paranaguá, que enviou ao Deputado o que já havia sido discutido e esclarecido, nós, com muito prazer, eu, pelo menos, votaria favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado de que o requerimento que está sendo votado, de autoria do nobre Deputado Nestor Baptista, se refere a um que, a exemplo de outros Estados da Federação, promova contagens recíprocas do Servidor Público Estadual. Em votação o requerimento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, para elaborar estudos visando a continuação do Estádio Estadual do Paraná (Pinheirão).— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente do BANESTADO S/A., encarecendo a instalação de uma Agência bancária no recém criado Município de Douradina.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do acesso à sede do Distrito Turvo, Município de Guarapuava.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, encarecendo sejam efetuados estudos com vistas a melhorias na praça de esportes do Município de Tuneiras do Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Coordenador do INAMPS no Estado do Paraná, encarecendo diligência quanto ao atendimento médico-hospitalar aos trabalhadores rurais no Município de Barbosa Ferraz.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente às lideranças das bancadas de todas as agremiações partidárias no Senado e na Câmara Federal, no sentido de que estas se manifestem contrariamente ao chamado “pacote previdenciário”, que deve chegar esta semana ao Congresso Nacional.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, com respeito às atividades do Museu da Imagem e do Som do Estado do Paraná.— **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É feita a verificação de votação)

10 Srs. Deputados o aprovam; 26 Srs. Deputados o rejeitam.— **Rejeitado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em pedido de informações sobre recursos financeiros.— **Rejeitado.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação, pela importância da pretensão do

Deputado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que seja adaptada à Constituição Estadual a regulamentação da Reciprocidade de Tempo de Serviço para a aposentadoria dos professores.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro da Previdência Social, em forma de sugestão no sentido de que neste ano em que se comemora o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”, para que sejam concedidas as aposentadorias aos trabalhadores portadores de deficiências físicas, aos 20 anos para as mulheres e 25 anos para os homens.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências para a implantação de curso de 2.º grau no Distrito de Santa Galo, Município de Guarapuava.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela comemoração do 127.º aniversário da gloriosa Polícia Militar do Estado do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo o envio de mensagem propondo a abertura de crédito especial, destinado ao pagamento de dívida da Associação de Câmaras Municipais do Paraná, junto à Rádio e Televisão Iguaçu S/A.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, reiterando pedido da Câmara Municipal de Campo Mourão, através da ACAMDOZE, visando agilização de diversas obras e demais itens.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da síntese extraída do trabalho elaborado pelo economista e pesquisador Almir Nadolny Rochembach, denominado “Fundamentos para um Programa Alternativo de Desenvolvimento Econômico e Social no Brasil”.— **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo providências a respeito da Delegacia de Polícia de Rolândia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao paranaense Eraldo Hortmann, que conquistou o título de campeão masculino de florete no Torneio Nacional AFA de Esgrima, realizado em Pirassununga, Estado de São Paulo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à direção da PARANATUR, consubstanciado em sugestão a adoção de uma programação específica de turismo para os Saltos de Sete Quedas, localizados no Município de Guaíra e que desaparecerão após a formação do Lago Internacional de Itaipu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando

que seja cientificado o Tribunal de Justiça do Estado, bem como o Tribunal Regional Eleitoral, através de seus Presidente, no sentido de que aquele Poder envie mensagem ao Executivo encarecendo seja suplementado o orçamento correspondente a Justiça Eleitoral com vistas à intensificação do colégio eleitoral paranaense.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Presidência e Delegacia Regional do I.B.D.F., encarecendo providências para conter incêndios no Parque Nacional Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário das Finanças e Coordenador da Receita do Estado, encarecendo as segundas vias de documentos de 1949 a 1960 que se encontram na Delegacia Regional da Receita do Estado, de Cascavel, para que sejam tombadas como patrimônio histórico e entregues aos cuidados do Município de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo a formação de um grupo de trabalho em conjunto com a Comissão de Indústria e Comércio desta Casa de Leis, para estudo da legislação referente aos benefícios que o Paraná deverá ter com a exploração do xisto em seu solo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão, visando a formação de uma Comissão Inter-Secretarial (Planejamento, Recursos Humanos e Finanças), para estudo de medidas que venham a beneficiar os integrantes da Polícia Militar do Paraná, com reajustes semestrais, 13.º salário e outras.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo sejam envidados esforços no sentido de serem enquadrados no Quadro Único de Pessoal Civil, do Poder Executivo, os funcionários que estão prestando serviços na Secretaria das Finanças na Classe Única de Serviços Diversos para Agentes Fiscais, Símbolo AF 4, do Quadro Próprio da CRE.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao INCRA, em forma de apelo no sentido de suspender o desconto de 20 por cento que vem impondo aos municípios, no produto do imposto sobre propriedade territorial rural.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Presidente do ITC e Delegado do IBDF no Paraná e respectivo Presidente Nacional, encarecendo informações sobre denúncias vindas da Câmara Municipal de Mandaguari e “Loja Maçônica Estrela do Norte IP” da mesma cidade, sobre derrubada de árvores às margens do Rio Ivai.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário das Finanças e Diretor da Coordenadoria da Receita do Estado, encarecendo a instalação de uma agência de rendas no Distrito de Boa Vista de Aparecida, brevemente emancipado de Capitão Leônidas Marques.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

lativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine aos órgãos competentes, a elaboração de estudos visando a concessão do 13.º salário aos funcionários públicos do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, em forma de apelo no sentido de viabilizar a criação de “Mini-Postos” de Saúde, nas localidades de Pontal do Sul e Ilha do Mel, Município de Paranaguá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia do Carteiro.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação, para o ano letivo de 1982, Curso de 2.º Grau na Escola Olavo Bilac, localizada no Distrito de Sarandi, Município de Marialva.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a implantação, para o ano de 1982, Curso de 2.º Grau, na Escola Branca de Mota Fernandes, da Cidade de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo cópias dos contratos e eventuais aditivos firmados entre a Companhia e as firmas empreiteiras das construções de núcleos habitacionais de Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Ministro da Desburocratização, consubstanciado em sugestão no sentido de ser abolido o licenciamento da pesca amadora.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de uma sala de aula, anexa ao Grupo Escolar já existente, na localidade de Alto Marrequinha, Município de Santa Izabel D'Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de três salas de aula na localidade de Nova Vitória, Município de Nova Prata.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo a construção de uma Quadra de Esportes na Sede do Distrito de Nova Estrela, Município de Santa Izabel D'Oeste.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DETRAN no Estado do Paraná, encarecendo providências referentes a problemas com documentos na CIRETRAN de Ubatuba. Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Requeiro verificação

de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

8 Srs. Deputados aprovam; 26 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Justiça, encarecendo que seja incluída no projeto da reforma eleitoral uma anistia ampla a todos os brasileiros que não se alistaram junto aos Tribunais Regionais Eleitorais na época oportuna.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Prudentópolis, Sr. Nelson Dal Santos, pela entrega da nova sede da prefeitura local à população.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, pela passagem dos seus 25 anos de criação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Planejamento, encarecendo a inclusão de verba no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1982, à Fundação do Ensino Superior de Campo Mourão — FUNDESCAM.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FUNDEPAR, reiterando solicitação aprovada por esta Casa, em sessão do dia 18 de abril de 1979, para a construção de duas salas de aula na localidade de Canoas, Município de Dois Vizinhos.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex às Lideranças de todos os partidos políticos junto à Câmara e o Senado Federal, hipotecando apoio ao projeto de lei de autoria do Senador Leite Chaves, encarecendo idêntico apoio dessas lideranças, que visam prorrogar pelo prazo de dois anos, os débitos relativos ao custeio do café geado no corrente ano.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Cotrim, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, solicitando a inclusão de verba no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1982, à Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão — FUNDESCAM.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Sr. Governador, contendo apelo de estudantes de Tamarana, Distrito de Londrina, no sentido de serem incluídos no programa de transporte escolar.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando ao Sr. Governador a suspensão por um (1) ano, do prazo do interstício para promoção funcional, da lei que regula a disciplina a Procuradoria Geral do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela nomeação do Dr. Luciano Lacerda

à Presidência da Junta Comercial do Paraná.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de ofícios à Boa Vista Companhia de Seguros, e à Superintendência dos Seguros Privados, encarecendo esclarecimentos sobre informações que circulam com relação ao contrato ajustado entre a Binacional Itaipu e a Companhia Boa Vista de Seguros.— Em votação.

O SR. VALDUGA (Pela ordem) — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Tenho a impressão que essa é uma matéria que não deve ser tratada pelo Legislativo, é uma matéria entre empresas e deve ser dirigida, se houver interesse diretamente às empresas.

Acho que o Legislativo deve se abster, por isso votamos contra. É uma intromissão e nós não devemos aceitar.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa também entende que se tratando de informações a uma empresa privada, não compete a esta Assembléia.

Portanto, solicita ao Sr. Deputado que se dirija diretamente à companhia.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, parece-me que há uma interpretação equívoca, porque está se tratando de uma empresa binacional e que, como nós já aprovamos aqui inúmeros requerimentos pedindo informações sobre este ou aquele assunto com referência a Binacional Itaipu, não há porque nós não termos esse esclarecimento. Até porque o efeito e o espírito desse requerimento diz respeito a milhares de paranaenses e de brasileiros que estão direta ou indiretamente envolvidos com a construção de Itaipu.

Então, Sr. Presidente, parece-me que há um pedido de informação, de detalhes que diz respeito ao interesse de setores importantes do Estado do Paraná.

Por esta razão, nós entendemos, ainda mais em se tratando da Binacional Itaipu, ainda mais em se tratando de importantes efeitos sociais, que a obra, todos sabem, trouxe e trará ainda. É importante nós obtermos estas informações, conforme lembramos disso, o Deputado Fidelcino Tolentino trouxe à tribuna recentemente sobre o cargo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em se tratando de uma companhia privada e uma Binacional, a Mesa mantém a decisão anteriormente anunciada.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Ministro dos Transportes, encarecendo que os editais de pré-qualificação, para a construção da ponte Brasil-Argentina possibilitem a participação do empresariado paranaense.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando envio de expediente ao Ministro das Minas e Energia, encarecendo a viabilização dos estudos que estão sendo realizados visando dar continuidade ao gasoduto construído na Argentina em solo paranaense, aproveitando a existência do "linhão" de Itaipu.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando envio de expediente à Secretaria dos Transportes e à Direção Regional do DNER, sugerindo a formação de uma comissão de alto nível para estudar a possibilidade de participação de empresários paranaenses na construção da futura ponte ligando o Brasil à Argentina, esta comissão atuaria em conjunto com a Comissão de Transportes desta Casa.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido do mesmo encaminhar a esta Casa mensagem visando a revogação do art. 3.º, da Lei n.º 7.317, de 28 de maio de 1980.— Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação)

8 Srs. Deputados o aprovam; 23 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando com urgência, envio de ofício ao Secretário de Estado da Educação e ao Governador do Estado, encarecendo que regularizem o pagamento dos professores lotados no Município de Toledo, regidos pela CLT.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Ministro das Minas e Energia, aos integrantes do Conselho Nacional do Petróleo e aos dirigentes da PETROBRÁS, encarecendo que seja prontamente incluído o xisto entre os recursos do monopólio estatal do petróleo.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SURHMA, consubstanciado em apelo no sentido de sensibilizar a referida entidade, para o gravíssimo problema hoje ocorrente no Rio Xambrê. Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, consubstanciado em voto de congratulações pelo brilhantismo verificado da campanha de vacinação contra a poliomielite.— Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação)

24 Srs. Deputados o aprovam; 7 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Câmara Federal manifestando total solidariedade à Emenda à Constituição Federal apresentada pelo Deputado Henrique Brito (BA), que estabeleça a possibilidade dos prefeitos municipais concorrerem à reeleição.— Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado

que restam 4 minutos para o término da sessão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, embora 4 minutos não bastem, início, ao menos, a disposição de votarmos contra esta pretensão do Deputado David Chierigate, e do Deputado Tércio Albuquerque, com o objetivo de remeter-se um expediente à Câmara Federal, manifestando apoio desta Casa à emenda do Deputado Federal Henrique Brito, da Bahia, que objetiva estabelecimento da reeleição aos atuais Prefeitos Municipais.

Ora, Sr. Presidente, não há dúvida de que diversos argumentos podem substanciar o nosso propósito de dar voto contrário a esse requerimento.

Se não bastasse que os atuais prefeitos tivessem seus mandatos prorrogados e, além disso, portanto, criando-se neste País, a figura do biônico, estendida a todos os Prefeitos do Brasil.

Não bastando isso, Sr. Presidente, pretende o requerimento que os atuais prefeitos ainda tenham possibilidade de irem para reeleição.

Nós sabemos da prática eleitoral que se faz neste País.

Nós sabemos das dificuldades que hoje tem, o próprio Brasil, de obter uma democracia consolidada, plena, que é o sonho da Nação brasileira.

Agora, criar essa possibilidade de reeleição a Prefeitos que já estão com seu mandato prorrogado, que utilizarão de todo o poderio da máquina municipal em proveito próprio; que cria mais uma vez o vício do continuismo tão nefasto a qualquer processo democrático, ainda mais numa quadra como esta, Sr. Presidente, como nós vemos que o desejo de todos os brasileiros, é um desejo de modificar. E um projeto desses como o do Deputado Henrique Brito, na verdade, é até, para não dizer outra coisa, na nossa opinião, totalmente improcedente diante da proposta de redemocratização deste País.

Aprovando-se um projeto desses, amanhã ou depois virá um outro, Sr. Presidente, possibilitando que os Governadores de Estado, biônicos agora, tenham também, direito a reeleição.

Isso é inadmissível, porque nós precisamos, em 82, inaugurar uma nova fase, uma nova caminhada, para, exatamente possibilitar que esta Nação venha se encontrar com seus grandes interesses, e não são com medidas casuísticas, interesseiras, que por traz delas tem obviamente, outros objetivos, que não a possibilitar um prefeito meramente poder partir para a reeleição.

E não venham os argumentos de que o povo saberá distinguir agora, de que o Prefeito teve 6 anos, e, portanto, merece o veredito popular. Porque nós não podemos criar regras de um jogo eleitoral, que venham, efetivamente, alterar uma condição limpa que nós queremos. Eleições limpas, eleições livres, sem nenhuma proposta que venha macular a possibilidade de alteração da vontade popular.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 2, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 145/78 e 169/80.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/81.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 64/80 e de Lei n.ºs 24/81 e 38/81.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 196/79, 173/80, 05/81, 50, 51, 55 e 59/81.
Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO MANSUR, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 1.º DE SETEMBRO DE 1981

“UM DIA DE LUTO PARA O BAMERINDUS

O falecimento de dois diretores do Banco Bamerindus é uma nota que enche de luto e de tristeza toda a comunidade brasileira de negócios, pela perda que ela sofreu. E o País inteiro, pela vocação de amor ao bem comum de que irá se despedir, nos funerais, hoje.

É uma das incógnitas supremas da natureza que indivíduos no gozo pleno de suas potencialidades intelectuais, no caso de Tomaz Edison de Andrade Vieira e Cláudio Enoch de Andrade Vieira, e da juventude, no caso dos filhos de Cláudio, sejam assim tão brutalmente colhidos pelos desígnios de um destino trágico, que apanhou também o piloto Dalton Nicoletti.

Nesse momento, esse doloroso sentimento de perda irreparável, que as famílias enfrentam, talvez só possa ser pálida e parcialmente amenizado pela certeza de que o Paraná e o Brasil ficam carentes de personalidades voltadas integralmente para alguns dos valores mais caros à nossa cultura.

Que valores eram esses? Em artigo escrito para esta página há um ano, Tomaz Edison sintetizava admiravelmente o quadro de vicissitudes que o País atravessa e as brilhantes possibilidades de superação que se apresentam à nossa geração, se soubermos encarar os desafios que a ela se antepõem. E logo em seguida arrematava: “O futuro que todos nós buscamos será sempre o resultado de muito trabalho, de seriedade, sacrifícios, criatividade e esforço coletivo. Só assim nos poderemos transformar no país dos nossos sonhos, mais livre, independente e feliz”.

Tomaz Edison era, portanto, um devotado ao trabalho e, particularmente, um entusiasta da agricultura. Mas mesmo estes dois valores eram subordinados à convicção de que eles estavam a serviço da construção da democracia no Brasil. Ele achava que somente através de uma agricultura forte se poderia pensar na construção de um regime político que resguardasse as liberdades, fundado num sistema capitalista, “sem adjetivos”, como costumava dizer.

Era, também, um banqueiro que não temia a palavra lucro, e que, mercê da aposta na expansão da fronteira e da produtividade agrícola, tinha conseguido, ao longo dos anos, o respeito e a proeminência que o Bamerindus ostenta atualmente no mercado financeiro.

Sua atuação corporativa e política ficou eviden-

ciada no último Congresso dos Bancos, realizado em maio, em Salvador. Nessa ocasião, ele se caracterizou como uma voz corajosa contra a estatização da Economia, colocando-a como a antítese do desenvolvimento de uma economia de mercado saudável. Quanto ao hábito brasileiro de recorrer ao Estado para solucionar conflitos que poderiam ser perfeitamente resolvidos na esfera privada, ele dizia: "Precisamos lutar contra isso abertamente, provando que o capitalismo é melhor". Ele seria o anfitrião e presidente do próximo Congresso dos Bancos, que se realizará em Curitiba.

Num país freqüentemente marcado por perspectivas empresariais de curto prazo, em que se glorifica, com freqüência, a concessão, enquanto se exorciza, na própria empresa, o lucro — nesse cenário Tomaz Edison e seus irmãos punham a proa do Bamerindus na direção do risco calculado e da busca da justa remuneração do risco. Possam os remanescentes da família, demais acionistas e colaboradores manter o rumo na mesma direção que indicava o extinto que o conduzia.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Antônio Facci, em Sessão do dia 1.º de setembro de 1981.

"SÍNTESE FUNDAMENTOS PARA UM PROGRAMA ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL.

"A gravidade dos problemas econômicos não significa absolutamente, que chegamos a um "beco sem saída". Ainda há tempo."

1.0 — INTRODUÇÃO

Descontada uma perplexidade inicial decorrente do volume de conceitos contraditórios existentes nos mais diferentes compêndios que tratam a Economia como Ciência, não nos foi difícil adequar um conjunto de medidas objetivas em consonância com as dificuldades pelas quais atravessa o País. Muito mais difícil do que simplesmente apontar soluções viáveis, que façam frente a esta gama enorme de problemas, é buscar um consenso dentro de uma sociedade com tantos interesses conflitantes e até mesmo antagônicos do ponto de vista sócio-econômico. Nesse sentido, eu diria, que os próprios tecnocratas incorporados nos altos escalões do Governo, na decorrência de uma imaginação embutida nos conceitos tradicionais, relutariam em abandonar suas ortodoxias.

As dificuldades econômicas e as conseqüências

sociais que emergiram a partir da crise mundial do petróleo, passaram a exigir não só um grande sacrifício das sociedades subdesenvolvidas e dependentes do "ouro negro", mas sobretudo, um esforço conjunto no sentido de rever "velhos conceitos" de efeitos anestesiados pela evolução das economias, hoje inadequados e incapazes de superar tantos problemas através de soluções práticas que visem resolver, ao mesmo tempo, a inflação e o desemprego. O acerto de um implica no desacerto do outro.

Eis aí um paradoxo!

(De Samuelson, Paul Anthony)

Há um fantasma que assombra a economia mista em toda parte. Poderá uma nação gozar simultaneamente das bênçãos do pleno emprego e da estabilidade de preços? Ou será que existe um dilema fundamental de escolha entre alto nível de emprego e uma razoável estabilidade de preços? Terá o pleno emprego que levar ao sopro inflacionário? Não haverá um meio de combater a inflação numa economia mista moderna que não seja planejar o desemprego deliberado e uma redução proposital de ritmo a fim de esfriar o ímpeto da economia?

Em outras palavras: haverá necessidade de uma nova coisa chamada "política de rendas" para reforçar e escorar as políticas fiscais e monetárias macro-econômicas? E se houver essa necessidade, onde se pode encontrar a política de rendas ideal? Nos controles de preços e salários feitos diretamente pelo Governo? Nos indicadores de preços e salários, ou orientação nesse sentido pela Presidência? Ou será que a meta de uma política de rendas é um engodo e um embuste?

O QUE A CIÊNCIA NÃO SABE: — Perguntas, perguntas. Na maior parte, os capítulos de um moderno livro-texto de economia falam com firme resolução: aquilo é verdade, isto é falso, esses assuntos ainda estão sujeitos a uma certa discussão etc..

Mas o primeiro dever de qualquer disciplina é dizer a verdade. Se, no estado presente do conhecimento médico, certos tipos de câncer não podem ser curados ou mesmo contidos, é dever do bom médico encarar essa realidade, confessar os limites do conhecimento e da terapia científica.

Assim, é dever da moderna economia política registrar uma verdade simples. No estado atual de conhecimentos sobre a moderna economia mista, nenhum júri de competentes economistas pode chegar a amplo acordo com relação a como recomendar uma política de rendas factível e ótima.

|PÓLOS DE PENSAMENTO — Uma minoria de jurados (primordialmente os indeterministas da Escola de Chicago) irá negar a necessidade de qualquer política de rendas, negar a existência de qualquer problema. Ou irá insistir que, se este problema existir real-

mente, nenhuma política de rendas fará outra coisa que não piorá-lo. Outra minoria (primordialmente de admiradores de John Kenneth Galbraith) adota uma posição igualmente simples. "Em época de guerra controlamos os preços e salários através de tetos e ordens impostas. A paz não é diferente da guerra. A única solução para o sopro inflacionário e a sua concomitante inflação de preços oligopolisticamente dirigidos são controles permanentes de salários e preços.

As minorias num júri não formam uma decisão a ser adotada. O grosso dos peritos econômicos, e esta observação se aplica tanto à Europa Ocidental, como para a América do Norte, admitem a complexidade do problema. Sentem-se obrigados a reconhecer a existência de um novo tipo de inflação de custos (ou de vendedores), que tem uma importante diferença da antiquada "inflação de procura" (ou de compradores).

Novas doenças exigem novos remédios.

Nenhum país do mundo gozou simultaneamente de:

- a) pleno emprego;
- b) mercados livres;
- c) níveis de preços estáveis.

Vivemos uma época de sopro inflacionário que se segue por uma via de mão única. A mesma história é contada na Alemanha e no Japão, na Suécia e na Suíça, na Itália e na França, em todas as economias mistas do mundo.

O que diferencia a inflação moderna da do passado é o seguinte: preços e salários começam a subir antes de qualquer ponto identificável de pleno emprego, antes que se atinjam mercados de trabalho difíceis e a utilização da plena capacidade. Sujeita à moderna inflação de custos (ou de vendedores), uma economia mista sofre de "estagflação" — estagnação de crescimento e de emprego, ao mesmo tempo em que os preços estão subindo.

É evidente que nenhum manejo sofisticado dos instrumentos de escala de consumo, mais investimentos, mais governo e velocidade da moeda ($C + I + G$ e/ou VM), vai poder curar a doença com a aplicação da simples mistura de política monetária e fiscal adequada para a inflação de procura. Porque, quando aplicamos os freios monetários e fiscais, ao mesmo tempo em que limitamos a taxa de inflação de custos, iremos matar a "galinha dos ovos de ouro" da prosperidade. Muitos ou quase todos irão considerar o remédio pior do que a doença.

2.0 — INFLAÇÃO — CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS

A inflação entendida como sendo o aumento persistente dos preços ou a perda substancial do valor da moeda, significa que uma mesma quantidade de

dinheiro passa, gradativamente, a comprar menos bens e serviços. Esta explicação não enseja que todos os preços devam subir com a mesma velocidade. Daí porque o processo inflacionário desagrade tanta gente.

As origens desse ruidoso problema caracterizam-se pela inflação de demanda (ou de compradores) quando não, pela de custos (ou de vendedores).

No primeiro caso, ela pode ser explicada na decorrência de uma queda na disponibilidade de alimentos. Aqui, o setor agrícola teria seus preços aumentados pressionando uma elevação nos preços do setor industrial, que por sua vez, empurraria para cima os preços do setor de serviços. A recomposição ainda que parcial da renda, nesses dois últimos setores, renovaria a pressão sobre os alimentos, cujos preços voltam a subir reproduzindo-se o processo.

No segundo, ela pode ser facilmente entendida a partir de uma elevação dos preços das matérias-primas importadas. Nesta hipótese, o setor industrial descarrega esse maior custo no preço de seus produtos de modo a defender seus lucros. A partir daí, ocorre um impacto inflacionário, perdendo a moeda uma fração do seu valor, sendo depreciada em relação às moedas estrangeiras o que, novamente, faz subir os preços das importações, reproduzindo-se como no anterior, todo o processo de aumento persistente no nível geral de preços.

Caracteriza-se também, uma inflação de custos, a elevação dos preços internacionais pressionando o aumento nos preços internos dos produtos que exportamos. No momento, a maior pressão de custos origina-se nas elevadas taxas de juros vigentes no mercado financeiro. Em que pese as acusações de Eugênio Gudin, Roberto Campos e Mário H. Simonsen, acerca do papel inflacionário dos salários nos idos de 64, nunca conseguiram demonstrar essa tese de maneira convincente.

Os monetaristas, a exemplo do ministro Delfim Neto, ainda com um apelo intuitivo mas equivocados, afirmam que uma das causas da inflação é o excesso de dinheiro em relação à disponibilidade de bens que se tem para vender. A esse respeito, concordamos em gênero, número e grau retomando inclusive as palavras do economista José Serra, professor da Universidade de Campinas para dizer que "o fato de que sem dinheiro a inflação não se sustenta e que o crescimento dos chamados meios de pagamentos tende, a longo prazo, a acompanhar o crescimento dos preços, não significa em absoluto que o crescimento do volume de moeda seja a causa do aumento de preços. Trata-se de uma falácia. É como dizer que porque no inverno os dias são mais curtos e no verão mais longos, a temperatura ambiente determina o comprimento dos dias. Se a oferta de dinheiro cresce é em resposta às pressões estruturais e à interação das expectativas de preços. Em

economês, ela é endógena e não exógena ao movimento do sistema econômico e social.

Segundo Joelmir Betting, na doença do mercado "bichado" a inflação tem a perversa mania de tirar mais de quem menos tem. No trabalho remunerado, ela castiga mais o assalariado que vive de salário do que o profissional liberal, que ainda consegue fazer o preço de seu serviço e, não raro, desfruta do amparo suplementar de "outros rendimentos" inclusive os de ganhos de capital. Na massa amorfa dos assalariados de todos os níveis, 92 brasileiros em cada 100 trabalhadores do grupo de baixa renda, situados no rodapé da pirâmide social, perdem mais do que os da faixa intermediária igualmente fustigados pela voragem inflacionária. O problema está na existência ou não do mecanismo de repasse única defesa contra a inflação. Em matéria de capacidade de repasse, o fator capital é mais ágil que o fator trabalho. As pessoas jurídicas, por exemplo, repassam a pressão do custo para o preço final. Não raro, repassam até em excesso, mais que neutralizando a inflação, ganhando com ela.

Alguns ramos "cipados" e severamente policiados não conseguiram realizar o repasse e protestaram veementemente pelos corredores e gabinetes da vida nacional: — sem repasse, os empresários "cipados" se confessam com o pé na cova da insolvência fatal. A maioria já teria esgotado o elástico da produtividade, da contenção de custos, do corte de despesas, da demissão do pessoal, da promoção de vendas. Neste caso, a pessoa jurídica desfalcada do escudo do repasse, já estaria perdendo com a inflação. Até porque, a correção monetária, que não está corrigindo coisa alguma, descapitaliza o patrimônio fixo.

A única alternativa para esse tipo de agente econômico, agredido pela inflação e desarmado pelo "CIP", é o da mudança de ramo, como suspirou aliviado o industrial Antônio Ermírio de Moraes, lembrando o fechamento sumário de uma metalúrgica baiana (depois reaberta) em protesto cinematográfico contra o garrote exagerado do CIP. No geral, porém, as pessoas jurídicas repassam o que devem e o que podem, com os preços finais sancionando os custos reais e irreais. Para os que manipulam o repasse, direta ou indiretamente, a inflação mais late do que morde.

A única desvantagem estaria na contração do mercado, por retração de demanda, repelida pelo racionamento do preço alto. A perda de economia de escala, a quebra do faturamento geral, o declínio do lucro nominal. No caso brasileiro, porém, isso não acontece: quem deixa de ganhar pouco sobre muito passa a ganhar muito sobre pouco, remarcando o preço na justa (e na injusta) medida da queda do volume. Trata-se de uma medida tipicamente tupiniquim, traço cultural do

mercado brasileiro, digamos assim, mas que basta para desmontar a teoria acadêmica, segundo a qual, a retração de demanda provoca, necessariamente, a derrubada do preço — a tal terapia recessiva para a febre alta dos preços.

As empresas estão um tanto confusas quanto à eficácia da velha tática da acumulação de estoques como resseguro contra a inflação: até que ponto o arsenal de matérias-primas, de componentes ou mesmo de produtos acabados, estocados a preço antigo, para consumo ou revenda a preço novo, não estará sendo solapado, no lucro da operação pelo custo do dinheiro parado?

Afinal, afirma Joelmir, com alguns conhecimentos de "macetologia", a arte brasileira de administrar os "macetes" da economia ainda é possível ganhar mais no giro financeiro especulativo do que nas operações do sistema produtivo. Outra saída de emergência para o incêndio da inflação está na tática mui adestrada da sonegação. Alguns empresários confessam de cara limpa, que sairão expelidos do mercado no dia em que passarem a honrar ao "pé" da letra e em data certa os seus compromissos fiscais.

Sonegar é defender-se da inflação, por que não?

Elegantes ensaios sobre a crise da pequena e da média empresa no Brasil, encomendados para o Congresso Nacional da categoria (novembro de 79) — identificaram na sonegação de tributos, a vingança do pequeno contra o grande: — é mais fácil sonegar na periferia do mercado do que no epicentro do dito. O próprio controle de preços, tão eficaz nos ramos concentrados e oligopolizados, quebra a cara no universo capilar dos pequenos e médios empresários, que tripula mais de dois terços do PIB. Todavia, queremos acrescentar, que a eficiência do controle de preços depende, exclusivamente, de uma alteração na política tributária que possibilite entre outros fatores, o entusiasmo pelo consumidor em exercer o papel de agente fiscal da defesa de interesses próprios e da nação, passando a exercer um papel ativo jamais espoliado no processo econômico como um todo.

3.0 — COMO SAIR DO IMPASSE

Durante mais de seis anos de pesquisas, procuramos reunir um elenco de sugestões que viabilizassem a adoção de uma política de rendas capaz de manter elevada a oferta global de empregos, eliminando-se as instabilidades cíclicas, fortalecendo o ritmo de crescimento pela aceleração dos investimentos internos, sem que esses, concorressem para a elevação do nível geral de preços.

Naturalmente, tais objetivos, jamais poderiam ser alinhados de maneira convincente tomando-se por base regras convencionais de mercado, que a exemplo

do brasileiro, encontra-se estruturalmente desintegrado, oligopolisticamente viciado, setorialmente cartelizado, conjunturalmente deteriorado, financeira e internacionalmente comprometido. São tantos e tão graves os problemas sócio-econômicos em nosso País, que somadas às necessidades de uma recessão impossível de ser levada a efeito, torna falso para o caso brasileiro, certas verdades contidas em ortodoxas programações econômicas levadas a cabo nos países desenvolvidos. Daí porque, em economia, o ortodoxo, não raro é inadequado.

Partindo desse raciocínio, passamos a defender a introdução no Brasil de um bem elaborado PROGRAMA NACIONAL DE CADASTRAMENTO, que abrangendo todos os setores da economia compilassem todos os bens, duráveis ou não, nacionais ou importados, comercializados internamente.

A execução dos trabalhos de cadastramento seriam deixados a cargo das Secretarias de Finanças dos Estados, após a fusão destas com a SUNAB (Superintendência Nacional do Abastecimento), e de outros órgãos que estejam atuando em busca de objetivos singulares. Essa fusão de organismos federais, estaduais e municipais, visa associar os trabalhos de ordem fisco-tributário nos diferentes organismos governamentais, que de certa forma, despendem esforços em torno de causas idênticas. O Serviço Nacional de Cadastramento seria possível através da adoção de formulários especialmente programados que possibilitassem ao fabricante, auto-cadastrar-se, dentro de uma metodologia dinâmica que agilisassem os resultados pretendidos em nossa proposição. Por ocasião do cadastramento, o governo determinaria o código do produto e sua discriminação básica enquanto que o preço, a partir daquele corrente no mercado e na sua forma inversa, seria solicitado pela iniciativa privada.

O código de produtos (CP), seria um número composto de dezesseis dígitos que permitem identificar o setor e o ramo de atividade econômica; o produto pelo consumidor e a variação de preços dos produtos similares.

A devolução pelos cadastrados dos formulários devida e corretamente preenchidos, implicaria no encaminhamento destes a uma central de processamento de dados, que computadorizando as informações, confeccionaria o ÍNDICE BRASIL DE PREÇOS (IBP), em cujo catálogo constariam as seguintes informações.

- A — O Código do Produto;
- B — A discriminação destes;
- C — O preço solicitado a nível de consumidor.

Em que pese a subtração nesta síntese das informações que de um lado analisam as dificuldades técnicas e, de outro, demonstra a maneira de superar tais

obstáculos na elaboração do Índice Brasil de Preços, a importância maior reside no seguinte fato:

A partir do IBP, todo consumidor saindo de um estabelecimento comercial, receberia por ocasião de sua compra por exigência de Lei, uma NOTA FISCAL (NF), contendo o CÓDIGO DO PRODUTO e o VALOR PAGO. De posse da NF, o consumidor, por recursos pessoais ou não e através de uma campanha publicitária, seria estimulado a conferir o preço efetivamente pago e o valor ou preço solicitado pelo fabricante a nível de consumidor.

Na hipótese do valor constante na NF ser maior do que aquele contido no IBP, o consumidor iria a uma agência de rendas da Secretaria da Fazenda e ao agente fiscal, faria uma denúncia do crime praticado contra a economia popular. (especulação). Através da NOTA FISCAL em poder do denunciante, o agente fiscal expediria uma Notificação, pela qual o denunciado perderia a condição de contribuição do IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS (ICM), pela alíquota "X" (rebaixada) e, no prazo de 60 dias, a empresa notificada ou infratora, estaria obrigada a recolher esse tributo por uma segunda alíquota "Y" de caráter punitivo-repressivo da especulação.

NOTA: no plano original de onde extraímos a presente síntese, apresentamos toda a metodologia de funcionamento do sistema de dualidade de alíquotas, quantificadas e pré estabelecidas de modo não comprometer ou prejudicar as projeções orçamentárias do poder público. Tratamos a reforma tributária de modo a atender as mais diferentes reivindicações havidas na sociedade brasileira.

Pelo sistema de dualidade de alíquotas não fica outra certeza senão, a de uma estabilidade nos preços internos, em todos os setores da vida econômica do País. Chamamos isso de uma trégua na convulsionada economia brasileira, necessária para a implementação das medidas corretivas que se seguem.

3.1 — CORREÇÃO DO DESNÍVEL SALARIAL:

O PROBLEMA DA CONCENTRAÇÃO DE RENDAS.

A distribuição de renda em nosso País é profundamente desigual e concentrada em benefício de uma pequena minoria de brasileiros. Em sua análise, José Serra pondera que os dados são bastante ilustrativos: 5% (cinco por cento) dos mais ricos da população abocanham cerca de 40% (quarenta por cento) da renda pessoal, enquanto que a metade mais pobre da população não chega a receber 12% (doze por cento) dessa renda. Em termos de renda média, a diferença resulta assombrosa: um integrante daqueles afortunados 5% (cinco por cento), ganha mensalmente cerca de 40 (quarenta) vezes mais que um membro dos

50% (cinquenta por cento) menos aquinhoados. Tais desigualdades nos situam numa posição internacional pouco invejável. De acordo com um levantamento estatístico do Banco Mundial, a distribuição de renda no Brasil, aparece como a mais concentrada que em 61 (sessenta e um) países, de um total de 73 (setenta e três) países para os quais se objetivaram os dados. Pior que nós, somente países como África do Sul, Rodésia e Gabão.

Tão preocupante como a magnitude considerável das distâncias sociais existentes, é a sua tendência a aumentar no tempo. Isso se desprende da observação dos dados disponíveis para 1960, 1970 e 1976, anos em que o coeficiente de GINI, que mede a concentração de rendas, passou de 0,5 a 0,57 e 0,6 respectivamente. (Como é sabido quanto mais próximo de 1 o coeficiente, mais concentrada é a renda). É interessante mencionar um dado mais ilustrativo. A cada cruzero de aumento da renda média de um cidadão pertencente à metade mais pobre da população, a renda média de um felizardo membro dos cinco por cento mais ricos aumentou quarenta e oito cruzeiros!

Mas o fosso que separa a grande maioria dos brasileiros de uma reduzida e privilegiada minoria, não se tem revelado apenas nem principalmente, por meio de dados numéricos. Evidencia-se também pela percepção

insatisfação crescente dos amplos setores sociais, cujo acesso aos benefícios do crescimento econômico tem sido continuamente postergado. A quem se deve tais desigualdades? Felizmente hoje, parecem desmoralizados os mitos criados pelos economistas ortodoxos, simpáticos à política econômica pós 64, segundo os quais o fenômeno da elevada e crescente concentração da renda, seria um subproduto inevitável do desenvolvimento econômico e, além do mais, se justificaria pela necessidade de acelerar esse processo. Assim, foram desmentidas analítica e empiricamente as teorias que sustentam ter a piora da distribuição da renda no Brasil, causada por uma inadequada distribuição de oportunidades educacionais ou então, por uma escassez de mão-de-obra qualificada — fenômeno que supostamente, seriam inerentes ao processo de desenvolvimento. Também caiu por terra, mediante esto-cadas semelhantes, a vulgarizada teoria do solo, ingrediente básico do arsenal ideológico do regime durante os anos do "milagre delfiniano". A bem da verdade, a distribuição extremamente desigual da renda antecede a 1964 e tem sua origem principal num estilo de crescimento capitalista, que mantém em condições de sub-emprego, baixíssima produtividade e forte exploração, uma grande proporção da força de trabalho.

Dois fatores contribuíram decisivamente nesse sentido:

— a estrutura agrária com suas conseqüências so-

bre o perfil da demanda e sobre o mercado de trabalho;

— e o relativamente frágil poder de pressão das classes trabalhadoras. Mas não cabe dúvidas que as políticas econômico-sociais levadas a cabo nos últimos anos agravaram o quadro. E, ao contrário do que têm sustentado reiteradamente os economistas conservadores, não parece plausível a idéia de que essas políticas representam a única possibilidade de acelerar o crescimento econômico. Uma economia como a nossa, com o desenvolvimento já alcançado, poderia dentro de um contexto diferente, crescer de forma rápida com perfis de distribuição de renda menos desiguais.

Como fazê-los daqui por diante?

— A estabilização dos preços internos, consequência inevitável da proposta de REFORMA TRIBUTÁRIA (argumento fundamental da Tese) implica na esquematização de uma nova e revolucionária POLÍTICA DE RENDAS, que permite a materialização de benefícios às classes economicamente inferiores sem prejuízo das superiores. Ensaio nesse sentido possibilitaram a correção do desnível salarial, através de periódicas reduções dos preços internos em lugar da agregação de novos percentuais que comumente são repassados aos preços finais dos produtos gerados pela economia.

— A partir do instante em que todos os setores da economia estiverem enquadrados no ÍNDICE BRASIL DE PREÇOS, uma bem elaborada programação eletrônica permitirá com muita facilidade a emissão de novas listagens, com preços 10% (dez por cento) inferiores àqueles contidos no catálogo anterior. Para tanto, bastaria acionar um único dispositivo no computador.

— A estabilidade dos preços internos permitirá ao Presidente da República decretar uma redução, digamos, de 10% (dez por cento) nos preços contidos no IBP (todos produtos), não se reduzindo na oportunidade a remuneração dos trabalhadores com salários entre 1 (um) e 5 (cinco) mínimos. Isso significa dizer, que um automóvel catalogado ao preço de 400 mil cruzeiros, seria cotado no próximo Índice Brasil de Preços no valor de 360 mil cruzeiros. Um assalariado com remuneração mensal de 200 mil cruzeiros, passaria a receber 180 mil cruzeiros. É fácil concluir, que para a classe economicamente superior não haveria qualquer prejuízo, visto que seu ordenado continua representando como antes, 50% (cinquenta por cento) do veículo em referência. Por sua vez, o trabalhador com salário entre 1 (um) e 5 (cinco) mínimos não sofreria nenhuma redução em sua remuneração, o que significa um considerável aumento real do poder aquisitivo das classes economicamente inferiores na medida em que se observa que para um salário de 40

mil cruzeiros que se manteve, os preços internos foram reduzidos em 10% (dez por cento). A partir dessa proposição há que se esperar uma reação nos meios empresariais, pois, entendida na forma como está colocada, a proposta não traduz outra idéia senão uma redução na taxa de lucro das empresas.

— Frear tais reações seria possível de diversas maneiras. A de maior destaque, seria a redução num percentual maior àquele determinado para a iniciativa privada, dos preços dos serviços públicos e dos bens gerados pelas empresas estatais, sabido que, tanto um quanto o outro setor, fornecem insumos que por sua vez concorrem na formação dos custos nas empresas privadas.

3.2 — A INVERSÃO NA TAXA DE CÂMBIO

— A redução dos preços internos implica na necessidade de se valorizar o CRUZEIRO em relação às MOEDAS ESTRANGEIRAS, invertendo-se a TAXA DE CÂMBIO, como forma de tornar também, 10% (DEZ POR CENTO) mais barato os preços dos insumos importados. Além do marco histórico sem precedentes na vida econômica do País, a inversão na taxa de câmbio desestimularia a prática, pelas corporações multinacionais, da tão propalada remessa de lucros ao exterior, sem tornar com isso, o Brasil, menos atrativo aos investimentos de capital externo.

— Tal raciocínio dá origem a um enorme leque de novas opções na sistematização de um novo PROGRAMA ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO perfeitamente compatível com a vontade nacional e, sobretudo, em consonância com as dificuldades remanescentes da crise mundial do petróleo. Trata-se de um mecanismo de defesa aos países principalmente subdesenvolvidos, para se safarem das pressões da OPEP.

— A inversão da TAXA DE CÂMBIO, fundamentada no princípio da redução sistematizada dos preços internos, ao estabelecer uma POLÍTICA DE RENDAS, não prejudica absolutamente o nível de competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional, além do que, alivia os efeitos internos da dívida externa.

— A metodologia que engrena esses novos fundamentos a um PROGRAMA ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, reflete a certeza de que a inflação verificada no resto do mundo, uma vez detonados alguns dispositivos de ajuste na TAXA DE CÂMBIO, transformar-se-ia em ótimo remédio, o veneno que hoje vive arruinando a competitividade dos nossos produtos no mercado internacional. Seria como que um fortificante capaz de devolver ao Brasil a sua independência econômica.

— Este reestruturado PND-ALTERNATIVO possibilita dentre incontáveis benefícios sociais, a possibilidade de se acelerar sem risco inflacionário, os investimentos governamentais e privados, como forma única e exclusiva de sustentar em nível satisfatório a oferta global de empregos. A destinação de recursos às empresas de capital nacional viria fortalecer o grau de competitividade dessas com as multinacionais, desestimulando por outro lado e uma vez mais a remessa de lucros por elas praticada.

— Vale salientar ainda, que a proposta tributária contida no texto original; ao garantir uma estabilidade nos preços internos, favorece um deslocamento natural do ponto de competição das empresas onde a taxa de lucro só será crescente a partir do aprimoramento nas técnicas de produção, na eliminação de toda e qualquer capacidade ociosa, em lugar da política empresarial atualmente praticada cujas características se revelam muito mais especulativas do que propriamente produtivas.

— Os ajustes monetários do programa dão origem à criação de um fundo especial de recuperação na arruinada situação financeira verificada na maioria dos municípios brasileiros. Esse Fundo Especial, está baseado na conseqüente necessidade de se recolher ao Tesouro Nacional, os recursos provenientes da incidência sobre os depósitos a vista, a uma taxa proporcional àquela que reduziu os preços internos.

“Brasileiros não me perguntem sobre seus problemas, perguntem-me quais as soluções.”

ALMIR NADOLNY ROCKEMBACH”